

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

GABRIELA COSTA DA SILVA

**AS TRABALHADORAS DA CATEGORIA DAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE
CAMPINAS E REGIÃO/SP E O “NOVO SINDICALISMO” (1984 –
1988)**

Santa Maria, RS
2020

Gabriela Costa da Silva

**AS TRABALHADORAS DA CATEGORIA DAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE
CAMPINAS E REGIÃO/SP E O “NOVO SINDICALISMO” (1984 –
1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial de avaliação e obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientador: Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS
2020

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Silva, Gabriela Costa da
As trabalhadoras da Categoria das Indústrias
Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de
Campinas e Região/SP e o "Novo Sindicalismo" (1984-1988) /
Gabriela Costa da Silva.- 2020.
100 p.; 30 cm

Orientador: Diorge Alceno Konrad
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2020

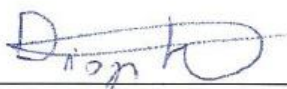
1. História das Mulheres 2. Novo Sindicalismo 3.
Mundos do Trabalho no Brasil I. Alceno Konrad, Diorge
II. Título.

Gabriela Costa da Silva

**AS TRABALHADORAS DA CATEGORIA DAS INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE
CAMPINAS E REGIÃO/SP E O “NOVO SINDICALISMO” (1984 –
1988)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial de avaliação e obtenção do título de **Mestre em História**.

APROVADO EM
07/07/2020



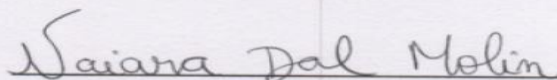
Diorge Alceno Konrad, Prof. Dr. (UFSM)

(Presidente/Orientador)



Angela Maria Carneiro Araújo, Dra. (Unicamp)

(Membra titular da banca)



Naiara Dal Molin, Profa. Dra. (UFPEL)

(Membra titular da banca)

Santa Maria, RS
2020

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos, fazendo referência a minha amiga e companheira do mundo acadêmico Janaína Sbabo. Amiga, que para além das orientações no Trabalho de Conclusão de Curso, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), foi fundamental também para a minha entrada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Jana, muito obrigada pela constante parceria ao longo desses seis anos!!!

Agradeço também ao meu orientador, Diorge Alceno Konrad, por me mostrar que, mesmo no meio acadêmico, é possível construir uma relação ética entre orientador e orientanda. Meus agradecimentos sinceros por tornar essa jornada acadêmica mais humana e menos desgastante.

Ressalto, ainda, a importância e os agradecimentos a minha mãe e ao meu pai, os quais, muitas vezes, mesmo não entendendo minha necessidade de estudar fora de Minas Gerais, me apoiaram nesses sete anos de estudos. A vocês, meu eterno agradecimento e respeito. Estendo ainda a gratidão a toda a minha família.

Guardo com carinho e reconhecimento, também, os amigos e as amigas que encontrei nesse período, tanto na FURG, onde me graduei, como na UFSM. Obrigada pelos diversos momentos em que, junto de vocês, vivi experiências e conversas que carregarei para a vida. Obrigada especial ao meu grande amigo/irmão Kristopher Machado. Agradeço, também, a todos os trabalhadores e as trabalhadoras da UFSM. A vocês minha eterna solidariedade de classe.

Especial agradecimento ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Região/SP (SMCR), pela disponibilização das fontes utilizadas nesse trabalho, bem como aos trabalhadores(as) que cederam depoimentos importantíssimos para a construção do estudo aqui apresentado.

Por fim, meus fraternos agradecimentos aos meus camaradas que, desde Rio Grande, Santa Maria e Porto Alegre, me mostram que a luta pela construção de outra sociedade não diz respeito a um futuro utópico, mas sim à solidariedade de classe, construída diariamente. FIRMES!!!

RESUMO

AS TRABALHADORAS DA CATEGORIA DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE CAMPINAS E REGIÃO/SP E O “NOVO SINDICALISMO” (1984 –1988)

Autora: Gabriela Costa da Silva
Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

A presente dissertação tem por objetivo principal apontar as principais reivindicações das trabalhadoras da categoria no âmbito do “Novo Sindicalismo”, a fim de, a partir disso, traçar uma síntese da participação desse grupo no SMCR, entre 1984 e 1988. Para tal, debatem-se os reflexos da condição de “ser mulher, ser operária” na participação do Movimento Sindical, assim como, da perspectiva defendida na pesquisa, acerca do momento do sindicalismo brasileiro, conhecido como “Novo Sindicalismo”. Nesse contexto, como terceiro maior sindicato da categoria no estado de São Paulo, o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Região/SP (SMCR), inserido em um relevante centro econômico-industrial brasileiro, seguindo as mobilizações do ABC Paulista, se faz presente nas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, demandas importantíssimas da década de 1980. Assim, com o objetivo de responder às indagações deste estudo e diminuir as lacunas existentes na historiografia, sobretudo, no que se refere à História das Mulheres no mundo do trabalho, durante o processo de redemocratização do País, os boletins produzidos e distribuídos pelo SMCR no período de 1984 a 1988, junto aos depoimentos orais feitos com trabalhadores(as) sindicalizados da época, foram utilizados como fontes básicas para a pesquisa. Como conclusão, pode-se apontar que as trabalhadoras da categoria se fizeram presentes nas grandes mobilizações em Campinas e Região. Sendo tal situação, fruto do processo da junção entre os movimentos sociais feministas, no caso de Campinas e Região, diretamente ligado a Esquerda Católica e as Oposições Sindicais, bem como ao Movimento Sindical. Este trabalho está vinculado às atividades desenvolvidas na Linha de Pesquisa “Cultura, Migrações e Trabalho”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, e foi financiado pela Bolsa Capes Demanda Social.

Palavras-Chave: História das Mulheres; “Novo Sindicalismo”; Mundos do Trabalho no Brasil; Campinas e Região.

ABSTRACT

THE WORKWOMEN FROM THE METALLURGICAL MECHANICAL AND ELECTRIC MATERIAL INDUSTRIES CATEGORY AND THE “NEW SYNDICALISM” (1984 – 1988)

Author: Gabriela Costa da Silva
Advisor: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

The present paper aims to point out the main claims of the workwomen during the “New Syndicalism” and summarize the participation of this group in the SMCR between 1984 and 1988. In order to do that, it is presented a discussion on the implications of the condition of “being a woman, being a workwoman” in the participation of social movements as well as the perspective of the research about the moment of Brazilian syndicalism known as “New Syndicalism”. In that context, the third largest Trade Union of this workers category in the state of São Paulo, the SMCR, inserted at a relevant economical and industrial Brazilian spot, following the riots of ABC Paulista, it is present in the famous claims for better salary and work conditions that took place very important demands of the 1980s. Therefore, aiming to respond to the questions of this study and lower the number of historical gaps, mainly about the workwomen history during the Brazilian re-democratization process, the reports made and distributed by SMCR between 1984 and 1988, altogether with the oral testimonies collected with the workers of that time, were used as the basis for the research. . As a conclusion, it can be pointed that the workwomen were present at the big mobilizations that took place in the Campinas area. Moreover, this situation was a result of the joining of the feminist social movements and, specifically in the Campinas area, directly related to the Catholic Left and the Union Opposition as well as the actual Union Movement. This work is linked to the activities developed in the Research Line “Culture, Migrations and Work”, of the Postgraduate Program in History at the Federal University of Santa Maria, and was funded by the Capes Demanda Social Scholarship.

Keywords: History of Women, “New Syndicalism”, Brazilian Work World; Campinas and Region.

LISTA DE SIGLAS

ABC Paulista	Santo André, São Bernardo, São Caetano
ACO	Ação Católica Operária
CEB	Comunidades Eclesiais de Bairro
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho.
CNMT	Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo do Trabalhador
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GMP	Grupo de Mulheres da Periferia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
JOC	Juventude Operária Católica
LSN	Lei da Segurança Nacional
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
OSM-SP	Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDN	Projeto Democrático Nacional
PDP	Projeto Democrático Popular
PEA	População Economicamente Ativa
PO	Pastoral Operária
PT	Partido dos Trabalhadores
SMCR	Sindicato dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas de Campinas e Região.

TRT

Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 SER MULHER, SER OPERÁRIA	15
1.1 TRABALHO EM KARL MARX.....	16
1.2 A MULHER NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	24
2 O “NOVO SINDICALISMO	38
2.1 CONSTRUÇÃO E BASES DO “NOVO SINDICALISMO.....	40
2.2 “NOVO SINDICALISMO” EM CAMPINAS E REGIÃO.....	48
2.2.1 Formas do “Novo Sindicalismo” em Campinas e Região.....	50
2.2.2 O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Região	51
2.3 AS MULHERES E O “NOVO SINDICALISMO”.....	53
2.3.1 As Mulheres e os Movimentos Sociais: Movimento Feminista e Sindical.....	56
2.3.2 Grupo de Mulheres da Periferia.....	57
2.3.3 Comissão Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora.....	57
3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SMCR E O “NOVO SINDICALISMO”, DE 1984 A 1988	61
3.1 CAMPANHA SALARIAL.....	67
3.1.1 Equiparação Salarial.....	71
3.2 DIREITO A CRECHE.....	75
3.3 FIM DAS HORAS EXTRAS.....	78
3.4 VALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXOS	99

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada *As trabalhadoras da Categoria das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Região/SP e o “Novo Sindicalismo” (1984-1988)*, tem por objetivo principal verificar as principais reivindicações das trabalhadoras da categoria no âmbito do “Novo Sindicalismo”, a fim de, a partir disso, traçar uma síntese da participação desse grupo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Região/SP (SMCR), no contexto do “Novo Sindicalismo”. Este trabalho está vinculado às atividades desenvolvidas na Linha de Pesquisa “Cultura, Migrações e Trabalho”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, e foi financiado pela Bolsa Capes Demanda Social.

Importante centro econômico-industrial brasileiro, a Região de Campinas, juntamente com Santo André, São Bernardo, São Caetano (ABC Paulista), durante a década de 1980, era responsável por grande parte da produção industrial do país. Seguindo as mobilizações do ABC Paulista, famosas pelas expressivas greves, o contexto campineiro e suas imediações também se fizeram presentes nas reivindicações por melhores salários e ganhos de direitos políticos.

Nesse contexto, o SMCR, criado em 1947, fez uso de boletins como um modo de divulgação e propagação das ideias da Instituição. De acordo com o *Boletim Geral* de 1986¹, o SMCR era o terceiro maior sindicato da categoria no estado de São Paulo, contando com 17 mil filiados, perdendo apenas para o de São Paulo e o de São Bernardo do Campo. Contava com 123 funcionários, sendo 76 ligados aos serviços assistenciais (médicos, dentistas), 33 na administração e 14 funcionários ligados à atividades propriamente sindicais: 10 no departamento jurídico, 2 na formação sindical e 2 na gráfica.

A escolha por analisar o período 1984 a 1988, justifica-se por 1984 ser a data em que a Oposição Sindical Metalúrgica assumiu a Diretoria do SMCR e por estar, dentro desse contexto, a criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT)² –, em 1986. Explica-se, ainda, o recorte temporal e temático escolhido, pelas lacunas existentes na história social do trabalho, fundamentalmente no que se refere à História das

¹ Cf. *Boletim Geral*, 12 de agosto de 1986, p. 2.

² Comissão criada no 2º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fruto da entrada significativa das mulheres no mercado de trabalho, da emergência de movimentos sociais feministas e do “Novo Sindicalismo”. Surge com o objetivo de ser o órgão responsável por organizar as demandas e políticas das trabalhadoras (DELGADO, 1996, p. 8).

Mulheres nos mundos do trabalho, durante o processo de retorno à democracia burguesa no país, haja vista a concentração de estudos sobre o Movimento Operário e Sindical no período da Primeira República³.

Assim, os mundos do trabalho deste grupo se inserem dentro das relações e contradições de classe existentes entre a classe trabalhadora e a burguesia, assim como da singularidade que a mão de obra feminina⁴ assume no modo de produção capitalista.

A fim de contemplar o objetivo e a problemática da pesquisa, essa escrita se divide em três capítulos, os quais, em sua complementaridade, deverão ajudar a identificar a participação das mulheres no SMCR no período conhecido como “Novo Sindicalismo”.

No primeiro capítulo, “*Ser mulher, ser operária*”, objetivar-se-á definir o papel da mulher da classe trabalhadora no modo de produção capitalista e as reverberações disso em sua atuação no Movimento Sindical. Para tal, dividiu-se o capítulo em dois grandes tópicos: 1.1. Trabalho em Karl Marx – Primeiramente, a partir de Karl Marx, em *O Capital* (2013), será apresentada a perspectiva do “trabalho” como ação diferenciadora do ser humano em relação aos demais animais. A partir disso, será traçada a função do trabalho no modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, debater-se-á o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, subsidiando, por meio disto, a reflexão acerca da desvalorização do trabalho feminino. Aqui Marx (2011), Saffiotti (1979) e Davis (2016) serão alguns dos autores(as) utilizados. Posteriormente, no tópico 1.2 A mulher no modo de produção capitalista, Engels (1984) e D’Atri (2008) são exemplos de autores(as) escolhidos para ancorar a defesa da diferença entre a opressão e a exploração, em contraponto a Scott (1989), visto que essa dissertação defende a centralidade de classe nas relações de opressão. Por fim, apresenta-se uma revisão bibliográfica a respeito da mulher trabalhadora no Brasil. Para tanto, entre algumas das autoras elencadas, estão: Pena (1981); Rago (1985); Bruschini (1989); Souza-Lobo (1991) e Del Priori (2013).

No segundo capítulo *O “Novo Sindicalismo”*, a finalidade principal é conceituar o que foi o “Novo Sindicalismo”, no âmbito de Campinas e Região. Nessa lógica, repartiu-se

³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim.*; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar.*; DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em SP (1920-1934).*

⁴ Acrescente-se a isso, outro elemento decisivo, quando se tematiza a *questão do gênero* no trabalho, articulando a, portanto, com as questões de classe. A mulher *trabalhadora*, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica ou de seu local de trabalho. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo, por exercer, no espaço público, seu trabalho *produtivo*, no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria (ANTUNES, 2009, p. 108 e 109).

o capítulo em três tópicos: 2.1 Construção e bases do “Novo Sindicalismo”, em que o debate sobre as perspectivas de ruptura e continuidade são o fio condutor; 2.2 “Novo Sindicalismo” em Campinas e Região, na qual as especificidades do “Novo Sindicalismo”, em Campinas e Região, serão discutidos e sintetizados, assim como o histórico do SMCR, e; 2.3 As mulheres e o “Novo Sindicalismo”, em que a relação entre movimento sociais, protagonizados pelas mulheres, e o Movimento Sindical será abordado. Para tal, o Grupo de Mulheres da Periferia (GMP) e a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (CNMT) serão estudados em sua relação com o SMCR. Dentre a bibliografia selecionada para a finalidade do capítulo, tem-se: Weffort (1972); Frederico (1990); Boito Jr. (1991); Zanetti (1993); Antunes (1995, 2015); Delgado (1996); Possan (1996); Santana (1997, 1999); Araújo e Ferreira (2000); Alves (2003); Almeida (2008); Santos (2009) e Roy (2012).

Por fim, o terceiro e último capítulo, *A Participação das Mulheres no SMCR e o “Novo Sindicalismo”, de 1984 a 1988*, visa indicar as principais reivindicações das trabalhadoras da categoria dos metalúrgicos, mecânicos e de material elétrico, entre 1984 e 1988, e explicar como se dava a atuação das trabalhadoras no SMCR. Neste capítulo, subsidiado pelos debates e pelas sínteses dos capítulos anteriores, as fontes selecionadas, durante as pesquisas no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e no Departamento de Documentação do SMCR, assim como os depoimentos orais cedidos à pesquisadora, serão analisados, visando responder: como as trabalhadoras da categoria das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Campinas e Região se relacionaram com/nas mobilizações do seu Sindicato, no período compreendido entre 1984 e 1988? Entre as fontes catalogadas, tem-se: os Boletins do SMCR (1984 e 1988); o boletim *CUT Nacional (1985-1987)*; os Boletins do Grupo de Fábrica Singer (1985-1987); os *Cadernos de Economia DIEESE*, Subseção Campinas (1987-1988); o relatório “*A Mulher Trabalhadora – construção de um perfil em Campinas e Região (1993)*” e; o *Relatório Pastoral Operária Campinas (1983)*.

Nesse sentido, de uma forma mais ampla, além de contribuir para um olhar sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho no Brasil, este estudo tem por objetivo central apontar as principais reivindicações das trabalhadoras da categoria no âmbito do “Novo Sindicalismo”, resultando, conseqüentemente, na construção de uma historiografia que tire do silêncio esse grupo, trazendo à tona novas perspectivas sobre o mundo do trabalho.

Em consonância com Petersen (2016, p. 17), objetiva-se, também, construir uma síntese da participação das mulheres no SMCR de 1984 a 1988, a partir da história social, sendo esta entendida não como uma história de um nicho ou grupo específico, mas sim,

inserida em uma totalidade na qual economia, cultura, política e sociedade são partes de um mesmo todo.

CAPÍTULO 1 – “SER MULHER, SER OPERÁRIA”

A atuação das mulheres na História, assim como na Formação Histórica do Brasil, são temas de pesquisas crescentes na academia. Processo este mais visível, quando se fala do papel da mulher brasileira no mundo do trabalho, visto que, durante muito tempo, a classe trabalhadora era enxergada apenas pelo olhar masculino. Impulsionada pelo Movimento Feminista da década de 1970 e pela entrada significativa das mulheres no domínio público, a historiografia mundial e brasileira têm buscado contrapor a ideia “da não existência das mulheres no mundo do trabalho”, ampliando os debates acerca do trabalho produtivo e improdutivo, assim como, junto à sociologia e a filosofia, fomentando discussões sobre a categoria gênero em sua relação junto à classe e raça e/ou etnia.

Nessa perspectiva, este capítulo tem por objetivo principal definir o papel da mulher da classe trabalhadora no modo de produção capitalista, bem como as reverberações disso em sua atuação no Movimento Sindical, iniciando a construção do alicerce da dissertação.

Para tal, dividiu-se o capítulo em dois grandes tópicos: 1.1 Trabalho em Karl Marx – Primeiramente, a partir de Karl Marx em *O Capital* (2011) será apresentada a perspectiva do “trabalho” como ação diferenciadora do ser humano em relação aos demais animais, a fim de, por meio disso, traçar a situação do trabalho no modo de produção capitalista, debatendo-se as categorias trabalho produtivo/improdutivo e o trabalho reprodutivo, subsidiando a reflexão acerca da desvalorização do trabalho feminino. Posteriormente, no tópico 1.2 A mulher no modo de produção capitalista, Engels (1984), Lessa (2012), D’Atri (2008) são exemplos de autores(as) escolhidos para ancorar o debate sobre a relação entre o modo de produção capitalista e o patriarcado, na defesa da ligação entre a exploração e a opressão, em contraponto a Scott (1989). Situando a categoria gênero em suas expressões materiais, na qual a explicação teórica dessa relação estrutural, somada a uma revisão bibliográfica a respeito da mulher trabalhadora no Brasil, tem como propósito a construção de uma síntese sobre o papel social das trabalhadoras, aqui, especificamente, as da categoria metalúrgica, e as reverberações disso na participação das mesmas no SMCR .

1.1 TRABALHO EM KARL MARX

Torna-se indispensável, primeiramente, conceituarmos “trabalho”⁵. Tendo como base

⁵ Pois “trabalho não é apenas mais um tema ‘disponível’ para a pesquisa histórica, mas tem uma profunda dimensão social, ontológica e ética que não pode ser desconhecida e, ao contrário, precisa ser reafirmada diante da evidência da submissão do trabalho ao capital” (PETERSEN, 2016, p. 26)

o materialismo histórico e dialético, a concepção de “trabalho” utilizada será a de Karl Marx, fundador do socialismo científico e o primeiro a traçar uma análise teórica da natureza social da humanidade e seu respectivo desenvolvimento sócio-histórico. No livro *O Capital*, o pensador indicou:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (2011, p. 211).

A apreciação de Marx sobre o trabalho não corresponde a uma ação instintiva do ser humano, mas sim no processo em qual o indivíduo é proprietário da sua força de trabalho. Por meio deste pensamento, encontramos um elemento que diferencia o ser humano dos demais animais: a sua capacidade de pensar previamente o que realizará. Logo, a humanidade não é movida apenas pelo instinto, mas também por sua capacidade de abstração. O que possibilita pensar sobre a realização material das ações, isto é, os humanos têm atividade criadora e produtiva. Portanto, podemos entender que a História não é pautada na evolução biológica do *Homo sapiens* ou na busca do “Espírito Absoluto”⁶, mas sim por meio das relações sociais que se desenvolvem para/atraves da transformação da natureza.

Em *Abaixo à família monogâmica* (2012), Sérgio Lessa explica o processo de alteração do trabalho no decorrer da História. Passado o primeiro momento, em que o trabalho representava a transformação da natureza pelo ser humano com a finalidade de suprir as suas necessidades imediatas, essa atividade presenciou uma mudança qualitativa. Em razão da descoberta das sementes, e com ela a agricultura, posteriormente, a pecuária (Revolução Neolítica), a capacidade de produção dos indivíduos sobressai à quantidade necessária para a sua sobrevivência. Surge, então, o trabalho excedente, possibilitando a exploração de um indivíduo por outro indivíduo, promovendo o desenvolvimento da propriedade privada. Lessa escreveu:

O surgimento da propriedade privada não é a gênese de uma “coisa”, mas de uma nova relação social, de uma nova forma de os homens organizarem a vida coletiva.

⁶ Em contraposição à dialética hegeliana, que entende a História como uma progressiva caminhada rumo a racionalidade e liberdade (o “Espírito Absoluto”), Marx e Engels construíram uma síntese dialética e materialista da História, na qual são os seres humanos reais e concretos, inseridos social e historicamente em determinadas relações sociais de produção, os agentes da tríade tese-antítese-síntese (MARX; ENGELS, 2009).

A propriedade privada é fundada por uma nova forma de trabalho, o trabalho alienado (explorado): a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência será realizada, agora, por meio da exploração do homem pelo homem (2012, p. 23).

Com o advento do trabalho excedente, trazendo consigo a propriedade privada, o Estado⁷, a família monogâmica e a sociedade de classes⁸, o trabalho vai se afastando do seu sentido inicial. A partir de então, ele foi convertido em trabalho alienado, caracterizando-se pela exploração de um indivíduo por outro e pela separação entre os meios de trabalho e a capacidade (força) de trabalho.

Nesse contexto, de gênese da sociedade de classes, outro elemento tornou-se fundamental para a acumulação e a garantia da propriedade privada: a monogamia, em sua essência, a feminina. Diferentemente de um contexto precedente, no qual as crianças eram de responsabilidade de todos (família comunal), conhecendo-se apenas o *gens* da mãe dessa prole, “direito materno”, inclusive com a divisão dessa responsabilidade, o que tornava a sobrevivência destes mais fácil. Com a propriedade privada, é necessário que passasse a haver alguma forma de identificar essa criança, possibilitando a herança, garantindo, assim, a permanência e acumulação da propriedade privada. Agora, a prole teria sua identificação centralizada na figura do pai, com isto, no patriarcado, os cuidados com as crianças passaram a ser individualizados, não mais coletivos. Como consequência, a família teve como norte moral a monogamia e a virgindade feminina, a fim de garantir que o filho fosse de determinado homem. Em síntese, “a monogamia para as mulheres substitui a família de casais flexíveis. O homem assumiu o controle da casa e “a mulher foi degradada e reduzida à servidão” (GOLDMAN, 2014, p. 59).

Entretanto, a virgindade e a monogamia eram deveres da mulher. Ainda que, na aparência, o homem devesse fidelidade a sua esposa, criou-se mecanismos para garantir a existência da família monogâmica, permitindo a infidelidade masculina: a prostituição e os filhos bastardos, estes não reconhecidos como prole legítima, conseqüentemente, não teriam direito à herança. A organização social anterior, que visava e necessitava que assim fosse, coletivizando a existência de todos os membros do grupo, aos poucos, e em um longo

⁷ Instrumento utilizado pela classe dominante de um determinado modo de produção para sobrepor seus interesses a toda sociedade civil. Segundo Lênin (2010, p. 9), “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis das classes”.

⁸ Como o objetivo da dissertação está inserido dentro do modo de produção capitalista, a passagem do modo de produção comunal para a sociedade dividida em classes foi explicada resumidamente. Para mais detalhes sobre esse contexto e os demais modos de produção precedentes ao Capitalismo, ler: Engels (1984); Lessa (2012); Marx; Engels (2009).

processo histórico, foi sendo substituída pela forma social na qual a exploração se encontra presente. Nesse contexto, o papel social da mulher, do homem e da família⁹ manifesta novas características, conforme explica Lessa:

A relação sexual passou a ocorrer entre maridos e esposas ou entre senhores e prostitutas. No primeiro caso, a finalidade é um herdeiro que possa perpetuar a acumulação de riqueza da família [...] por isso cabe ao primogênito masculino a herança. Ser atraente para o sexo oposto implica, para a mulher destinada à esposa, limitar seu desenvolvimento às atividades domésticas, "locais", a cozinhar, a bordar, etc [...] Aos homens cabe, agora, o desenvolvimento de sua sexualidade dissociada de qualquer relação afetiva: a experiência sexual a ser adquirida entre as prostitutas implica no rebaixamento do padrão afetivo a um nível "bestial". Ele agora deverá ter iniciativa, seu "desempenho" deve corresponder a um dado padrão, ele deverá ser dominante na relação (2012, p. 22 e 23).

Portanto, na mesma medida em que ao homem lhe foi conferida uma sexualidade incontrolável, à mulher são negados o desejo e o prazer. Esta situação, hoje, ainda é verificada, quando escutamos, baseado em argumentos biológicos reducionistas, que o homem não vive sem sexo, mas a mulher sim. Ainda que a divisão sexual do trabalho seja anterior ao surgimento da sociedade de classes¹⁰, mulheres eram responsáveis pela coleta, e os homens pela caça, não significando, naquele contexto, uma hierarquização de uma atividade sobre outra. Afinal, tal processo se dava com o advento da propriedade privada, a qual enfatizava a superioridade do trabalho masculino, elevando a sua posição nos âmbitos sociais de produção da vida. Em contraposição, à mulher, sistematicamente, foi reservado o domínio privado, já que a garantia da fidelidade feminina ao marido era fundamental para a manutenção da propriedade privada. Este raciocínio segue e, Hirata e Kergoat:

É, portanto, na perspectiva dinâmica inicial que queremos situar nosso referencial teórico. A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social

⁹ Apesar das críticas à limitação da análise de Engels, no que tange a um modelo heteronormativo de família, faz-se a defesa de que, a síntese, aqui demonstrada, evidência o modelo de família essencial para a manutenção e perpetuação da propriedade privada. Não significando dizer que só existia essa expressão de família ou que essa é a família "natural". Transpondo para a realidade atual, no modo de produção capitalista, embora a referência de família "tradicional", a ser seguida, seja a família monogâmica heteronormativa, existem variadas expressões de famílias formadas por casais homossexuais, casais não monogâmicos, pela mãe solo, etc. Porém, estes, por não se encaixarem nesse padrão monogâmico heteronormativo, sofrem preconceitos e até mesmo limitações legais de se formarem. No Brasil, por exemplo, a conquista do direito legal ao casamento civil, aos casais formados por homossexuais, só ocorreu em 2013, por meio da Resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 14/5/2013. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/direitos-dos-casais-homoafetivo-que-mudou-com-a-resolucao-175/>.

¹⁰ O que, naquele momento, tinha justificava material, visto que a capacidade de sobrevivência dos seres humanos era precária, sendo necessário resguardar a vida feminina, já que era ela a principal reprodutora da espécie. Isto mudou na atualidade, pois, nossa capacidade de produção e reprodução da vida se desenvolveu, atestando a continuidade da espécie, sendo que, a fome e as mortes pela miséria são expressão de uma das contradições do modo de produção capitalista, mas não da falta de recursos tecnológicos no interior da sociedade. Nessa perspectiva, a opressão de gênero, hoje, é fundada como um dos recursos para justificar e ampliar a exploração pelo Capital.

decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (2007, p. 599).

Desde o surgimento das classes, assim como da divisão sexual do trabalho, a relação de exploração de um indivíduo por outro indivíduo se expressou de diversos modos na História¹¹: No Feudalismo, através da relação de servidão, o camponês trabalhava para o senhor feudal; já no modo de produção capitalista, essa relação passou a se dar por meio do trabalho assalariado, na qual o trabalhador(a) vende sua força de trabalho. Nessa lógica, o indivíduo que produz não é detentor dos meios de produção, não tem domínio sobre o processo de trabalho e, muito menos, se apropria diretamente do produto do trabalho, a não ser pelo sistema de obtenção de mercadorias.

Situação análoga se encontra na valoração e na hierarquização da divisão sexual do trabalho, que tem se expressado de diversas formas ao longo da História, assim como também para determinados grupos de mulheres, como o caso do tratamento que as mulheres negras escravizadas receberam no Brasil¹². Pode-se dizer que, histórica e socialmente, desde que surgiu, a distância entre homens e mulheres permanece. Ela é flexível na forma como se expressa, entretanto, ela segue se desenvolvendo. Por isso, mais do que estudar gênero e trabalho, enquanto categorias abstratas, que se explicam por si só, faz-se necessário situá-las histórica e materialmente, já que, a partir disso, podemos compreender que as relações sociais de produção¹³ não são naturais e inatas.

Por meio disto, conseguimos, também, compreender que não existe elemento biológico no homem e na mulher que justifique a imposição e a subordinação do primeiro em relação ao segundo, ou ainda que é da natureza humana explorar outro indivíduo. Através dos estudos materialistas, verificamos que, a primeira forma de opressão e de exploração,

¹¹ Faz-se a ressalva que, ao caracterizar os diferentes modos de produção da vida, situados historicamente, não se nega a existência de outras formas de produção. Apenas, contextualiza-se a forma hegemônica utilizada pela sociedade em determinados períodos históricos. Na atualidade, por exemplo, mesmo inseridos dentro do modo de produção capitalista, ainda temos acesso a denúncias de trabalho análogo a escravidão, ou, relações de servidão. Entretanto, os aparatos do Estado e suas expressões jurídicas e sociais legitimam como “legal” o trabalho assalariado.

¹² Tal qual as mulheres brancas livres, para as mulheres negras escravizadas, também, lhes era conferido o ideal da virgindade feminina. Entretanto, a realidade é que, diferentemente das mulheres brancas livres, para as negras escravizadas não existia ordem jurídica e social para protegê-las. Ao contrário, havia um status jurídico e social justificando a exploração sexual desse grupo, visto que elas eram, segundo a Lei, propriedade, não mulheres (HOOKS, 2019, p. 41)

¹³ Define-se como as relações sociais ligadas ao modo de produção da vida, em determinado contexto histórico. Ao inovar as forças produtivas, o ser humano modifica, também, seu modo de produção. Consequentemente, transforma ainda as suas relações sociais (MARX; ENGELS, 2009).

surge por contingências materiais, e que transformações nas relações sociais de produção ocorreram, tornando material a sociedade dividida em classes. Nessa lógica, parte-se agora para o debate acerca do trabalho e suas relações no modo de produção capitalista, contexto em que está inserido as mulheres do SMCR. Trata-se do estudo da subordinação do trabalho enquanto atividade primária dos seres humanos ao Capital.

O modo de produção capitalista tem suas bases no fim do modo de produção feudal, depois de um longo processo de transformação histórica e dialética nos instrumentos de produção e nas formas de propriedade: divisão do trabalho material e intelectual; separação da cidade e do campo; sistema de corporações; separação do comércio e da indústria; manufatura e por fim a grande indústria (MARX; ENGELS, 2009).

Vai ser no século XVIII , inicialmente na Inglaterra, em decorrência do acúmulo de capital, por meio do mercantilismo, do “saque colonial do Novo Mundo” (FALQUET, 2019, p. 131) e do cercamento de terras, que a Revolução Industrial sentencia a mudança da relação entre o trabalhador, os meios de produção e o produto deste trabalho, numa escala progressiva pelo mundo¹⁴. Essa transformação, na forma de produzir a vida, a qual progressivamente se espalhou pelo mundo no século XIX e XX, conseqüentemente das relações de trabalho, representa:

A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da "indústria" como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade "burguesa" liberal; não da "economia moderna" ou do "Estado moderno", mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo (HOBSBAWM, 1996, p. 9).

Nessa conjuntura, a burguesia passou a ser uma classe que está se libertando do velho mundo e a ele se opõe (MARX; ENGELS, 2009). Assim, a Contemporaneidade, na Europa, chega em fins do século XIX, devido a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, com a vitória da burguesia, tanto no plano econômico quanto no plano político.

De acordo com Marx, o processo de trabalho, enquanto mercadoria de consumo pelo capitalista, tem duas características: o/a trabalhador(a) trabalha sendo controlado pelo capitalista, devendo o primeiro não desperdiçar matéria-prima e executar o trabalho de forma mais eficiente possível e; o produto do trabalho é propriedade do capitalista, sendo que, ao trabalhador(a), pertence apenas sua força de trabalho, que é vendida ao capitalista.

¹⁴ A industrialização, majoritariamente, tira da família e do ambiente doméstico, a função de unidade de produção (DELPHY, 2015, p. 109).

Assumindo assim valor-de-uso. Logo, “o processo de trabalho, é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 2011, p. 219).

Ao assumir função social de mercadoria para o burguês, aquele que detém os meios de produção, o trabalhador e a trabalhadora são submetidos às “leis” do mercado, tendo a sua sobrevivência, que se dá através da venda da sua força de trabalho, atrelada às flutuações e necessidades da produção de mais-valia, isto é, do trabalho produtivo. Sobre o trabalho produtivo, atividade essencial à permanência e reprodução do modo de produção capitalista, Marx discorreu:

O conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (2011, p. 706).

A força de trabalho, enxergada enquanto mercadoria, trabalho produtivo, é a que produz mais-valia¹⁵. Lembrando que o conceito de trabalho produtivo, para Marx, é o de trabalho abstrato e não concreto, já que, para identificar se um trabalho é produtivo, analisa-se se ele gera mais-valia, não o resultado em si (o produto) dessa atividade. Em suma, é a modalidade de trabalho que faz com que o modo de produção capitalista, que se alimenta da exploração de um indivíduo por outro, se reproduza. Trata-se, assim, de uma forma de trabalho diretamente útil ao Capital, com a finalidade de servir de instrumento de sua autovalorização. Por fim, é através do trabalho que, no modo de produção capitalista, pela atividade assalariada, que se realiza a mais-valia. Novamente, em contraposição ao sentido inicial de trabalho, enquanto satisfação das necessidades essenciais para a sobrevivência do ser humano, trabalho produtivo no modo de produção capitalista é o que gera mais-valia ao Capital. Em nada diz respeito às necessidades do indivíduo que o executa, ainda que seja por meio deste trabalho assalariado que a classe trabalhadora, ao vender sua força de trabalho, garante sua sobrevivência.

Outra transformação ocorrida nesse contexto foi a liberação das mulheres para o trabalho em ambiente público. Diferentemente do período anterior, em que a elas era permitido o trabalho em ambiente doméstico/privado, visto que a família era a unidade central de produção, o que não significa exercer apenas tarefas domésticas, mas o local de

¹⁵ Mais-valia é o trabalho excedente realizado pelo trabalhador(a) não pago pelo burguês. Sendo a taxa de mais-valia expressão materializada do grau de exploração da força de trabalho (MARX, 2011, p. 254)

seu trabalho estava situado em âmbito doméstico e não público. Com a Revolução Industrial, a qual transformou o acesso à maquinaria, juntando a força de trabalho humana às máquinas, ampliando de forma estrondosa a capacidade produtiva da humanidade, as mulheres e crianças passaram a ser incorporadas ao trabalho industrial. Pois, segundo a lógica dos capitalistas, agora, não haveria imposições físicas a entrada desses grupos no trabalho. Em resumo, a maquinaria possibilitou a ampliação do número de assalariados à disposição dos capitalistas e deu a mulher mais uma função social. Portanto, não é que as mulheres começaram a trabalhar só no capitalismo, pois, o que se iniciou no modo de produção capitalista foi o trabalho feminino inserido na lógica de exploração do trabalho alheio, em que passou a haver a separação entre o/a trabalhador(a) e os meios de trabalho.

Em vista disso, modificou-se, igualmente, o cálculo do valor para a manutenção da força de trabalho. O que era calculado através do mínimo necessário para a reprodução, não somente do trabalhador (homem), mas também de toda a sua família. Com a entrada dos demais membros da família no mercado de trabalho, passam a ser calculados, por meio da divisão do valor da força de trabalho, todos os membros da família. Com isto, ao invés de aumentar a sua renda, ou multiplicar sua renda, o núcleo familiar da classe trabalhadora vê sua renda se dividir. Marx explica melhor esta condição:

Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto. A compra, por exemplo, de quatro forças de trabalho componentes de uma família talvez custe mais do que a aquisição, anteriormente, da força de trabalho do chefe de família, mas em compensação, se obtém quatro jornadas de trabalho em lugar de uma, e o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de um. Desse modo, a máquina, ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo, o grau de exploração (2011, p. 452).

Ainda sobre as categorias de trabalho existentes no modo de produção aqui estudado, temos o trabalho reprodutivo: a reprodução dos seres humanos; a socialização das crianças; o trabalho doméstico e; o zelo com os enfermos e idosos, todos podendo ser situados dentro do trabalho improdutivo, isto é, que não gera mais-valia. Embora Marx não tenha conceituado diretamente o trabalho reprodutivo, seus escritos subsidiam o entendimento de que, por mais que não produza mais-valia diretamente, o trabalho reprodutivo é fundamental para a viabilidade do trabalho produtivo¹⁶. Deste modo, este trabalho se configura como um

¹⁶ Para Araújo e Ferreira (2000, p. 66 e 67), “a leitura mais atenta das obras de Marx e Engels permite identificar a constante relação entre produção e reprodução da vida envolvendo, por conseguinte, trabalho pago e trabalho não-pago, inclusive o doméstico. A economia política, ao estabelecer tal conexão, fornece as bases necessárias

instrumento que possibilita, indiretamente, a acumulação de capital. Essa forma de trabalho, que se caracteriza pela reprodução da espécie humana, na construção social capitalista, é função destinada às mulheres, como esclarece Guterres:

A mulher ao desempenhar o trabalho reprodutivo está realizando as condições reprodutivas para a força de trabalho. Este trabalho não representa dispêndio para o capitalista; é um trabalho gratuito e invisível[...] O trabalho reprodutivo não gera mais-valia diretamente, porém quando este trabalho tem a tarefa de proporcionar a manutenção da força de trabalho para que o capitalista o utilize para a produção de mais-valia, pode-se afirmar que o trabalho reprodutivo é parte do processo de produção, importando para os donos dos meios de produção que não tenha que ser pago (2001, p. 44).

Dentro dos debates do trabalho reprodutivo, faz necessária a diferenciação entre o benefício que o capitalista faz desse trabalho não pago e o homem/núcleo familiar que se relaciona diretamente com a mulher que faz esse trabalho. Faz-se a defesa que o antagonismo principal aqui é o de classe, não o de gênero. O homem burguês terá sua existência abalada pela necessidade de pagar o trabalho reprodutivo, garantidor da perpetuação da força de trabalho, por meio da apropriação do trabalho excedente, pois a taxa de lucro dele diminuirá. Enquanto o homem da classe trabalhadora, e os demais beneficiários desse trabalho não pago, apenas terão que fazer adequações a sua existência, mas não verão sua subsistência ameaçada. Em síntese, a não coletivização e a socialização, tanto pelo Estado quanto pelo Capital, do trabalho reprodutivo, expressam uma das relações do modo de produção capitalista que tem como objetivo principal a produção de mais valor. Muito além de convicções sexistas acerca de funções femininas ou masculinas, o uso do trabalho reprodutivo pelo capitalista diz respeito à exploração e manutenção de sua produção de mais-valia (ARRUZA, 2015, p. 42).

Explica-se, assim, o porquê de o trabalho reprodutivo ser enxergado como inferior à categoria de atividade produtiva, conseqüentemente, o motivo do trabalho feminino ser desvalorizado. O modo de produção material do capital se utiliza de um conjunto de ideologias para desvalorizar esse trabalho, afinal, reproduz tais mitos para ampliar sua capacidade de geração de mais-valia. Dessa maneira, entendendo as diferenças entre trabalho produtivo e reprodutivo, conseguimos compreender a situação da mão de obra feminina no modo de produção capitalista.

para se proceder a uma crítica sobre o valor desse trabalho no próprio ciclo produção/reprodução, assim como para o entendimento dos caminhos através dos quais a exploração de classe e a opressão de sexo se articulam”.

Na contramão do feminismo liberal, que tem como pauta máxima a “divisão” das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, o feminismo socialista e a experiência da Revolução Soviética entenderam, como solução para essa questão, a coletivização e a socialização das tarefas destinadas à reprodução de homens e mulheres¹⁷. Para além de reduzir a sobrecarga das mulheres, fez-se necessário mudanças na realidade material para que, dessa forma, trabalhadoras e trabalhadores pudessem vivenciar outra relação com a produção e a reprodução de suas vidas.

Como se faz notar, ainda que a mulher faça parte do trabalho produtivo, ela não se observa livre da opressão, a qual resulta na inferiorização de toda atividade que realiza, pois, tanto no âmbito privado, quanto no público, ela se encontra em uma posição de subordinação em relação ao gênero masculino e ao Capital. Em consonância com essa lógica, a História, fruto da construção social, não sai ilesa desta mistificação da mulher e do seu trabalho. A situação do trabalho feminino, no capitalismo, se inserindo na lógica da exploração e da opressão, faz com que existam ações de alienação, concretizadas na materialidade, desvalorizando o trabalho feminino. Sobretudo, quando a mulher se coloca no trabalho produtivo.

1.2 A MULHER NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Feita as considerações acerca do trabalho no modo de produção capitalista, na qual há uma relação intrínseca entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, fazendo os dois parte de uma mesma relação de produção, construir-se-á, a partir de agora, o debate sobre gênero enquanto categoria relevante para o objetivo da pesquisa aqui exposta.

Segundo Arruza (2015), dentro das reflexões sobre relações de gênero ou, ainda, sobre as opressões, existem três perspectivas que, atualmente, hegemonomizam a discussão sobre a relação entre o modo de produção capitalista e as opressões no geral. A primeira perspectiva, chamada de “Teoria dos sistemas duplos ou triplos”, compreende as opressões de gênero e raça enquanto autônomas em relação ao Capitalismo, porém combinadas a ele, estabelecendo, em consequência, uma relação de reciprocidade na qual um modifica o outro.

Já a segunda tese, “Capitalismo indiferente”, entende as relações de opressão como resultado de sistemas de desigualdades anteriores a existência do modo de produção capitalista. Circunstância que justificaria a síntese de que o Capitalismo não necessita dessas opressões. Seria apenas uma relação oportunista. Logo, ao não ser essencial ao modo de

¹⁷ Junto a pauta da socialização do trabalho doméstico, a visão bolchevique, durante a Revolução Soviética, defendia também a união livre, o fim da família nos moldes burgueses e a emancipação das mulheres por meio do trabalho assalariado (GOLDMAN, 2014, p. 31).

produção capitalista, essa perspectiva compreende que é possível acabar com as opressões, sem ser necessário findar com tal modo de produção, isto é, não haveria antagonismo entre o Capitalismo e a emancipação das mulheres.

Por fim, a terceira perspectiva, nomeada de “Tese unitária”, defendida por Arruza (2015), entende que as opressões são a expressão do próprio modo de produção capitalista. As desigualdades de gênero, mesmo que anteriores ao Capitalismo estão contidas no respectivo modo de produção, não sendo autônomas ou com ele relacionadas. Tal visão, ainda, defende mais do que categorizar, haja vista que

o desafio é entender como a dinâmica de acumulação de capital continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem expressar estes mecanismos em termos estritamente econômicos ou automáticos (Idem, p. 38).

Nessa lógica, junto a Arruza (2015), faz-se a defesa de que as relações de opressão se expressam e são o próprio modo de produção capitalista. Entendendo que os modos de produção da vida não são sistemas estanques, mas fruto de relações reais e concretas, compreende-se que, ainda que, na sociedade dividida em classes, mesmo que a divisão sexual do trabalho e suas derivações sejam anteriores ao modo de produção capitalista, hoje, eles fazem parte da mesma estrutura.

Por sua vez, estabelecemos a divergência com a primeira e a segunda tese, pois elas dizem mais a respeito de sínteses abstratas do que a materialidade da vida das mulheres da classe trabalhadora. Somando-se, também, que essas defesas mais fortalecem do que emancipam as mulheres inseridas no modo de produção capitalista, em consequência em relações de opressão. Sendo utilizadas, inclusive, para a perpetuação do Capitalismo, pois negam a necessidade de superação desse modo de produção.

Como já citado, o modo de produção capitalista é contraditório, pois, ao mesmo passo que, atualmente, permite que alguns grupos de mulheres alcancem altos postos de emprego, ele amplia a desigualdade entre homens e mulheres. Mais ainda, entre mulheres de grupos diferentes. Nessa lógica, para além dos debates abstratos, situados na alienação das relações por parte da ideologia burguesa, o que nos interessa aqui é a materialidade, nos mostrando que o modo de produção capitalista tem relações de opressão que possibilitam e perpetuam a exploração de um indivíduo por outro indivíduo.

Da mesma forma que o capitalismo deu a mulher a possibilidade do espaço público, em contraposição a contextos anteriores, fez tal ação, sem liberar a mesma das obrigações

domésticas, estabelecendo a dupla/tripla jornada de trabalho. Com a imposição de salários e postos de trabalhos mais precários que dos homens, e com a não coletivização do trabalho reprodutivo, garante-se, assim, a isenção por parte da classe burguesa de pagar pela manutenção e pela reprodução da força de trabalho, a qual permite a produção de mais valor. Em síntese:

Inversamente, também no capitalismo, sob o qual se desenvolveram as maiores riquezas sociais pela humanidade em toda sua história, existem um bilhão e trezentos milhões de pobres, dos quais 70% são mulheres e meninas. As mulheres são as que mais sofrem as consequências dos planos de fome que impõem os organismos multilaterais e o imperialismo através e inclusive de seus melhores especialistas em “gênero e desenvolvimento”. O capitalismo contém estes e outros paradoxos. Enquanto recria permanentemente sua própria sepultura, também cria, para as mulheres, as condições de alcançar uma igualdade de gênero nunca alcançada, porém, ainda proibida para milhões de mulheres exploradas no mundo (D’ATRI, 2011, p. 149).

Por fim, defende-se a diferenciação entre duas categorias que costumam ser confundidas, gerando, conseqüentemente, sínteses problemáticas acerca da posição que a opressão e a exploração assumem no modo de produção capitalista.

Concordando com D’ATRI (2008, p. 20), compreende-se a exploração como uma relação em que uma classe, detentora dos meios de produção, se apropria do fruto do trabalho excedente de outra classe, a qual possui apenas a sua força de trabalho. Ao passo que a opressão é uma relação de uso de desigualdades para a submissão de outro grupo, através de demarcadores raciais, culturais, sexuais ou de gênero. Entende-se que as mulheres são um grupo policlassista, sendo a classe na qual estas pertencem o demarcador de como a opressão as atingirá. Logo:

Supor que somente por serem mulheres há algo que vincula Margaret Thatcher com as desempregadas inglesas, as empregadas domésticas da Argentina, ou as operárias mexicanas é, em última instância, cair no reducionismo biológico da ideologia patriarcal dominante que as mesmas feministas criticam seriamente. Falar de gênero assim, portanto, é fazer uso de uma categoria abstrata, vazia de sentido e impotente para a transformação que queremos levar adiante (D’ATRI, 2008, p. 24).

Em suma, aqui, gênero é utilizado como mais um meio para compreensão das relações sociais na qual as mulheres da categoria metalúrgica de Campinas e Região estavam inseridas. Nega-se gênero como uma condição que se explica por si só, ou, que é “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Reconhece-se que as relações de gênero devem ser situadas e compreendidas historicamente. Na contramão de

dispensar a existência das diferenças, tais como de gênero, raça e sexualidade, entre outras, o uso do conceito de identidade, aplicado nesta pesquisa, tem como norte as experiências e os interesses comuns da classe, pois compreende-se as mulheres trabalhadoras enquanto pertencentes a classe trabalhadora. Deste modo, não se pode construir a identidade dessa classe sem estas. Diante disso, o equívoco teórico não está em interpretar a classe a partir de um elo comum, mas sim, em usar de sua heterogeneidade para fragmentá-la.

Feitas as considerações sobre o conceito de “trabalho” e a relação da opressão de gênero e a exploração, fundamentais para a perspectiva desse estudo, o qual se vincula a história social, parte-se, agora, para a reflexão de algumas obras que têm como tema central a situação da mão de obra feminina no contexto brasileiro. Indo de fins do século XIX até a década de 1980, período em que se encontra o objeto de estudo dessa escrita: as trabalhadoras da categoria do SMTC, entre 1984 e 1988.

Uma obra relevante para a historiografia sobre o tema, porque se trata de um dos primeiros estudos sobre a mulher brasileira, enquanto trabalhadora, é *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de Heleieth I. B. Saffioti. Considera-se central na obra a ideia de que, na contramão do que a ideologia burguesa divulga, o desenvolvimento do modo de produção capitalista não traz igualdade às mulheres. Pelo contrário, com o desenvolvimento do Capitalismo no País, a mão de obra feminina passa ser cada vez mais inserida no mercado de trabalho de forma precária. A autora explica melhor esta assertiva:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara: no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (1979, p. 35).

Assim, Saffioti observa que é errônea a afirmação de que as trabalhadoras estão alcançando igualdade em relação aos homens, dado que essas ocupam cargos de níveis mais baixos e recebem salários menores que os trabalhadores, ainda que elas tenham mais qualificação do que os homens.

Em outra obra de sua autoria, Saffioti argumenta que a opressão de gênero está intimamente ligada ao Capital. Dessa forma, apesar de alguns avanços em certas esferas, em essência, as mulheres continuam sendo perpassadas pela opressão de gênero e da exploração. Essa contradição entre “mudanças” e “permanências” são assim explicadas pela autora:

A liberação sexual, em circunstâncias de abundância de métodos anticoncepcionais extremamente eficazes, não constitui nenhuma ameaça ao bom desenrolar do processo de acumulação de capital. A libertação da mulher relativamente aos serviços domésticos, todavia, poderia gerar um crescimento tal do exército industrial de reserva inconveniente e ameaçador em relação à estabilidade política das democracias liberais. A ideologia dominante sobre o desempenho de atividade econômica fora do lar por parte da mulher[...] permite uma ampla manipulação desta mão-de-obra, recrutando-a nos momentos de necessidade e expelindo-a quando a oferta de força de trabalho se torna excessiva (1981, p. 34).

Considerando essa perspectiva, cabe citar o livro *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na construção do sistema fabril*, escrito por Maria Valéria Juno Pena. Esta obra tem como objetivo analisar a participação feminina na força de trabalho. Ao iniciar sua interpretação, Pena argumenta que, para observarmos a situação da trabalhadora brasileira, deve-se analisar os diversos âmbitos da vida das mulheres. Sobre este tema, a autora discorreu:

A sujeição da mulher ao homem não se originou do capitalismo; nesse, e no desdobramento que opera entre os espaços “público” e o “privado”, ela apenas tornou-se mais virulenta e devastadora. A opressão não se coloca mais somente na família, mas multiplica-se porque se multiplicam as esferas de significação da vida social. Estudando o trabalho da mulher na indústria e as modificações sexuais envolvidas na composição do proletariado fabril, procuro enfatizar como as relações de reprodução consistem em parte integrante da organização do trabalho e um instrumento efetivo de acumulação de excedentes (1981, p. 14).

A partir dessa análise, Pena disserta sobre as relações que cercam e influenciam a produção e a reprodução da vida da mulher da classe trabalhadora no País. Segundo ela, a situação de as trabalhadoras receberem salários menores que os dos homens, resulta da suposição, a qual o modo de produção capitalista reforça e se beneficia, que os custos da reprodução das mulheres estarão cobertos por algum indivíduo masculino, seja ele seu pai ou marido.

Outro tema abordado pela autora é a relação singular que permeia as trabalhadoras negras, evidenciando um grupo que, muitas vezes, é esquecido por estudos que têm como modelo a mulher burguesa e branca, ou até mesmo, apenas as trabalhadoras brancas (principalmente, as imigrantes que se fizeram presentes no início do processo de industrialização brasileiro). O que incorre em um erro, quando se trata do estudo da realidade brasileira, porque segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), negros(as) correspondiam em 2014 a 53,6 % da população.

Se, para a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, a escravidão nas colônias e o comércio triangular, possibilitaram o acúmulo primitivo, base para o modo de produção

capitalista, no Brasil, ainda que tardiamente, por assumir posição periférica em nível internacional, o capitalismo também teve suas bases no escravismo, perdurando, em solo brasileiro, por quase 400 anos (MOURA, 1994). Dessa forma, ao falar sobre o modo de produção capitalista no País, mais ainda sobre a classe trabalhadora brasileira, estamos falando respectivamente sobre uma estrutura burguesa e racista, que atinge diretamente a população negra. Para seguirmos, a reflexão de Octávio Ianni torna-se importante:

Descendente do africano escravizado, marcado pela diáspora e pelo holocausto, compo a mais numerosa coletividade, dentre as várias etnias; mesmo porque os brancos distribuem se em distintas nacionalidades, fidelidades e identidades; sem esquecer que muitos compõem amplamente os trabalhadores assalariados, as classes e setores subalternos, mesclando-se com os negros e outras etnias em locais de trabalho, produção e reprodução. Sim, grande parte da questão racial no Brasil diz respeito ao negro, como etnia e categoria social, como a mais numerosa “raça”, no sentido de categoria criada socialmente, na trama das relações sociais desiguais, no jogo das forças sociais, como as quais se reiteram e desenvolvem hierarquias, desigualdades e alienações (2004, p. 143).

Nessa perspectiva, torna-se equivocada a perpetuação da síntese de que as mulheres não trabalhavam antes da instauração e do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou que o tratamento dado às mulheres brancas era o mesmo dado às mulheres negras. As mulheres não começaram a trabalhar só no capitalismo, o que se inicia com esse modo de produção é uma forma de exploração em que há a separação entre trabalho e meios de trabalho. Porém, diferentemente das mulheres brancas, que não exerciam atividades em ambientes públicos, resguardando assim, a virgindade e a monogamia destas perante seus maridos, e as características “inatas” femininas de fragilidade e docilidade, às mulheres negras escravizadas no Brasil, segundo Pena, apresentaram

a diferenciação sexual que operava ao nível dos grupos dominantes em relação ao trabalho não encontrava equivalentes entre os escravos e escravas, numa plantação de café, conforme relata Stanley Stein. Segundo este, “elas (as escravas) faziam o trabalho de homens – roçando, plantando e colhendo – nas encostas de café (1981, p. 100).

A autora expõe que as circunstâncias impostas às brancas livres não eram as mesmas na qual se encontravam as negras escravizadas, na época sob o jugo da escravidão¹⁸. Na contramão de negar a opressão de gênero para com esse grupo de mulheres, mas sim trazer

¹⁸ Angela Davis, no livro *Mulheres, classe e raça* (2016), ao estudar a escravidão nos Estados Unidos e a forma como a opressão de gênero atravessou a vida das mulheres negras escravizadas, nos dá um relevante argumento, para pensar, também, o caso brasileiro, contrapondo a recusa de que esse grupo de mulheres foi vítima de opressão de gênero. De acordo com Davis, ainda que não tenham sido vítimas de seus companheiros escravizados, as mulheres negras escravizadas experimentaram a opressão de gênero por parte dos senhores de escravos.

as especificidades, faz-se necessário apontar que “dar à luz (sem ser livre) ao herdeiro da propriedade não é a mesma coisa que dar à luz (sem ser livre) à propriedade (HARAWAY, 2004, p. 242). Por isso, ao observarmos a situação da mulher negra no País, mesmo no período pós-Abolição, deve-se levar em consideração essa realidade, pois, ainda na atualidade os trabalhos hegemonicamente destinados às mulheres negras e a valorização dessas atividades têm resquícios desse período. Logo, as trabalhadoras negras, para além da exploração, se encontram diante da opressão estrutural de gênero, raça e etnia.

Como escreveu Hooks (2019), é preciso diferenciar o significado de trabalho enquanto realização criativa, segundo a ideologia burguesa, praticado por poucos homens, menos ainda mulheres, do trabalho enquanto atividade forçada em condições precárias, e única forma de garantir a sobrevivência realizada pela maioria de homens e mulheres ao longo da História (2019, p. 105). Longe da alienação de trabalho enquanto atividade emancipatória por si só para as mulheres, assim como para os homens, propõe-se, aqui, o estudo das mulheres da classe trabalhadora inserido na materialidade do modo de produção capitalista.

No livro *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*, Luzia Margareth Rago apresenta um estudo sobre a presença feminina na incipiente classe operária do Brasil. Com um recorte temporal que compreende fins do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, a autora supera o discurso simplista e masculino de apagamento das mulheres trabalhadoras enquanto participantes do Movimento Operário. Rago (1985) historiciza a construção de um novo modelo normativo de mulher, implementado nas primeiras décadas do século XX. Como consequência, houve a construção de um exemplo burguês de família, que idealmente deveria ser seguido, respondendo às necessidades estruturais do modelo econômico vigente. Para Rago,

a promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intra-familiares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial (1985, p. 62).

Assim, no período que compreende a formação da classe operária no Brasil, fins do século XIX e início do século XX, na qual as mulheres representaram um grande percentual

desse grupo, essas encontravam uma materialidade que colocava sobre elas uma série de características e responsabilidades que reforçavam a sua submissão aos homens e ao Capital. As mulheres eram caracterizadas como frágeis, forjando-se uma representação ideal de mulher: a esposa-mãe-dona-de-casa. Atendendo às demandas de um contexto de urbanização e de desenvolvimento industrial, logo, à mulher, era permitido o acesso ao espaço público, mas como contrapartida essa era controlada por um rígido código moral¹⁹. A despeito disso, Rago, concordando com Saffioti, pontua “quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros, a anátema do pecado e o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho” (Idem, p. 63).

Nesse sentido, temos a situação das mulheres negras que, inseridas em um modo de produção racista, sofreram/sofrem ferozmente com essa demanda pelo modelo ideal esposa-mãe-dona-de-casa. Como resquício da escravidão e do racismo estrutural, no presente do modo de produção capitalista, em decorrência da política estatal para o embranquecimento da população brasileira, temos a marginalização do trabalhador negro, com a recusa ou a restrição do seu uso como mão de obra assalariada. As trabalhadoras negras no Brasil foram empurradas para o cargo de “chefe da casa”, visto que seu companheiro negro estava impossibilitado de prover a família, como esperado pelo modelo de família burguesa (MOURA, 1994). Na perspectiva de que os serviços domésticos não eram um trabalho “real”, seguindo o histórico da escravidão, às mulheres negras foram destinadas as atividades ligadas ao trabalho reprodutivo. O qual, como já exposto anteriormente, é desvalorizado. Portanto, na impossibilidade de corresponder ao modelo burguês, a trabalhadora negra se viu (e se vê) diante da exploração, do racismo e da opressão de gênero, os quais, juntos, através da alienação das relações, criam justificativas para tal posição precária, econômica e socialmente²⁰. Surgem, assim, os mitos da mulher negra guerreira, raivosa, sexual e matriarcal (HOOKS, 2019).

Isto posto, a situação de muitas mulheres negras serem chefes de família, longe de querer negar a capacidade das mulheres negras de trabalharem e se sustentarem,

¹⁹ Para além do Estado, a Igreja Católica assumiu relevante papel, reforçando esse código moral, através da produção de questões no campo ideológico e subjetivo, as quais justificavam a monogamia e a virgindade feminina até o casamento (RAGO, 1985, p. 32).

²⁰ De acordo com os dados do estudo “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, realizado entre 1995 e 2015, o trabalho doméstico remunerado representa 18% da ocupação das mulheres negras e 10% das mulheres brancas. No que tange ao analfabetismo, em 1995, os números eram de 23,1% para as mulheres negras e 10,1% para as mulheres brancas e, em 2015, os números correspondiam, respectivamente, a 10,2% e 4,5% (IBGE, 2017).

materialmente diz muito mais a respeito sobre a situação dos homens negros terem dificuldade de arranjar empregos estáveis, igualmente, pela solidão da mulher negra, do que uma certa natureza forte e guerreira. Como colocado por Hooks (2019), deve-se negar a romantização do abandono da mulher negra ou ainda de certa matriarcalidade natural deste grupo. Ao falar sobre o contexto estadunidense, ela escreve:

O uso impróprio do termo matriarcal conduziu muitas pessoas a identificar qualquer mulher presente numa casa onde não reside um homem como matriarcal. Dentro da sociedade matriarcal a mulher é quase sempre economicamente segura. A situação econômica das mulheres negras nos Estados Unidos nunca foi segura. Enquanto a média do rendimento dos homens empregados nos anos recentes superou a média de rendimento das mulheres brancas, os salários que as mulheres negras recebem em média permanecem mais baixo do que os salários das mulheres brancas e dos homens negros. Se as mulheres negras recebem em média baixos ou médios rendimentos, são poucas as que são capazes de assegurar e possuir propriedade (Idem, p. 53).

Por mais que Hooks pontue sobre a realidade estadunidense, a perspectiva da autora nos ajuda a compreender o cenário das trabalhadoras negras no Brasil, derrubando, assim, os mitos que estereotipam e justificam o racismo, a opressão de gênero e a exploração desse grupo.

Outro aspecto, levantado por Rago, é a relação entre o Movimento Operário da época, liderado por homens, e as mulheres trabalhadoras. Inseridos na lógica dominante, que descrevia a mulher enquanto inferior ao homem e “naturalmente” criada para os cuidados domésticos e familiares, os trabalhadores reproduziram a concepção burguesa de ideal feminino, representado pela tríade “esposa-mãe-dona-de-casa”. Logo, a participação das mulheres nos sindicatos, nas organizações de classe e na produção foi obstaculizada, pois

pouco importam os vários artigos que na imprensa operária cobram uma maior participação feminina nos movimentos reivindicativos da classe. Na prática, esses movimentos eram controlados por elementos do sexo masculino, que certamente tinham maior liberdade de circulação, maior acesso à informação e maior organização entre si. As mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos líderes (1985, p. 64).

Recusando a alienação sobre a participação das mulheres no Movimento Sindical e Operário, Rago faz um relevante apontamento, o qual nos ajuda a entender e superar o silenciamento das trabalhadoras femininas na Formação Histórica do Brasil:

Em geral, a recusa das mulheres em participar das organizações sindicais ou partidárias foi vista como inconsciência política, tanto pelos militantes quanto pela

produção acadêmica, ao menos até recentemente. Talvez se possa indagar se esta atitude de descomprometimento com as instituições políticas, controladas por figuras masculinas, não tenha significado uma certa compreensão dos obstáculos intransponíveis com que se defrontava a mulher, não só na fábrica, mas também da família [...] Por outro lado, a pequena participação das mulheres no interior das entidades de classe não deve obscurecer a percepção da ocorrência de outros momentos da resistência feminina, invisíveis para a lógica masculina da ação política (Idem, p. 73).

A autora destaca a importância de se tentar entender, primeiramente, o contexto na qual estas mulheres trabalhadoras estavam inseridas, identificando as barreiras estruturais que dificultavam as suas mobilizações. Acrescenta-se ainda que, encontrar esses obstáculos, os mesmos devem servir para trazer à tona a resistência desse grupo contra a exploração e a opressão. Em síntese, em um momento histórico em que a classe operária era constituída, em grande parte pela força de trabalho feminino, na qual as expressões de luta eram presentes, não enxergar a participação das mulheres é, no mínimo, contraditório, afinal, sem as mesmas, estas mobilizações estariam desfalcadas e sem poder de atingir o Capital.

Em outro texto de sua autoria, “Trabalho feminino e sexualidade”, presente em *A História das Mulheres no Brasil*, organizado pela historiadora Mary Del Priore, Rago consensua com Saffioti no que concerne ao processo de expulsão da mão de obra feminina do mercado brasileiro, durante o século XX. Ao referir-se a tal assunto, Rago escreveu:

As pesquisas apontam, portanto, para uma direção totalmente contrária à que imaginamos, quando pensarmos no impacto da presença feminina na constituição do parque industrial brasileiro. Somos informados que as mulheres foram progressivamente expulsas e substituídas pela mão de obra masculina no início do século XX. Assim, enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23%. O desenvolvimento das indústrias, intensificado pela Primeira Guerra Mundial, que trouxe um aumento de 83,3% da população operária no espaço de treze anos, explica-se pela ampla incorporação do trabalho masculino em detrimento do feminino (2013, p. 582).

Segundo Rago (2013), as mulheres trabalhadoras sofreram ao longo do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, com a marginalização e a desvalorização da sua força de trabalho. Isso não significa que o emprego da mão de obra feminina acabou. Pelo contrário, ele apenas se manteve em alguns postos considerados “femininos”, como o trabalho doméstico, em escolas, escritórios, lojas e/ou, está apagado, por ser encontrado em áreas não regularizadas, sendo que, esse grupo atua com papel de exército industrial de reserva, categoria fundamental para o modo de produção capitalista.

No mesmo livro, o capítulo “Ser mulher, mãe e pobre”, redigido por Cláudia Fonseca, evidencia a função assumida pela mão de obra feminina no exército industrial de reserva, ao

demonstrar que, tal circunstância, alimenta os salários mais baixos pago às mulheres, bem como ao rebaixamento de salários dos homens. Não podendo decidir se exerciam uma atividade de trabalho ou não, estas mulheres pobres, segundo a autora, “em geral, mal ganhavam o mínimo necessário para seu próprio sustento, muito menos para manter seus filhos. Os empregadores preferiam mulheres e crianças justamente porque essa mão de obra custava em média 30% menos” (FONSECA, 2013, p. 518).

Chegando ao contexto da segunda metade do século XX, mais especificamente nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil, principalmente nas regiões mais industrializadas, vivenciou uma situação de inconstância econômica e política que afetou a classe trabalhadora como um todo. Nos anos 1970, o País experienciou um período de crescimento econômico, o chamado “Milagre Econômico”. Por outro lado, isso vinha em um contexto de Ditadura e de intenso processo concentrador de renda e produtor de extremas desigualdades sociais. O “Milagre” começou a desmoronar, com mais uma crise cíclica do Capitalismo, ainda na década de 1970. Diante desse cenário, o Brasil afundou em uma crise econômica, gerando elevadas taxas inflacionárias e de desemprego, intensificando a precarização da qualidade de vida da classe trabalhadora, condição que teve influências sobre a mão de obra feminina, como demonstra Bruschini:

Até 1980 os dados revelam um crescimento da participação feminina em atividades econômicas de mercado não apenas intenso, mas até mesmo superior, em números relativos, ao ocorrido com o sexo masculino. Para muitos analistas este movimento seria a resultante direta da necessidade de complementar a renda familiar do trabalhador, desgastada pela queda do poder real dos salários. Premidas pela necessidade econômica e pela impossibilidade de garantir, com o salário do chefe, o sustento de todo o grupo, as famílias seriam forçadas a lançar mão do trabalho de outros membros, especialmente suas mulheres e seus filhos. O ingresso acentuado das casadas e das mães das camadas mais pobres no mercado de trabalho, bem como a ampliação das taxas de atividade econômica dos muito jovens, são indícios de que estas hipóteses são verdadeiras (1998, p. 58).

Impulsionadas, principalmente pela necessidade econômica de complementar a renda familiar, assim como pelo aumento de sua escolaridade, pela diminuição da taxa de fecundidade e pelas transformações nas relações familiares, pautadas pelos movimentos feministas, a mão de obra feminina, inclusive entre as casadas²¹, cada vez mais inseriu-se no mercado de trabalho. Após serem “expulsas” do mundo do trabalho, ao longo de toda a primeira metade do século XX, respondendo às necessidades do Capital (tríade esposa-mãe-

²¹ Anteriormente, a maioria das mulheres presentes no mercado de trabalho eram solteiras e/ou sem filhos. Assim que essas casavam, abandonavam seu trabalho, pois a prioridade da mulher, no modo de produção capitalista, deveria ser o cuidado com família, isto é, o trabalho reprodutivo (BRUSCHINI, 1998, p. 25).

dona-de-casa), as mulheres passaram a ser incorporadas, novamente, ao mercado de trabalho, pois a elas passaram a pagar salários menores, possibilitando o aumento da garantia da mais-valia. Dados apontam que, naquele contexto, a taxa de atividade feminina saltou, em decorrência do processo de expansão da industrialização, de 18,2%, em 1970, para quase 37%, em 1985 (SOUZA-LOBO, 1989, p. 15).

Elizabeth Souza-Lobo, em *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência* (1991), fez um estudo sobre as operárias no estado de São Paulo, dentro daquela conjuntura. O livro mapeia e interpreta as transformações que ocorreram no setor industrial, na Região, no que concerne às mulheres. Segundo Souza-Lobo (1991, p. 31), em 1979, as operárias do ramo metalúrgico constituíam 25,1% do conjunto das mulheres que trabalhavam na indústria e 25,7% do emprego industrial do estado de São Paulo.

Ainda, de acordo com a autora, o trabalho industrial das mulheres, na década de 1980, no polo paulista, apresentava as seguintes características:

- os salários femininos são mais baixos que os masculinos e essa diferença se acentua com a idade;
- na produção, as mulheres se concentram em empregos classificados como não-qualificados ou semiqualeificados;
- as tarefas realizadas são monótonas, repetitivas, de ciclo curtos (alguns segundos) e requerem destreza e habilidade manual;
- as formas de controle (e os critérios de seleção) da mão de obra feminina diferem da forma de controle exercidas sobre a mão-de-obra masculina. (Idem, p. 21)

Portanto, como apontado anteriormente, pela síntese do que significa “ser mulher, ser operária”, a mão de obra feminina, naquele contexto, vai ser vítima da intensificação da dupla condição (exploração/opressão) que o modo de produção capitalista as oferece. Entretanto, tais circunstâncias não impossibilitaram que essas trabalhadoras se colocassem em movimento contra a precarização de suas vidas, somando-se à onda grevista, que marcou os anos 1980. Greves essas, parciais ou por categorias, marcadas por pautas principais como a luta contra a superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras e contra o arrocho salarial (ANTUNES, 1995, p. 23). Insere-se a essa conjuntura as trabalhadoras da categoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Região em 1984.

No que tange ao debate historiográfico sobre a mulher na História, a obra *As mulheres ou os silêncios da História*, da historiadora francesa Michelle Perrot, apesar de não fazer parte da historiografia sobre a mulher trabalhadora no contexto brasileiro, faz-se presente

neste estudo, pois consta como um marco no que tange à História das Mulheres no âmbito europeu, conseqüentemente, tendo reflexos na produção historiográfica do tema no Brasil. Perrot evidenciou a mulher como protagonista da História, mediante um debate sobre “o fazer da História”, introduzindo as experiências femininas nos relatos históricos. Tendo como ponto de partida a desigualdade de gênero existente, a historiadora escreve:

Esta desigualdade é o primeiro dado sobre o qual se enraíza um segundo dado: a deficiência dos traços relativos às mulheres e que dificulta tanto a sua apreensão no tempo, ainda que esta deficiência seja diferente dependendo da época. Porque elas aparecem menos no espaço público, objeto maior da observação e da narrativa, fala-se pouco delas e ainda menos caso quem faça o relato seja um homem que se acomoda com uma costumeira ausência, serve-se de um masculino universal, de estereótipos globalizantes ou da suposta unicidade de um gênero: A MULHER. A falta de informações concretas e circunstanciadas contrasta com a abundância dos discursos e com a proliferação de imagens. As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber com elas mesmas as viam e as viviam (PERROT, 2005, p. 11).

Perrot destaca algumas características que “perseguem” as mulheres na escrita da história. A autora ressalta o quanto a historiografia tradicional se subsidia em fontes que essencialmente são produzidas por homens que têm na mão a hegemonia da escrita e do espaço público, universo mais investigado por essa corrente da historiografia. Logo, a escrita da História das Mulheres deve se atentar na busca de outras fontes, vozes e perspectivas.

Concordando com Rago, Perrot destaca as barreiras impostas às mulheres trabalhadoras, já que a sociedade não aceitava, facilmente, a relação de feminino com o “ser operária”, muito menos o ser trabalhadora e grevista. Segundo a historiadora, tais representações vão na contramão do que a sociedade patriarcal tem como modelo de “ideal feminino”, caracterizado como dócil e discreto. Como consequência de tal ousadia, as mulheres grevistas são estereotipadas pela imprensa burguesa como “loucas, histéricas e obscenas” (Idem, p. 160).

Na perspectiva de Perrot, ao investigar a situação da força de trabalho feminina, deve-se atentar-se para diversas esferas que perpassam a vida das mulheres. A família, por exemplo, a qual causa reflexos na vida da mulher trabalhadora, visto que a essa instituição a mulher tem uma série de deveres (cuidado com a casa, marido e filhos). Esta situação aparece como obstáculo na inserção da mulher no processo produtivo, nas mobilizações e no espaço público. Dito isto, identifica-se, ainda, a necessidade de maiores estudos sobre as trabalhadoras femininas no contexto do “Novo Sindicalismo”, pois a maior parte das escritas, aqui analisadas, têm como recorte temporal máximo a primeira metade do século XX.

CAPÍTULO 2 - O “NOVO SINDICALISMO”

Ao longo da segunda metade do século XX, o Estado Brasileiro, seguindo a lógica da nova ordem mundial estabelecida pela chamada “Guerra Fria”, intensificou um processo de transformação na sua base econômica, o qual teve reverberações nos âmbitos políticos e sociais. É nesse período que o País viveu: uma Ditadura Civil-Militar²² que durou 21 anos; uma industrialização e uma urbanização em níveis não alcançados anteriormente, e; a intensificação e o (re)surgimento de movimentos sociais que marcaram e ainda marcam as mobilizações de cunho social e classista brasileiros.

Em 31 de março de 1964, as Forças Armadas, mediante um golpe civil-militar, com o respaldo da burguesia brasileira e seus associados, tiraram a presidência do País das mãos do então presidente João Goulart. Com a justificativa de livrar a Nação da corrupção e do comunismo (FAUSTO, 2006, p. 257), os militares fizeram uso da repressão e da censura para governar o Brasil. Sobre isso Galeano pontuou:

O desenvolvimento capitalista já não se compaginava com as grandes mobilizações de massas em torno de caudilhos como Vargas. Era preciso proibir greves, destruir os sindicatos e os partidos, encarcerar, torturar, matar, e apequenar pela violência os salários dos operários, de modo que pudesse ser contida, à custa da maior pobreza dos pobres, a vertigem da inflação (2010, p. 282)

Visando modernizar a economia e promover uma reforma no aparelho do Estado, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o qual teve como uma das consequências para a classe trabalhadora, em 1966, a perda da estabilidade no emprego após 10 anos de serviço, anteriormente garantido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Apesar do discurso oficial dos militares, que divulgavam o crescimento econômico da Nação de forma intensa, isso não significava que os trabalhadores(as) também recebiam os “louros” dessa expansão “milagrosa”. Ainda, segundo Galeano, “entre 1955 e 1966, no Brasil, a indústria mecânica, a de materiais elétricos, a de comunicações e a indústria automobilística elevaram sua produtividade em cerca de 30 por cento, mas no mesmo período os salários de seus operários cresceram, em valor real, apenas 6 por cento” (2010, p.

²² O uso do adjetivo civil-militar justifica-se pela compreensão de que o Golpe e a Ditadura são expressão da luta de classes, presente no modo de produção capitalista. Representa um momento na qual a burguesia (parte da sociedade civil), junto aos militares, no jogo de correlação de forças, impuseram suas demandas à classe trabalhadora de forma direta. Dessa forma, a Ditadura Civil-Militar no Brasil teve caráter classista. Nessa perspectiva, ver: ALVES, 5 ed., 1989.

232). A passos lentos, o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista no País, que contava com o subsídio do Estado, mediante reduções de impostos e facilidades na aquisição de crédito às empresas estrangeiras, gerava contradições que, posteriormente, seriam denunciadas pela classe trabalhadora e pelos movimentos sociais.

Em 1973, a partir da Crise do Petróleo, de proporção mundial, e pela política econômica da Ditadura, os pontos negativos do “Milagre Econômico” começaram a se destacar. Este processo resultou na ampliação da insatisfação popular com o Governo Ditatorial. Em contraposição à expansão da indústria, no período anterior a 1973, favorecendo o consumo de bens duráveis pelas classes de renda média e alta, os salários da classe trabalhadora, principalmente de baixa qualificação, progressivamente perderam seu valor real. Não bastasse esse cenário, os programas sociais, durante o “Milagre”, foram menosprezados. O Brasil, que se vangloriava de altas taxas de crescimento econômico, era o mesmo, amargando péssimas posições quando o assunto era saúde, educação e habitação. Sobre essa situação de crise mundial, Hobsbawm destacou:

A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes do mundo — a URSS e a Europa Oriental do “socialismo real” — desabou inteiramente. Mesmo assim, durante muitos anos os problemas econômicos ainda eram “recessões”. O tabu de meio século sobre o uso do termo “depressão”, lembrança da Era da Catástrofe, não foi inteiramente rompido. O simples uso da palavra poderia conjurar a coisa, embora as “recessões” da década de 1980 fossem “as mais sérias em cinquenta anos” — uma expressão que na verdade evitava especificar o período de fato, a década de 1930 (1995, p. 312).

Em resposta a essa conjuntura desfavorável, no que concerne às liberdades democráticas, à garantia de direitos trabalhistas e à dignidade mínima para a sobrevivência dos(as) trabalhadores(as), ocorreu a intensificação das mobilizações populares²³, com a finalidade de barrar e superar esse cenário. Dentro desse contexto, no campo do Movimento Sindical, surgiu o nomeado “Novo Sindicalismo”, processo esse que é o objeto de investigação teórica e reflexiva neste capítulo.

Logo, pretende-se elencar, debater e criar uma síntese acerca do que foi/significou esse movimento, conhecido como “Novo Sindicalismo”, para a História do Movimento Sindical Brasileiro. Para tal, dividiu-se essa escrita em dois estágios, nos quais:

²³ Movimento Contra Carestia; CEBS; Movimento pela Saúde e Educação; Movimento de Mulheres.

primeiramente, as ideias presentes na bibliografia serão apresentadas e debatidas, trazendo os seus consensos e suas divergências; posteriormente, será apresentada a síntese sobre o que será defendido e caracterizado como “Novo Sindicalismo”, como uma das etapas para responder ao problema de pesquisa desta dissertação.

Nessa lógica, por fim, objetiva-se traçar e entender como o Movimento Sindical, conhecido como “Novo Sindicalismo”, se estruturou em Campinas e Região, buscando fundamentar qual a relação entre esse Movimento e a participação da mão de obra feminina no SMCR.

2.1 CONSTRUÇÃO E BASES DO “NOVO SINDICALISMO”

A temática, relacionada ao “Novo Sindicalismo”, ainda é novidade no campo da História, sendo a maioria dos estudos e obras selecionados para essa discussão oriundos da Sociologia. Pode-se explicar tal situação pela concepção tradicional da História que entendia como campo de estudo historiográfico apenas os processos passados de média e longa distância temporal de quem o realiza. Segundo esse ponto de vista, era necessário certo distanciamento por parte do historiador(a) para que, dessa forma, se garantisse a “neutralidade”, resultando na “ciência histórica”. Na contramão dessa perspectiva, nessa escrita, pretende-se refutar qualquer ideia de “neutralidade”, assim como demonstrar a necessidade de estudos com esse recorte temporal e temático pelas lacunas existentes na historiografia no que se refere ao “Novo Sindicalismo”, haja vista que há uma concentração de pesquisas do Movimento Operário e Sindical Brasileiro no período da Primeira República. Nessa lógica, Bilhão escreveu:

O campo de estudos dos mundos do trabalho no Brasil vem passando por uma profunda renovação nas últimas décadas. Essa renovação pode ser observada em pelo menos quatro aspectos: do ponto de vista geográfico, se ampliaram as análises das peculiaridades regionais, rompendo-se definitivamente com os modelos analíticos totalizantes; do ponto de vista cronológico, aumentaram os estudos com base tanto em temporalidades mais recuadas, que contemplam o trabalho escravizado e o pós-abolição, quanto aqueles que têm nas demandas do presente o seu foco de interesse, acabando com o predomínio, outrora incontestado, dos trabalhos restritos à Primeira República e que chegavam, quando muito, aos anos 1930 (2017, p. 9).

Identifica-se, também, a urgência de formulações acerca das trabalhadoras no contexto do “Novo Sindicalismo”. Se há escassez de estudos sobre as mobilizações da classe trabalhadora, nesse período, esta situação se agrava no que diz respeito à participação das mulheres. Afinal, o Movimento Sindical é visto majoritariamente como um espaço

masculino. Assim, justifica-se a relevância de tal discussão, em virtude de, ao longo das décadas de 1970 e 1980²⁴, ter ocorrido significativo crescimento da entrada das mulheres no mercado de trabalho, assim como, de sua sindicalização. (ARAÚJO; FERREIRA, 2000, p. 310)

Um debate relevante para a formulação do que se compreende por “Novo Sindicalismo”, o qual iniciará essa escrita, visto que suas diferentes interpretações levam a caminhos distintos sobre o entendimento do que é caracterizado como “Novo Sindicalismo”, se dá entre os estudos que se dividem na perspectiva de ruptura e de continuidade.

Por um lado, temos a visão dos que compreendem esse momento do Movimento Sindical Brasileiro como um novo contexto de mobilização da classe trabalhadora, diferenciando-se, totalmente, do processo anterior. Em contrapartida, existem defesas de que o “Novo Sindicalismo” foi fruto, inclusive, do chamado “Velho Sindicalismo”. Dessa forma, respectivamente, seriam estudos que partem da ótica de ruptura com a “antiga” forma de organização, sendo assim, o nascimento de um inédito modelo de movimento sindical, após um período de atrelamento e peleguismo. Outro, apresenta a perspectiva da continuidade, na qual esse “Novo Sindicalismo” não é oposição total do sindicalismo anterior. Pelo contrário, é fruto de um processo de “tese-antítese-síntese” dele. A concepção de ruptura, que tem como um dos seus primeiros representantes Francisco Correa Weffort²⁵, enxerga o Movimento Sindical Brasileiro a partir de três etapas: o primeiro é “estágio de ouro”, com as mobilizações e greves que marcaram o início do século XX, tendo como referencial a militância dos anarcossindicalistas, em um contexto finalizado quando Getúlio Vargas vinculou os sindicatos ao Estado²⁶; o segundo, de 1930 a 1977, seria de total desmobilização e de atrelamento da classe trabalhadora, devido à criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), depois somente Ministério do Trabalho, somando-se mais tarde ao Golpe, resultando na Ditadura Civil-Militar e; por fim, o período de “ressurgimento” e “inovação”, que se daria a partir de 1977, com a volta das grandes mobilizações e o uso da greve como instrumento de luta. Na lógica do surgimento do “novo”, Antunes apontou:

²⁴ A década de 1980 foi cenário de relevantes acontecimentos: a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984; das “Diretas Já”, em 1985; da Campanha pela Constituinte e da Promulgação da Nova Constituição, em 1988 e; de quatro greves gerais (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 512).

²⁵ Um dos principais teóricos dos debates políticos que caminharam para a construção do PT. Fazia críticas à ideologia nacionalista e à conciliação política de classes presentes no Projeto Democrático Nacional (PDN). Em suma, colocava-se contra “à tradição histórica da política brasileira” (WEFFORT, 1972).

²⁶ O Decreto-Lei n 19.770, assinado por Getúlio Vargas, em 1931, vinculou os sindicatos ao Estado, dando às instituições sindicais uma estrutura corporativista que permanece até hoje (DAL MOLIN, 2013, p. 90).

Trata-se de um movimento de classe, centrado na autonomia e liberdade sindical, democrático, de massa, organizado nas bases e por isso mesmo, anti-corporativo, e não burocrático. Por estas características, é um movimento que rompe, radicalmente, com a estrutura sindical, atrelada ao Estado, imposta pela ditadura de Vargas aos trabalhadores brasileiros e que, mesmo questionada no passado pelas lideranças do movimento operário, nunca foi superada, nem seriamente combatida (1995, p. 17).

Nessa síntese de Antunes, o “Novo Sindicalismo” era uma nova forma de ampla mobilização da classe trabalhadora. Com a participação dos(as) trabalhadores(as), o sindicalismo adentrou em uma diferente fase, sendo o marco inicial desse momento a luta pela reposição salarial de 1977 e o Movimento Grevista do ABC Paulista, em maio de 1978, na época polo industrial mais importante do País (ZANETTI, 1993). Há ainda no autor, a ideia de que esse movimento sindical conseguiu se livrar das amarras do Estado, representando, dessa maneira, uma mobilização totalmente autônoma. Seguindo essa linha, Boris Fausto discorreu:

O movimento operário veio à tona, no governo Geisel, com um novo ímpeto e novas feições. O sindicalismo ressurgiu, adotando formas independentes do Estado, a partir muitas vezes da vivência no interior das empresas, onde os trabalhadores organizaram e ampliaram as comissões de fábrica. O eixo mais combativo se deslocou das empresas públicas para a indústria automobilística (2006, p. 276).

Portanto, a perspectiva da ruptura caracteriza o “Novo Sindicalismo” como a representação do renascimento do Movimento Sindical combativo e autônomo, tal qual as grandes mobilizações operárias do início do século XX, no qual, após um período de “adormecimento”, causado pelas medidas de Vargas e, posteriormente, pela Ditadura Civil-Militar, a classe trabalhadora voltava a se mobilizar contra a exploração. Na contramão do sindicalismo de gabinete, sem relação com a base e motivado por interesses políticos contrários à classe trabalhadora, o “novo” seria autônomo e classista. Segundo Santana (1999), as formulações acerca do “Novo Sindicalismo” tiveram respaldo tanto na Academia quanto no próprio Movimento Sindical. Esse auxílio se deu, respectivamente, em perspectivas sociológicas e políticas, tendo em comum, nos dois casos, a valorização do presente em contraponto a desqualificação do passado. A respeito do uso do termo “Novo Sindicalismo”, Zanetti assevera:

Essa expressão manifesta uma clara vontade de distinguir este período em relação ao anterior, onde predominou uma organização e uma prática sindical que acabou sendo identificada como velho sindicalismo. Neste “velho”, não se incluem as lutas dos trabalhadores e suas organizações anteriores a 1930, um período heróico do nosso movimento operário, que, inspirado em ideias libertárias, criou os primeiros sindicatos, organizou as primeiras lutas e enfrentou o Estado que via o movimento como caso de polícia (1993, p. 4).

A cunhagem do termo “Novo Sindicalismo” partiu do objetivo de se diferenciar de um momento anterior do Movimento Sindical Brasileiro, quadro explicável, inclusive, pela disputa na formulação de um projeto político para a classe trabalhadora, o qual se tornaria hegemônico²⁷. O grupo dos “autênticos”, ou, autodenominados “combativos”, formado pelos sindicalistas do ABC Paulista e das Oposições Sindicais, disputava a forma e o conteúdo do Movimento Sindical com o bloco Unidade Sindical, composto pela chamada “esquerda tradicional” [Partido Comunista Brasileiro (PCB), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB)] e lideranças clássicas do sindicalismo, como indicou SANTANA (1999, p. 104). O que, em primeira instância, podia aparentar apenas divergências pragmáticas em relação à atuação sindical, revelava-se como discordâncias ligadas a um projeto político para/da classe trabalhadora. Em suma, os apontamentos de Weffort e, posteriormente, dos teóricos e militantes do “Novo Sindicalismo”, expressavam críticas à chamada “esquerda tradicional”, devido a submissão dela ao suposto sindicalismo oficial de Estado e ao ideário nacional-desenvolvimentista.

Ricardo Antunes, vinte anos depois, demonstrou que a avaliação, feita em 1995, ainda no bojo de efervescência e esperança com o “Novo Sindicalismo”, tinha seus limites. Em um artigo, escrito junto à Silva, no qual foi perguntado “*Para onde foram os sindicatos?*”, os autores pontuaram que, o “Novo Sindicalismo” “se articulava em torno da bandeira de um sindicalismo de classe, mais autônomo e independente em relação ao Estado [...] ele propunha uma ruptura com o passado, que teria sido predominantemente pautado pela “colaboração de classe”, “reformismo”, “conciliação”, “cupulismo” (2015, p. 513). Aqui, o que antes era “rompe radicalmente” (ANTUNES, 1995, p. 17) torna-se “mais autônomo e

²⁷ No século XX, as organizações de esquerda no Brasil formularam projetos políticos que embasavam a atuação da classe trabalhadora como um todo. Ainda na década de quarenta, a síntese hegemônica era o Projeto Democrático Nacional (PDN), tendo como representante principal o PCB. Tal perspectiva, defendia a necessidade, primeiramente, da estratégia de revolução nacional-burguesa, isto é, uma aliança da classe trabalhadora com a burguesia nacional contra a burguesia internacional, para, posteriormente, se dar a busca dos trabalhadores(as) por sua emancipação. Derrotado pelo Golpe de 1964, e avaliado como um erro, em fins dos anos 1970 e na década de oitenta, um novo programa começou a ser gestado. É o Projeto Democrático Popular (PDP), sendo o PT sua importante expressão, indicando a possibilidade de realização das tarefas democráticas em atraso, por meio de alianças populares e com a pequena burguesia (IASI, 2007).

independente do estado [...]”, propondo “uma ruptura”. Dessa forma, para além do que se desejava, nesse trecho, encontra-se uma crítica em relação ao que de fato foi, ou, poderia ser. Afinal, na década de 1980, a estrutura sindical na qual os sindicalistas estavam inseridos, era a mesma dos “velhos sindicalistas”. Para Dal Molin,

Todos os autores reconhecem, no entanto, que o Novo Sindicalismo se firmou sobre a estrutura corporativista, inclusive ao galgar direções dos sindicatos oficiais, e que este fato foi primordial para que se espalhasse rapidamente em todo o país, e se transformasse na corrente hegemônica do sindicalismo brasileiro. No entanto, os autores concordam que isso favoreceu uma certa acomodação dos líderes sindicais do Novo Sindicalismo a essa mesma estrutura corporativista que criticavam (2013, p. 95).

Assim, ainda que em seus discursos os militantes e sindicalistas do “Novo Sindicalismo” propagassem que suas atuações eram opostas às práticas dos “velhos sindicalistas”, estes também se utilizavam do sindicato enquanto instrumento de mobilização. Além do mais, a estrutura burocrática dos sindicatos permanecia a mesma, conforme podemos ver em Boito Jr.:

A investidura sindical, a unicidade sindical e as contribuições sindicais obrigatórias por força da lei geram um *aparelho sindical* integrado ao Estado e separado dos trabalhadores. Essa separação caracteriza-se pela impossibilidade de os trabalhadores deliberarem sobre questões de organização referentes ao aparelho sindical. Não decidem qual o organismo sindical que os representa, não são responsáveis e não controlam as suas finanças e não podem estabelecer livremente as normas que regem o funcionamento do aparelho sindical. Este é um órgão de direito público, cujas normas de funcionamento são estabelecidas em lei (1991, p. 39).

A forma como a estrutura sindical se coloca para a sua base, os trabalhadores(as), e para a sua gestão foi estabelecida, essencialmente, pelo Estado. A classe trabalhadora não escolhe qual sindicato irá representá-la em suas diversas categorias. É o Estado quem concede os direitos e deveres dessa Instituição. Na contramão de ignorar as possibilidades de luta, mas entendendo sua função para o Estado, Boito Jr. alertou:

A estrutura e seus efeitos são dotados de uma elasticidade relativa, eles estreitam ou ampliam os limites dentro dos quais podem agir os sindicalistas de acordo com as circunstâncias históricas. Mas esses limites nunca rompem a barreira que é imposta pela própria lógica da estrutura: se é o Estado que outorga a representação sindical, é ele que, obrigatoriamente, regula-a (Idem, p. 40).

Novamente, embora em seu enunciado o “Novo Sindicalismo” tenha se colocado como um movimento sem atrelamento ao Estado, exercendo nessa lógica autonomia sindical, faz-se necessário, como pontuado por Boito Jr., compreender o funcionamento dessa Instituição, à qual visa representar os trabalhadores(as) de uma dada categoria. Ao fazer isso, evita-se “cair em armadilhas” interpretativas baseadas somente no discurso (plano ideal). Às quais entendem as mobilizações, de fins dos anos 1970 e na década de 1980, como a representação de total autonomia em relação ao Estado. Talvez, o correto seja conceituá-lo como “mais autônomo e independente” (ANTUNES; SILVA, 2015). De acordo com Santana (1999), a partir da década de 1990, alguns estudos começaram a questionar os limites dessa total ruptura e do “novo”. Essas revisões partiam de questionamentos em relação ao pré-1964 (de 1945 a 1964), na qual a hipótese era que a prática sindical não era totalmente desvinculada da base, também ocorrendo a democratização do espaço sindical²⁸. Logo, há possibilidade de continuidades, em que as sínteses se dão para além dos marcos estruturais econômicos. Explicaria, inclusive, algumas diferenças, mas não ruptura²⁹, isto é, a partir da visão das fronteiras entre discurso e prática. Por fim, em contraposição a concepção de total renovação e ruptura com o passado, tem-se a bibliografia que entende o “Novo Sindicalismo” como resultado de processo de continuidade, tese-antítese-síntese. Contextualizando e historicizando o termo, Santana escreveu:

No caso da constituição do “novo sindicalismo”, tanto a ideia da ruptura como a da desqualificação de outros períodos produziram efeitos discursivos e práticos, levando a uma confusão entre o que é e o que deve ser. Se a interpretação sociológica partiu da suposta “positividade” de um dos períodos para tentar entender a “negatividade” do outro, a interpretação política partiu da suposta “negatividade” de um dos períodos para a proposição da “positividade” de um outro ((Idem, p. 105-106).

Nesse sentido, faz-se necessário compreender em qual cenário e por quais sujeitos o termo “Novo Sindicalismo” foi forjado. Afinal, defender a ideia de ruptura com o passado vem da necessidade de reafirmar o presente, o qual emerge como “mais evoluído”. Ao criticar a lógica de total descontinuidade, Santana (1999, p. 112) aponta que a História não pode ser analisada através de períodos desassociados que não possuem relação entre si. Seguindo essa perspectiva:

²⁸ NEGRO, 1994; SILVA, 1995; SANTANA, 1997; FONTES, 1997.

²⁹ NEGRO, 1994; LADOSKY, 1995; MATTOS, 1996.

Na história dos movimentos sociais, entretanto, é limitado o espaço para invenção completa, para a criação do absolutamente novo. As idéias que circularam nos anos 70 têm os seus antecedentes na luta ideológica travada no final da década de 50[...] essas idéias ressurgiram com força nos anos 70. Sua única novidade, entretanto, é que, antes, elas se inseriam entre as forças políticas conservadoras que se encontravam à margem da (e muitas vezes) contra frente popular e, agora, elas serviram de referencial para segmentos da esquerda em luta contra a ditadura militar (FREDERICO, 1990, p. 152).

À vista disso, Celso Frederico defende que o “Novo Sindicalismo” não surgiu como algo inédito, mas foi resultado de propostas que foram anteriormente gestadas no Movimento Sindical. Ideias essas que, de acordo com a conjuntura, trocaram de agente defensor, passando a ser bandeira de blocos da esquerda que visualizavam a necessidade de transformações nas táticas de luta, tanto contra a Ditadura Civil-Militar, quanto contra o Capital. Como exemplos disso, temos o uso das greves³⁰ e das comissões de fábricas, já utilizadas em períodos anteriores pela classe trabalhadora, isto é, não inéditas, ao contrário do defendido pela tese da “ruptura”. Para além do debate sobre ruptura e continuidade, do qual resultaria o “Novo Sindicalismo”, a bibliografia sobre a temática converge em algumas questões no que se refere ao uso da greve como instrumento de mobilização contra a superexploração da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995, p. 23), bem como da heterogeneidade de forças e organizações, conseqüentemente táticas, que existiam dentro das mobilizações, às quais marcaram as décadas de setenta e oitenta do século XX no Brasil.

Em resposta à política econômica instaurada desde 1964, mas que se intensificou após 1973, trabalhadores(as) enxergaram nas greves³¹ a possibilidade de barrar o processo de precarização de suas vidas. Seja através de greves “tartarugas” (diminuir o ritmo da produção), ou através de greves parciais (por categorias ou por empresas), o instrumento amplamente utilizado no início do século XX pelo Movimento Operário, voltava à tona.

O estopim para que essas mobilizações explodissem se deu em 1977, quando o Governo Ditatorial assumiu um “erro” nos dados oficiais referentes à inflação de 1973 e

³⁰ Em 1964, o ditador Humberto Castello Branco promulgou a Lei 4.330, a qual restringiu o direito de greve, através de uma série de impasses burocráticos. (FAUSTO, 2006, p. 272) Este fato resultou na criminalização desse instrumento de luta, podendo explicar sua pouca utilização nos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar.

³¹ De acordo com Frederico (1990, p. 12-13), “as ações grevistas, além dos “fatores objetivos”, explicam-se também pelo trabalho político de reorganização do movimento operário. A partir de 1972, diversos grupos e militantes que haviam sobrevivido à repressão à guerrilha urbana, reaproximaram-se do movimento operário tendo como referência a crítica das armas e a desilusão com a vida insurrecional. Data deste período a grande virada da Igreja Católica, sua “opção preferencial pelos pobres” e o trabalho de base nos bairros operários. Foi graças à presença da Igreja (com toda sua complexa rede de sustentação, sua poderosa infra-estrutura, etc.) que se tornou viável a reorganização molecular do movimento operário”.

1974. Tal fato fez com que os assalariados perdessem 31,4% de seu salário real naqueles anos (FAUSTO, 2006, p. 277). Rapidamente, essas movimentações se espalharam por todo o Brasil, não se restringindo à categoria metalúrgica, contando com a participação de trabalhadores(as) da construção civil, da educação e do setor bancário, entre outros. Sobre esse contexto:

Os anos oitenta marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de oitenta, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito sindical, as diversas alterações vivenciadas (ANTUNES, 1995, p. 11).

Outro consenso dos pesquisadores sobre essa conjuntura do Movimento Sindical Brasileiro é a heterogeneidade de forças e organizações que se faziam presentes no que amplamente é conhecido como “Novo Sindicalismo”. O que, em um primeiro momento, aparenta ser um grupo homogêneo, sem disputas ou divergências táticas e estratégicas, em seu conteúdo, mostra-se como um grupo heterogêneo:

Na verdade, não havia uma ideologia orgânica no “novo sindicalismo”, tal como havia no anarco-sindicalismo e, principalmente no comunismo. Não havia uma imagem utópica propriamente dita que os motivasse. Entretanto, havia uma disposição de luta de classe vinculada a um projeto histórico de luta por uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Uma determinada situação histórico-concreta – a crise do regime militar e do “modelo de desenvolvimento” do capitalismo brasileiro e a transição democrática “pelo alto”, contribuíram para o desenvolvimento de um espírito de combatividade, profundamente enraizado numa consciência contingente de núcleo operários mais organizados (ALVES, 2003, p. 6).

Tendo em comum a ideia de barrar a superexploração que precarizava a vida da classe trabalhadora e mostrar-se como uma alternativa ao “projeto falido” do PDN, esses diferentes grupos disputavam, internamente, as táticas que seriam utilizadas para mobilizar os trabalhadores(as). Conforme bibliografia sobre a temática³², o “Novo Sindicalismo” era a confluência de dois grandes grupos, os quais se dividiam em: “novos sindicalistas” ou “autênticos”, representados pelos sindicalistas do ABC Paulista e; “oposições sindicais”,

³² ANTUNES, 1995; ALVES, 2003 e ALMEIDA, 2008.

ligadas à militância da esquerda católica³³, sendo a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM- SP) sua maior expressão.

Enquanto os “autênticos” pautavam a atuação dentro da própria estrutura sindical, as “oposições sindicais”, sem negar a institucionalidade, priorizavam a atuação nas bases, especialmente através da utilização das comissões/grupo de fábricas (ANTUNES, 1995, p. 28). Fruto da junção entre os denominados “autênticos” e das “oposições sindicais”, em 1983, nasceu a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central que surge se colocando como uma nova alternativa a todo o Movimento Sindical. Nessa conjuntura, que emergiu de um longo processo, pode-se dizer que se encontrava a perspectiva do “novo”, pois a CUT era uma inovação que, desde esse contexto, teve relevante papel no sindicalismo brasileiro.

2.2 “NOVO SINDICALISMO” EM CAMPINAS E REGIÃO

A partir da década de 1960, Campinas e Região³⁴ experimentaram um processo de industrialização e de urbanização definido por um novo padrão de crescimento econômico do País, o qual se caracterizava, principalmente, pela abertura da economia brasileira aos investimentos estrangeiros, visando à acumulação de capital. Com a interiorização da indústria paulista, através de incentivos estatais, a Região tornou-se polo de fluxos migratórios que buscavam novas oportunidades de vida nas cidades, fugindo das mazelas do campo. Dessa forma, Campinas e Região,

passou assim a caracterizar-se pela presença de um operariado também recente, composto em grande parte por migrantes de origem rural, não especializados em sua maioria, sem experiência com o trabalho fabril e com organização e luta sindical urbana, traçando assim um perfil particular dos trabalhadores (POSSAN, 1996, p. 60 e 61).

A realidade encontrada por essa massa de trabalhadores(as) era marcada por contradições de classe, intensificadas pelas políticas de Estado da Ditadura Civil-Militar, na qual as questões sociais foram colocadas em segundo plano. Em contraposição ao “Milagre”,

³³ Para Frederico (1990, p. 149-150), “a luta pela autonomia operária exigia a criação de canais de participação alternativos. A presença da Igreja [Católica], desde 1970, no meio operário, serviu como um elemento aglutinador para esses diversos grupos de esquerda. Sem o concurso dela, com sua complexa rede de agências e com seus instrumentos de ação (Pastoral Operária, Comunidades Eclesiais de Base, Ação Católica Operária, Frente Nacional do Trabalho etc.), dificilmente a esquerda, nas condições da época, poderia aproximar-se do movimento operário. Além disso, a Igreja por meio dos seus contatos internacionais, recebeu de algumas fundações estrangeiras verbas significativas para financiar as campanhas das oposições nas eleições sindicais, e manter centros de documentação e pesquisa, imprensa das oposições, cursos para a formação de quadros etc.”.

³⁴ Compreende-se por Região de Campinas, para fins dessa pesquisa, e entendidas como polos industriais da Região, as seguintes cidades: Valinhos, Vinhedo, Sumaré, Nova Odessa, Hortolândia, Indaiatuba e Paulínia. Cf. *Campinas Ontem e Hoje*. Coleções Especiais, Campinas: IFCH, Unicamp, s/d.

período em que o País gozava de altas taxas de crescimento econômico e industrial, à classe trabalhadora restou as longas jornadas de trabalho, as perdas salariais e a ausência de políticas públicas de saúde, educação e moradia.

Nesse cenário, a urbanização e a expansão demográfica da Região tiveram números de crescimento superiores aos do estado de São Paulo e do Brasil. Segundo dados do IBGE (1991), em 1940, a Região governada por Campinas contava com um total de 265.765 habitantes. Já em 1980, a quantidade saltou para 1.407.236, sendo mais expressiva a alteração entre a década de 1970 e 1980³⁵ (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1998, p. 11). Vivenciando um crescimento populacional, majoritariamente calcado no saldo migratório, do crescimento absoluto dos moradores de Campinas que, entre 1970 e 1980 foi de 288.695 mil pessoas, 100.099 referiam-se ao crescimento vegetativo e 188.596 ao saldo migratório, o que correspondia, respectivamente, a 34,67% e 65,33% do crescimento populacional absoluto³⁶. Assim, ao longo desse período, a Região Campineira viu sua paisagem urbana se modificar (Idem, 1998, p. 21). Ao falar sobre a expansão citadina desenfreada, Possan declarou:

Estabeleceu-se [...] um parque industrial que demarcou grandes alterações na estrutura produtiva e nas relações de trabalho, com grande complexificação no que diz respeito à divisão do trabalho e a expansão de novas funções. Ao lado da crescente industrialização, ocorreu na região de Campinas uma rápida e desorganizada urbanização [...] caracterizada pela diferenciação urbana e significativa acentuação das desigualdades sociais. Surgiu por toda região uma série de loteamentos sem infra-estrutura, muitos dos quais clandestinos e, no caso da cidade de Campinas, núcleos de favelas começaram a crescer rapidamente [...] começaram a se formar a partir da década de 60 núcleos habitacionais populares –as chamadas Vilas Planejadas do Banco Nacional de Habitação (1996, p. 62).

Contrariamente a ausência do Estado no suprimento de necessidades básicas dessa população, às empresas foram dados incentivos fiscais, ressarcimentos, infraestrutura e doações. Diante disso, toda a Região viu o número de indústrias saltar expansivamente, tornando-se, ainda nos anos 1980, o terceiro maior parque industrial brasileiro³⁷, perdendo

³⁵ As taxas de crescimento populacional de Campinas e Região, de 1960/1970, foi de 4,74, enquanto as taxas de crescimento populacional de Campinas e Região, de 1960/1970, foi de 4,74%, e de /1980, ou seja, de 6,21%. Representaram números superiores da taxa nacional, as quais, respectivamente, foram de 2,76% e 2,48%. Segundo esse levantamento, iniciado em 1940, as taxas caminhavam em rumo em ritmo progressivamente crescente, circunstância que só mudou a partir de 1980/1991, quando a taxa caiu para 3,40% (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1998, p. 11).

³⁶ Os dados se invertem na década seguinte (1980-1990), quando o crescimento vegetativo representou 52 % e o saldo migratório 17, 48% dos números totais (Idem, p. 21).

³⁷ Em 1980, só o setor metal/mecânico empregava 47 mil trabalhadores(as). Ver: SEMEGHINI, 1991, p. 146.

somente para a metrópole Paulistana e o estado do Rio de Janeiro. Entre as décadas de 1960 e 1980, a massa de operários(as) na Região saltou de 15.315 para 52.315 (SEMEGHINI, 1991, p. 144-145).

Em meio aos incentivos, a Região tornou-se parque industrial metalúrgico³⁸, na qual coexistiam empresas de pequeno e grande porte, sendo a maior concentração de trabalhadores(as) localizados nas indústrias maiores, ainda que o número de pequenas empresas fosse superior. De acordo com o DIEESE (1987, p. 2), as 21 indústrias de grande e médio porte (1,61%), de 501 a 5 mil operários, empregavam 39.346 trabalhadores(as), número correspondente a 56,32% de toda a categoria. Já no fim da década de 1980, o número de operários(as) do ramo metalúrgico era de 70 mil.

A junção entre expulsão do campo, urbanização não planejada, falta de políticas públicas e precarização da vida da classe trabalhadora, produziram um cenário em que as contradições do modo de produção capitalista foram elevadas a níveis que nem a Ditadura Civil-Militar foi capaz de esconder e abafar. Através de mobilizações que se iniciaram ainda fora do Movimento Sindical, por meio da luta pelo fim da carestia, pelo direito à moradia, por saúde e educação, o operariado de Campinas e Região promoveu um momento de ampla movimentação sindical e popular.

2.2.1 Formas do “Novo Sindicalismo” em Campinas e Região

Como já pontuado acerca dos consensos em torno no “Novo Sindicalismo”, ele se constituiu a partir de dois grandes grupos, os quais tinham diferentes táticas para organizar e mobilizar os trabalhadores(as): os “autênticos” e as “oposições sindicais”. Em Campinas e Região, segundo Possan (1996, p. 66), a organização da classe trabalhadora, resultando futuramente nas grandes mobilizações e greves, se deu a partir das vilas e bairros por meio nos núcleos de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das atividades da “esquerda católica”. Dessa forma, o grupo predominante³⁹, em relação ao “Novo Sindicalismo”, era o das “oposições sindicais”. De acordo com a autora:

³⁸ As indústrias do ramo metalúrgico, instaladas nas cidades de Campinas, Sumaré, Sorocaba, Limeira, Jundiaí, Piracicaba, Americana e Indaiatuba, abasteciam, também, as montadoras do ABC Paulista, como Robert Bosch, Bendix, Equipamentos Clark e Braseixos. Assim como eram responsáveis pela indústria de ferramentas tecnológicas, tal qual Nardini, Singer e Romi. Cf. *Caderno - Perfil Econômico de Campinas e Região*, 1988, p. 6.

³⁹ É importante ressaltar que isso não significa que não existiam os “autênticos”, ou, até mesmo a chamada “esquerda tradicional”. Inclusive no SMCR, o PCdoB concorreu as eleições em 1981 e 1984. A síntese proposta aqui, refere-se ao grupo que era majoritário no âmbito do “Novo Sindicalismo”.

Os grupos de quarteirão foram na verdade os primeiros núcleos de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da região, a partir de onde militantes de movimentos especializados como a Ação Católica Operária (ACO) e a Juventude Operária Católica (JOC) articulariam mais tarde, em 1973, a Pastoral Operária (PO). A Pastoral Operária – específica para trabalhadores e voltada para as novas questões dadas pelo chamado “mundo do trabalho” passaria no final dos anos 70 a exercer destacado papel na reorganização do movimento operário e sindical de Campinas (Idem, p. 66).

Em concordância com Possan (1996), Roy apontou a relevância da Pastoral Operária Católica (PO) em relação às demandas econômicas dos trabalhadores(as), dizendo que “a PO promoveu a discussão das organizações sindicais e o apoio às suas lutas. Fortaleceu, assim, o sindicalismo combativo voltado para a realidade de muitas categorias” (2012, p. 40). Na perspectiva das “oposições sindicais”, em Campinas e Região, houve grande adesão do uso de Grupo de Fábricas como ferramenta de organização dos trabalhadores(as), a partir de trabalho de base e por local de trabalho. Portanto, a “esquerda católica” impulsionou a mobilização sindical, influenciando diretamente na forma de luta. Enquanto na Região do ABC Paulista, os “autênticos” eram majoritários na presença do “Novo Sindicalismo”, a Região Campineira teve suas influências na “esquerda católica”, grupo que priorizava o uso de instrumentos de mobilização por fora da institucionalidade dos sindicatos. Situação, inclusive, que explica a adesão do SMCR a corrente CUT pela Base e não a Articulação Sindical, corrente majoritária na CUT, representadas pelos “autênticos” do ABC Paulista, centralizada na imagem de Luís Inácio Lula da Silva.

2.2.2 O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Região

Em 1947, o SMCR iniciou sua trajetória por meio da criação da Associação dos Metalúrgicos, construído por treze trabalhadores da extinta Companhia Mac Hardy. No ano seguinte, a Associação recebeu a carta sindical, tornando-se, assim, um sindicato com direitos legais de representar a sua respectiva categoria (SMCR, 2012, p. 9).

Na lógica dos interesses da Ditadura Civil-Militar, a Instituição foi fechada dois dias após 31 de março de 1964, só retornando suas atividades através de um interventor, o qual assumiu a presidência do Sindicato. Argeu Quintanilha ficou no posto até 1973, quando foi cassado, acusado de “agitação”. Em seu lugar, foi colocado Cid Ferreira, permanecendo na presidência até 1984, momento em que a Chapa da Oposição Sindical Metalúrgica ganhou as eleições (POSSAN, 1996, p. 70). Durante os anos de mandato de Cid Ferreira, a linha política assumida pelo Sindicato caracterizou-se por uma ação sindical desmobilizadora, na qual o cunho classista do instrumento foi apagado em favor do assistencialismo e da

concessão aos interesses do empresariado. Diante de um cenário em que o Estado despriorizou as políticas públicas sociais, não investindo em saúde, educação e saneamento básico, com intensiva debilitação da qualidade de vida dos trabalhadores(as), não é difícil compreender o porquê as políticas assistencialistas do Sindicato eram aceitas por sua base. Aliando ausência de uma política classista e planos que resolviam de forma imediatista a deterioração da condição de vida dos seus sindicalizados(as), essa perspectiva política conseguiu se manter hegemônica por muitos anos. Circunstância que começou a mudar ainda em fins da década de 1970, através das disputas feitas pela Oposição Sindical Metalúrgica, na qual algumas contradições da administração do Sindicato eram denunciadas. Assim, mesmo com as perseguições e a existência das “listas negras”⁴⁰, em 1979, os trabalhadores(as) fizeram uma campanha salarial, autônoma à Instituição representativa da categoria, resultando em uma paralisação, validando a capacidade de mobilização, mesmo sem o apoio da Direção do Sindicato. Em seguida, a assinatura de um acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por Cid Ferreira, escancarou o caráter da presidência da Instituição:

Em Campinas, o acordo assinado um dia antes de uma assembleia tumultuada no Ginásio do Guarani provocou o repúdio dos trabalhadores que ao saberem do acordo se revoltaram e destruíram suas carteirinhas de sócios na presença de Cid Ferreira, que em nenhum momento permitiu que outra pessoa falasse ao microfone alegando despreparo da categoria para enfrentar um movimento grevista (SANTOS, 2009, p. 196).

Em meio a esse quadro, surgiu o movimento de oposição à gestão do Sindicato. Mesmo sendo um grupo homogêneo, no que concerne às críticas contra a administração “pelega” de Cid Ferreira, segundo Possan (1996), essa oposição divergia entre si. A oposição era formada por três grupos diferentes, os quais giravam em torno da esquerda católica, dos trotskistas e de militantes do PCdoB. As divergências entre os grupos centravam-se no papel que o Sindicato deveria assumir: o PCdoB defendia uma ação centralizadora, na qual Cid Ferreira seria derrotado via estrutura sindical; a “esquerda católica” pautava um sindicato fortificado nas bases e; os trotskistas, semelhantes à militância católica, objetivavam esvaziar a institucionalidade, defendendo as comissões de fábrica. Dessa forma, em meio a essas

⁴⁰ Faz-se necessária a ressalva do uso da palavra “negra”, representando algo pejorativo e prejudicial. Assim como nas expressões “mercado negro”, “magia negra”, “ovelha negra”, em que o termo negro(a) vincula-se a elementos negativos e depreciativos. Em contraposição ao conceito de branco/claro que recebe valorização positiva, como em “inveja branca”, “esclarecer” etc. Fato que expressa, aqui nos exemplos, através da linguagem, o caráter racista da estrutura social brasileira.

disputas táticas e através de anos de conscientização e mobilização por fora da institucionalidade, bem como pela queda de credibilidade da gestão de Cid Ferreira, após a derrota nas eleições de 1981, em 1984, a Chapa 3 - Oposição Sindical Metalúrgica saiu vencedora⁴¹, permanecendo no Sindicato até a atualidade, conforme se pode ver na seguinte passagem de Fuser, Lahni, Paz e Anunciação:

Em 1984, para concorrer às eleições, a oposição realizou uma convenção. Dela participaram 200 trabalhadores de 53 fábricas, que defendiam os princípios de direção um sindicato democrático, livre e organizado pela base. Houve a formação de duas chapas de oposição. A chapa 2 colocava-se em confronto com a situação, mas não defendia o fim do imposto sindical e a luta para a construção da CUT, que eram propostas da chapa 3. A chapa 3 saiu vencedora e a posse da Oposição Sindical Metalúrgica se deu no dia 31 de agosto de 1984, data que a atual do Sindicato considera como a verdadeira fundação do Sindicato (2002, p. 117).

Seguindo a lógica da corrente vencedora, em 1985, o SMCR filiou-se à CUT, onde permaneceu até 1997, fazendo parte das mobilizações encabeçadas pela Central, dentro da corrente CUT pela Base⁴², que, no contexto dos anos 1980, foi responsável por grandes eventos da classe trabalhadora.

No que tange a estrutura e a dimensão do Sindicato, em 1986, ele era o terceiro maior Sindicato Metalúrgico do Estado de São Paulo, perdendo apenas para o de São Paulo e o de São Bernardo do Campo, com 17 mil filiados.

2.3 AS MULHERES E O “NOVO SINDICALISMO”

Campinas e Região, ao longo das décadas de 1970 e 1980 do século XX, presenciaram uma série de mobilizações de mulheres que se tornaram referência no que concerne a História recente do Movimento Feminista Brasileiro. Sejam ligados a partidos, a autônomos, à Igreja Católica, em defesa dos direitos das domésticas⁴³, na luta sindical e na luta pelo direito à moradia e saúde, esses movimentos constituem a História das Mulheres Campineiras. Nessa perspectiva, algumas dessas organizações/grupos serão apresentadas

⁴¹ As principais propostas da Chapa 3 eram: democratização do Sindicato, defesa da liberdade e autonomia sindical, independência financeira e organização por local de trabalho (SANTOS, 2015, p. 137).

⁴² O SMCR, junto a outros sindicatos, representou, até a primeira década de 1990, uma alternativa política dentro da CUT, na qual o trabalho de base era o fundamento da atuação política (SANTOS, 2009, p. 204).

⁴³ A aprovação da Emenda Constitucional 66/2012, em 2013, a qual garantiu uma série de direitos às trabalhadoras domésticas como carteira assinada, FGTS e etc., foi resultado de uma luta histórica da categoria, tendo como símbolo Laudelina de Campos Melo (1904-1991). Dona Laudelina, como era conhecida, foi responsável por encabeçar as mobilizações pelos direitos da categoria no Brasil, criando, em 1936, a primeira Associação das Domésticas do País, em Santos e, posteriormente, em 1961, a Associação das Empregadas Domésticas de Campinas (PINTO, 1993). Sua trajetória foi marcada pelo ativismo em prol das causas de classe e raça.

com o intuito de subsidiar o debate acerca da influência do “Novo Sindicalismo” na participação das trabalhadoras da categoria no SMCR, entre 1984 e 1988. Adverte-se ainda que, em consonância com o objetivo principal desse estudo, esses grupos não serão debatidos em suas especificidades, mas sim em sua relação junto ao Movimento Sindical de Campinas e Região, principalmente com SMCR.

Como já explicado anteriormente, no início dos anos 1970, o Brasil e suas principais áreas industriais, enquadrando-se aqui São Paulo - Capital, e seu interior, viveram um processo de transformação na sua industrialização e na sua urbanização. Tal acontecimento provocou reverberações nas relações de trabalho, refletindo também no papel da mão de obra feminina. Diferentemente de outros momentos, é nesse contexto que as trabalhadoras entram em grande quantidade nas indústrias de transformação⁴⁴. Ao explicar o crescimento do número de mulheres trabalhando nesse setor Delgado indicou quatro elementos:

- O caráter e a dinâmica do crescimento brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, que provocou a criação de uma massa de novos empregos, particularmente no setor metalúrgico e de material elétrico, onde eram exigidas habilidade manual, destreza, paciência, agilidade com os dedos [...] considerados atributos encontráveis na mão de obra feminina;
- as modificações na organização do processo de trabalho nas grandes empresas com a decomposição das tarefas – simplificadas e rotinizadas – desqualificando o trabalho e, conseqüentemente, possibilitando a utilização de novos contingentes de mão de obra não qualificada;
- as modificações na organização do processo de trabalho, que trouxeram a transferência de funções de planificação e organização da fábrica para o escritório, onde também se criaram funções simplificadas de execução exercidas majoritariamente por mulheres
[...]:
 - a política de gestão da mão de obra adotada pelo empresariado para enfrentar a crise econômica após 1973, que incluiu a utilização da mão de obra feminina e de grupos menores de 18 anos de ambos os sexos, pelo custo menor e mais baixo nível de reivindicação do que os trabalhadores adultos do sexo masculino (1996, p. 29).

Junto à entrada maciça das mulheres no setor industrial, no que tange aos números de sindicalização feminina, em 1978, 61,6% das brasileiras sindicalizadas concentravam-se na indústria, sendo 23,4% delas trabalhadoras da metalurgia (Idem, p. 12). Esse quadro, refletia o papel relevante, assumido, em geral, pelos trabalhadores(as) dessa categoria, os quais, em 1979, representavam 47,2% dos operários(as) sindicalizados, mesmo sendo apenas 38,5% da força de trabalho industrial (SOUZA-LOBO, 1991, p. 31). É nesse setor, também,

⁴⁴ De acordo com Souza- Lobo (1991, p. 20), no interior do estado de São Paulo, em 1976, 20. 749 mulheres trabalhavam em indústrias metalúrgicas, o que representava 9,8% de trabalhadores nesse grupo, e 14, 9% em relação ao emprego feminino total.

que se encontrava a maior taxa de crescimento de sindicalização, entre 1978 e 1979, no estado de São Paulo. Dados mais significativos ainda, em relação às mulheres, para Souza-Lobo, residiam no “fato de que o aumento proporcional do número de sindicalizadas seja superior ao da força de trabalho a partir de 1976 é o indício de uma tendência para a mudança nas relações entre as mulheres e o sindicato, a partir dessa época” (Idem, p. 31) ⁴⁵.

Embora os números relacionados sobre a inserção da mão de obra feminina, no mercado de trabalho e no Movimento Sindical, fossem “positivos”³¹, do mesmo modo, eles revelam as desigualdades que as mulheres enfrentavam. Segundo o IBGE (1990), no final da década de 1980, o rendimento médio mensal das trabalhadoras correspondia a 58,68% do rendimento da mão de obra masculina. A disparidade repetia-se, também, na porcentagem dos dois grupos que recebiam, respectivamente, até dois salários mínimos (50,18% mulheres contra 37,15% dos homens), e mais de dez salários mínimos (5,51% mão de obra feminina e 10,53% masculina). Acontecimentos que se agravavam para as mulheres negras, visto que elas sofriam (e sofrem), também, com a opressão estrutural de gênero e raça. Enquanto, em 1980, 24% das brancas tinham completado apenas um ano de estudo, a porcentagem das negras era de 48%. Em relação à ocupação, 80% da força de trabalho feminina negra estava localizada em trabalhos manuais, como o serviço doméstico (IBGE, 1982), funções essas que, historicamente, são mais precarizadas e revelam uma nítida relação racista⁴⁶, derrubando assim o mito da democracia racial brasileira.

Na perspectiva de Souza-Lobo, de que “o movimento operário que se organizou nos anos 70 é seguramente o ator mais importante neste cenário, mas os movimentos de mulheres constituem a novidade” (1991, p. 269), foram escolhidos, para fins deste estudo, na busca por responder o problema de pesquisa acima citado, alguns grupos e mobilizações protagonizados pelas mulheres, tais como o GMP e a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora.

2.3.1 As Mulheres e os Movimentos Sociais: Movimento Feminista e Sindical

⁴⁵ Entre 1970 e 1977, o crescimento da sindicalização acompanhou o da força de trabalho e superou, significativamente, este último, entre 1977 e 1978, quando deu um salto de 21,7%, enquanto o crescimento da PEA urbana foi de 8%. Esse movimento foi mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens. Entre 1970 e 1978, o número de mulheres sindicalizadas cresceu 176%, ao passo que sua participação no mercado de trabalho aumentou 123%, (ARAÚJO; FERREIRA. 2000, p. 310).

⁴⁶ Outras formas de discriminação racial, encontradas no mercado de trabalho, reduzem os espaços de inserção das mulheres negras, com a usual exigência de “boa aparência” dos anúncios de emprego, que mal esconde um critério racista (DELGADO, 1996, p. 30).

Ao falar sobre alguns intercâmbios entre o Movimento Sindical e as pautas femininas, Lise Roy (2012) demonstrou a relevância que alguns grupos e atividades, ligadas a Esquerda Católica, tiveram na efetivação das mobilizações protagonizadas pelas mulheres. Assim, dando apoio estrutural ou até mesmo formativo, esse campo da Igreja Católica fez-se presente em Campinas e Região.

As CEBs, no início dos anos de 1970, fomentaram a construção e a efetivação de grupos de bairros, nos quais se debatiam questões de gênero e a realidade socioeconômica enfrentada por essas mulheres⁴⁷. No cotidiano dessas CEBs, os debates giravam em torno da organização da luta por saneamento básico, por creche, por escolas e por postos de saúde. Foram nesses espaços, também, que as mulheres se mobilizaram em apoio à luta das oposições sindicais e às greves. Segundo Delgado (1996, p. 32), esse foi um período de relevante articulação entre os movimentos populares, protagonizados pelas mulheres, e o Movimento Sindical, predominantemente masculino. Sob o mesmo ponto de vista, Souza-Lobo indica o vínculo entre movimentos sociais femininos e o aumento de sindicalização feminina:

Outro fator que teve influência sobre a sindicalização das trabalhadoras foi o surgimento, em meados da década de 70, de um movimento social de mulheres. [...]“movimento social de mulheres” cobre um enorme leque de movimentos sociais, desde os primeiros grupos de mulheres organizadas com base em reivindicações democráticas, como o “movimento das mulheres pela anistia” passando por lutas pela melhoria das condições de vida como o “movimento contra a carestia da vida”, o movimento de lutas pela obtenção de berçários e de creches, os grupos de mães, os movimentos de bairros que se desenvolvem na periferia das grandes cidade e os grupos de mulheres organizadas nas CEBS [...], até os grupos que, a partir de 1975, colocaram o problema da igualdade de direitos entre homens e mulheres (1991, p. 30).

Ao participarem dos debates que levantavam uma reflexão sobre a condição feminina no modo de produção capitalista (dupla/tripla jornada de trabalho; discriminações de gênero nos locais de trabalho; significado do trabalho doméstico gratuito; etc.), as trabalhadoras, inseridas nos sindicatos, começaram a impulsionar esses debates nas instituições sindicais, visando a superação desses problemas e fomentando a participação feminina no Movimento

⁴⁷ Como pontuado pela historiadora Michelle Perrot (2005), as mulheres, historicamente, são as primeiras a perceberem a alta no preço dos alimentos, visto que cabe a elas, segundo a lógica do modo de produção capitalista, a responsabilidade pela reprodução da família. Tal qual na França, em que elas encabeçaram a luta contra o aumento do pão no século XVIII, no Brasil, as mulheres protagonizaram o Movimento Custo de Vida, em 1973.

Sindical. Desta forma, a aproximação entre os movimentos sociais e as sindicalistas, estimulou e possibilitou a entrada dos debates de gênero dentro do Movimento Sindical.

2.3.2 Grupo de Mulheres da Periferia

De acordo com Roy (2012, p. 32), o GMP surgiu em Campinas, em 1980, sendo fruto de um conjunto de intergrupos que se relacionavam através de uma coordenação. No decorrer dos seus quase 40 anos, definiu-se como um grupo independente na esfera social, política e religiosa, embora tenha se articulado a diversos movimentos políticos, sociais, eclesiais e sindicais. No que tange essas articulações, o GMP apoiou as greves dos trabalhadores(as) da construção civil, da metalurgia e do transporte, realizadas na década de 1980, denunciando a repressão militar na porta das empresas, construindo as Semanas da Mulher, participando do abaixo-assinados em defesa dos sindicalistas enquadrados na Lei da Segurança Nacional (LSN), integrando a Luta pela Creche, compondo os cursos de formação realizados pelos sindicatos e a esquerda operária (Idem, p. 127). Segundo a autora, o GMP foi um importante espaço para início de militância de mulheres, às quais, atualmente, encontram-se engajadas em organizações políticas, sindicais e populares, visto que, conseguiram fazer a junção entre a realidade dos movimentos sociais e os bairros.

Ao analisar os conteúdos mais recorrentes nas discussões promovidas pelo Grupo, pode-se ver a relação entre o GMP e os demais movimentos sociais de Campinas, inclusive com o Movimento Sindical, já que temas como creche para mulher trabalhadora, inflação, custo de vida, trabalho e política sindical estavam presentes. Existiam, ainda, os debates acerca da saúde da mulher, sobre a educação dos filhos, a sexualidade, a violência contra a mulher e o papel da mulher cristã (Idem, p. 52).

2.3.3 Comissão Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora

Em consonância e influenciadas pelos diversos movimentos liderados e protagonizados pelas mulheres no País, desde o fim da década de 1970, as trabalhadoras e as militantes, às quais construía a CUT, identificaram a necessidade de levar os debates referentes à condição feminina para dentro da Central. Diferentemente do que já ocorria, com as articulações entre as diversas organizações encabeçadas pelas mulheres e o Movimento Sindical, em datas e circunstâncias específicas⁴⁸, agora, pautava-se a construção de um espaço e de uma linha de gênero dentro da Central, colocando-a como “uma nova alternativa

⁴⁸ Comemorações do 8 de março; realização da Semana da Mulher; participação nas mobilizações do Grupo de Mulheres da Periferia de Campinas, etc.

de sindicalismo”.

Nesse cenário, criou-se, através de muita disputa e organização prévia das mulheres cutistas, a CNMT, em 1986. Quanto ao processo resultante no surgimento da Comissão, Delgado⁴⁹ elencou três elementos, entrecruzados, que criaram condições para que os sindicatos olhassem para as demandas femininas, assim como, para que as mulheres buscassem oportunidades para levar suas reivindicações para as instituições sindicais. São eles: “1) a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho; 2) o Movimento de Mulheres e o Feminismo e; 3) o “Novo Sindicalismo”” (1996, p. 27). A CNMT nasceu a partir de demandas às quais, em um primeiro momento, compreendidas como “externas”, visto que hegemonicamente o Movimento Sindical era masculino, distinguiram as questões femininas enquanto “específicas”. Nessa lógica, primeiro, as trabalhadoras tiveram que conquistar o direito à organização de suas pautas dentro da CUT; posteriormente, batalharam pela ampliação desse espaço, colocando a responsabilidade da discussão e da implementação sobre todos, homens e mulheres e; por fim, a consolidação e efetivação desse espaço. Sobre isso Delgado complementa:

O momento de conquista de um espaço inicia-se com a realização dos encontros e congressos em diferentes sindicatos, desde o final dos anos 1970, para concentrar-se na fase preparatória ao II CONCURT, em 1986, e a aprovação, nesse fórum, da então chamada Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. Inclui a fase inicial de implementação das resoluções aprovadas no II CONCURT e de funcionamento da CNMT, culminando com o I Encontro Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, realizado em 1988 [...] O momento de ampliação do espaço inicia-se também com o I Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher trabalhadora, que foi, simultaneamente, a culminação do processo anterior e a inauguração de um momento (1996, p. 58).

A partir do II CONCURT, realizado no Rio de Janeiro, de 31 de julho a 3 de agosto de 1986, os enfrentamentos entre as correntes existentes dentro da CUT começam a se intensificar, fato ainda mais nítido no III CONCURT, ocorrido de 7 a 11 de setembro de 1988, em Belo Horizonte. A CNMT também se viu diante dessa circunstância, gerando certa desconfiança quando a Comissão foi proposta, em 1986, pois a Executiva Nacional da CUT tinha receio que fosse mais uma expressão dos conflitos internos crescentes na Central. Para

⁴⁹ Na dissertação *A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*, Maria Berenice Delgado faz um estudo sobre a participação das mulheres na construção da CUT, buscando entender como elas se incorporaram a esse processo do Movimento Sindical Brasileiro, quais foram as práticas sindicais das mulheres na CUT e como a Central respondeu essas demandas. Para tal, as divergências e os conflitos encontrados na relação entre essas mulheres, as executivas e militantes da CUT, são explorados.

além disso, a CNMT não era um grupo homogêneo politicamente. Tal qual a CUT, ela era formada por mulheres representantes de diferentes correntes, o que resultava em divergências a respeito da forma e do conteúdo da Comissão⁵⁰. Entretanto, mesmo com as discordâncias, as lideranças da Comissão buscaram criar unicidade no grupo, evitando fomentar internamente e expressar externamente os antagonismos presentes. De acordo com Delgado, tal postura explica-se a partir de três motivações:

Em primeiro lugar, elas sabiam que o tema de que tratavam não era facilmente assimilável num ambiente predominantemente masculino e, para que tivessem algum êxito no seu trabalho, precisavam fortalecer-se como grupo unificado em defesa de uma proposta [...] Era, portanto, uma razão tática. Em segundo lugar, as sindicalistas criaram uma identificação com o tema das relações de gênero, cuja incorporação pela CUT tornou-se um desafio e uma questão de honra. Todas viviam ou conheciam situações discriminatórias dentro da Central [...] e indignavam-se quando defrontadas com fatos desse tipo [...] Era uma razão ética. Em terceiro lugar, influenciadas pelo movimento autônomo de mulheres, as sindicalistas tentavam construir relações políticas com base no respeito e na solidariedade entre as mulheres [...] Era uma razão feminista (Idem, p. 49).

Para além das questões internas, na perspectiva da relação existente entre o Movimento Sindical e o Movimento Feminista, Delgado defende que o Plano de Lutas da Central, proposto pela Comissão, representava uma síntese de ideias dos dois grupos. Segundo a autora, no Plano de Lutas havia reivindicações ligadas diretamente aos padrões (equiparação salarial e o fim do assédio moral e sexual) e ao Estado (defesa de políticas públicas ligadas à saúde das mulheres e a regulamentação do trabalho doméstico) (Idem, p. 67).

Pode-se compreender que as mulheres da Comissão entendiam a diferença entre pautas econômicas e pautas políticas, e a necessidade de explorá-las, mais do que simplesmente responder as demandas imediatas do grupo. Dessa forma, a CNMT tinha reivindicações específicas em cada local de trabalho, juntamente à demandas mais gerais, as quais evidenciavam a correlação entre a opressão e exploração da qual elas eram vítimas. O inimigo era muito maior que somente o patrão. Era necessário pautas políticas que revelassem e combatessem o caráter classista/machista da relação de trabalho, disponível para a mão de obra feminina no modo de produção capitalista. Nota-se também que, além das demandas junto ao empresariado e ao Estado, elas também travavam uma disputa com seus companheiros de trabalho e de luta. Entender a opressão da qual eram vítimas como estrutural, não excluía a importância de os homens da classe trabalhadora assumirem papel

⁵⁰ A CNMT era construída, principalmente, por militantes da CUT pela Base e pela Articulação (DELGADO, 1996, p. 45).

ativo no combate a essas relações opressivas. Por isso, uma política de formação e formulação, em que trabalhadores e trabalhadoras participassem era necessário. Nessa perspectiva, na CUT, as funções e o papel da CNMT eram:

- elaboração de projetos e propostas políticas relativas à questão da mulher trabalhadora que serão encaminhadas às direções da CUT a nível estadual e nacional;
- formação política específica; elaboração de atividades, publicações e materiais de formação sobre as mulheres trabalhadoras;
- promover Encontros e Seminários para um levantamento da situação das mulheres trabalhadoras assim como para a definição das formas de luta sobre suas questões;
- incentivar e assessorar as entidades sindicais no desenvolvimento de projetos, programas e implantação de instâncias, a nível sindical, que permitam um espaço para as mulheres se organizarem em suas entidades representativas (*Documento de subsídio sobre a questão da mulher trabalhadora*. CUT, São Paulo, junho de 1986, p. 6 mimeo.).

Dentro das prerrogativas da Comissão, ainda em 1986, foi criada a Comissão Estadual Sobre a Mulher trabalhadora da CUT de São Paulo. Tendo sua estreia em uma atividade externa à Central, em janeiro de 1987, no ato público em oposição ao pacote de medidas sobre planejamento familiar, lançado pelo então governo Sarney. Junto a outros movimentos de mulheres e entidades, cerca de 200 pessoas estiveram presentes e reivindicaram o direito da mulher perante seu corpo e saúde (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1987). O fato de a Comissão ter sido criada em 1986, mas apenas um ano depois ter feito uma atividade, demonstra a dificuldade que a Comissão estava encontrando em se efetivar. Os desafios, em torno do seu caráter e sua forma, fizeram-se presentes na primeira tentativa de um debate classista da condição feminina dentro da CUT. Mais uma vez, se expressa a diferença entre o discurso e a materialidade.

CAPÍTULO 3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SMCR E O “NOVO SINDICALISMO”, DE 1984 A 1988

Através dos debates e sínteses construídas nos dois capítulos anteriores, parte-se agora para o estudo das fontes, visando responder a pergunta central dessa pesquisa: como as trabalhadoras da categoria das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Campinas e Região, se relacionaram com/nas mobilizações do seu Sindicato, no período compreendido entre 1984 e 1988?

Para tanto, neste capítulo, as principais reivindicações da categoria, no recorte temporal da pesquisa, serão apresentadas e discutidas, compreendendo que as fontes não existem por si só, ou a priori, mas sim que elas são fruto da construção do próprio pesquisador(a), visando responder suas inquietações. As fontes selecionadas foram escolhidas através de um processo em que as perguntas a serem respondidas, assim como a bibliografia sobre a temática, foram articuladas. Em suma, as sínteses apresentadas a seguir, não são discursos resgatados/encontrados nas fontes, mas sim produto da pesquisadora que nessa ocasião escreve.

As fontes basilares desse estudo são os *Boletins*, produzidos e distribuídos pelo SMCR; *Boletins da Oposição Sindical do SMCR*; *Boletins da “CUT Nacional (1985-1987)”*; *Boletins do Grupo de Fábrica Singer (1985-1987)*; *Cadernos de Economia DIEESE, Sub-Sessão Campinas (1987-1988)*; relatório “*A Mulher Trabalhadora – construção de um perfil em Campinas e Região (1993)*” e *Relatório Pastoral Operária Campinas (1983)*; além de fontes orais.

No que se refere à localização e a preservação dos boletins, estes constituem o acervo do Departamento de Documentação do SMCR, localizado em sua sede principal, em Campinas/SP⁵¹. No total, foram mapeados 114 boletins, correspondentes aos anos de 1984 a 1988. O material encontra-se em bom estado de conservação e disponível para consulta.

Esse instrumento de comunicação caracterizava-se por ser de distribuição gratuita, tendo como público alvo os trabalhadores e as trabalhadoras da categoria, sindicalizados ou não, sendo os boletins utilizados, inclusive, para divulgar campanhas de sindicalização. Eles não apresentavam uma periodicidade definida, mas segundo Eliezer, diretor do sindicato⁵², a tiragem média era de 40 mil exemplares semanais (2017, p. 6). Neste caso, os boletins auxiliam a pensar sobre o mundo do trabalho, em Campinas e Região, como também, a

⁵¹ Rua Dr. Quirino, 560, Centro, Campinas – São Paulo – Brasil.

⁵² CUNHA, Eliezer Mariano da. *Entrevista concedida a Gabriela Costa da Silva*. Campinas, 27 de julho, 2017.

relação entre o SMCR e sua categoria. Entre os boletins estudados, foram encontrados dois tipos: um Geral e outro específico, correspondentes aos boletins específicos de cada fábrica. De acordo com Eliezer, integrante da diretoria do Sindicato desde o ano de 1984, no que concerne à produção, os boletins específicos de fábrica tinham maior participação da base e sua função era tratar das especificidades de cada local de trabalho (2017, p. 5). Um exemplo dessa prática de participação dos trabalhadores(as) está no trecho a seguir:

ESTE ESPAÇO É SEU!

Companheiros e companheiras de Americana e Nova Odessa este espaço é de vocês! O boletim dos trabalhadores de Americana e Nova Odessa sai mensalmente. Encaminhe às sub-sedes do Sindicato nestas duas cidades as notícias e informações das fábricas onde você trabalha [...] (*Boletim do SMCR*, 1986, 11 de dezembro de 1986, p. 2).

Os boletins produzidos e distribuídos pelo referido Sindicato, salvaguardados no Departamento da Instituição, serão estudados com o subsídio da bibliografia sobre as temáticas no trabalho pesquisadas, objetivando-se escrever a História por meio da imprensa. Para isto, adota-se como pressuposto metodológico alguns apontamentos de Lucca (2005), em *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. Conforme a autora, esse instrumento de comunicação representa empreendimentos que refletem ideias de um grupo, expressando seus valores e crenças, visando, a partir da escrita, difundir sua ideologia (2005, p. 140). Nesse sentido, superada a ideia de neutralidade, faz-se necessário identificar a linha editorial dos boletins, atentando-se para o que ganha e não ganha destaque na publicação, levando em conta os interesses e a relação de poder existentes.

No intuito de obter informações acerca da organização do próprio SMCR e da participação das mulheres na Instituição, e em suas respectivas mobilizações, utilizar-se-á a história oral, compreendendo-a como uma técnica.

De acordo com Portelli, a história oral carrega, em sua essência, novas perspectivas sobre eventos já conhecidos, na qual, mais do que trazer à tona informações de valor factual, esta se caracteriza por dar espaço a grupos não hegemônicos exporem seus significados cotidianos sobre a História (1997, p. 31). Assim, a história oral emerge como um relevante instrumento para as mulheres trabalhadoras de Campinas, a fim de aprofundar-se o conhecimento sobre a categoria metalúrgica, quando se procura dar voz a seus discursos, retratando as relações existentes nos mundos do trabalho em que elas se encontravam inseridas.

Partindo desses princípios, foram elaborados dois roteiros de questões a serem feitas aos entrevistados, tendo as questões como norte, o objetivo central da escrita que é: verificar as principais reivindicações das trabalhadoras da categoria, no âmbito do “Novo Sindicalismo” e a participação delas na categoria.

Em relação aos depoimentos, os dois entrevistados ainda se fazem presentes no Movimento Sindical, sendo que Eliezer é integrante da diretoria atual do SMCR.

Já, Maria Amélia, mudou de categoria e hoje é monitora em uma Escola de Educação Infantil em Campinas. Apesar da transição para outra profissão, ela continua envolvida com o sindicalismo e, atualmente, participa da Oposição Sindical dos servidores municipais do Município. Ao falar como se envolveu com o Movimento Sindical, ela relatou:

Na época era muito forte as Comunidades Eclesiais de Base. Então era muito forte. Eu tinha contato com um movimento de jovens chamado, chama JOC – Juventude Operária Católica e aí eu fui para o movimento e esse movimento me deu base [...] Eu fui tendo contato com o pessoal da Oposição. Eu trabalhava na época da Oposição em uma fábrica só de mulheres [...] fiquei na Oposição. Foi uma coisa meio que o caminho foi sendo traçado. Eu entrei para a diretoria do Sindicato (BERNARDO, 2017 p. 1).

Outro apontamento relevante de Maria Amélia é sobre como era ser mulher e estar envolvida no Movimento Sindical, principalmente na categoria metalúrgica, em que a predominância era masculina. A partir deste depoimento, constatou-se que as mulheres não se organizavam apenas em volta do Sindicato, pois a solidariedade feminina era possível de ser observada nos espaços de trabalho também, uma vez que elas se uniam em prol da organização e da higienização do ambiente de trabalho, visto que existiam locais de trabalho com péssimas condições.

Além do Departamento de Documentação do SMCR, também foram realizadas pesquisas no Arquivo Edgard Leuenroth, localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Unicamp⁵³. Nesse acervo, documentos do DIEESE, e não especificamente produzidos pelo SMCR, mas relacionados a ele, foram selecionados.

No que tange ao início do recorte temporal deste estudo, escolheu-se 1984, especificamente durante o processo de formação da Chapa 3 – Oposição Sindical Metalúrgica, a qual assumiu a diretoria do Sindicato, em 31 de agosto do mesmo ano, após a vitória nas eleições realizadas em julho⁵⁴. Justificamos este delineamento, a partir dos

⁵³ Rua Cláudio Abramo, 377, Campinas – São Paulo – Brasil.

⁵⁴ A Chapa 3 venceu as eleições com 7.743 votos. Cf. *Boletim do SMCR*, edição de janeiro de 1985, p. 1.

debates realizados no capítulo 2 – O “Novo Sindicalismo”, em que, embora a defesa do “Novo Sindicalismo”, enquanto um movimento de total ruptura com o sindicalismo anterior, seja superficial e limitado, pois ele expressa uma organização, a partir de tese-antítese-síntese, que apresenta diferentes características na forma de organizar a luta sindical.

No caso do SMCR, a construção da Chapa 3 – Oposição Sindical Metalúrgica, expressa esse “novo” movimento, sendo que a chegada à Diretoria, em 1984, foi um marco referencial para a pesquisa aqui proposta. Portanto, para fins de delimitação da pesquisa, ter-se a síntese a partir da vitória da Chapa 3, quando o “Novo Sindicalismo” chega institucionalmente⁵⁵ ao SMCR, como resultado de um processo que, de acordo com o *Jornal Metalúrgico de Oposição* (edição de fevereiro de 1981, p. 1) teve início em 1978, em decorrência das recorrentes atitudes da diretoria do SMCR, pessoalizada na figura de Cid Ferreira, que ignorava as demandas da categoria. desmobilizando e conduzindo a instituição de forma assistencialista, significando a expressão do “Velho Sindicalismo”. Em 1981, por meio da construção da Chapa 2- Oposição Sindical Metalúrgica para as eleições da Diretoria do SMCR, a Oposição Sindical Metalúrgica iniciou uma série de atividades, visando mobilizar a categoria e conquistar a Diretoria, tendo como pauta central “A Campanha Salarial”, bem como outras táticas de lutas que foram utilizadas, como: assembleias; reuniões por local de moradia; comissão salarial aberta e fundo de greve (*Jornal Metalúrgico de Oposição*, edição de fevereiro de 1981, p. 4). Apesar da mobilização, a Chapa 2- Oposição Sindical Metalúrgica saiu derrotada, vitória da Oposição Sindical Metalúrgica protelada para três anos depois, agora como resultado da constante mobilização da Oposição, ao longo desse período. Em 1983, por exemplo, ainda enquanto Oposição Sindical Metalúrgica, 12 trabalhadores(as) da categoria participaram do CONCLAT, que originou a construção da CUT, conforme demonstra o *Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica*:

Estivemos lá e ajudamos a dar este grande passo da classe trabalhadora para vencer a luta contra os patrões e o governo [...] Nós, da OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE CAMPINAS E REGIÃO, assumimos este plano de lutas, e temos claro que uma das maneiras de levá-lo em frente é através da sua participação. Nas fábricas e nos bairros, temos que divulgar a CUT e o seu plano

⁵⁵ “Institucionalmente”, visto que, desde 1979, ocorriam mobilizações que faziam oposição a forma de organizar o SMCR ligada ao sindicalismo “pelego” ou “velho sindicalismo”. Um exemplo que evidencia uma mudança prática e política, com a chegada da Oposição Sindical Metalúrgica na Diretoria, passou pela seguinte afirmação: “não queremos que o Sindicato continue parecendo uma repartição pública de caridade e assistência social. Pelo contrário: fomos eleitos para organizar a categoria, dirigi-la na luta por maiores salários, melhores condições de trabalho, saúde e segurança, estabilidade e seguro-desemprego” (*Boletim do SMCR*, edição de 18 de dezembro de 1984, p. 2).

de lutas, buscando uma ação conjunta com todos os trabalhadores, para, assim, conquistarmos os nossos objetivos (edição de 7 de setembro de 1983, p. 3).

A passagem acima evidencia, dessa forma, a ligação da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região com a forma de organização e luta chamada de “Novo Sindicalismo”, bem como de participação na construção da CUT. A chapa 3 – Oposição Sindical Metalúrgica foi formada em uma Convenção, realizada em 15 de abril de 1984, quando compareceram 200 trabalhadores(as), representando 53 empresas de Campinas e Região (*Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica*, edição de maio de 1984, p. 1). Dentre os 24 componentes da Chapa, duas eram mulheres: Vanilda Aparecida Sabino⁵⁶, suplente da Diretoria, e Maria Amélia Bernardo de Paula⁵⁷, suplente do Conselho Fiscal. Com o slogan “Do sindicato que temos, ao sindicato que queremos”, o objetivo da Chapa 3 era construir um “Sindicato Forte, com raízes nas fábricas e aberto à participação de todos os trabalhadores” (*Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica*, edição de 12 de junho de 1986, p. 2). Para isso, no que concerne a administração e a organização da Instituição, o programa da Chapa 3 tinha como pilares: democratização do Sindicato; formação sindical da categoria; restabelecimento da ordem nas finanças do Sindicato; melhora dos serviços prestados pelo Sindicato; organização a partir das fábricas e; organização nas regiões (*Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica*, edição de maio de 1984, p. 3).

Tendo como lógica a ampla mobilização da classe trabalhadora, não somente da categoria da qual o Sindicato representava, no programa da Chapa 3 também estavam presentes as “Lutas Gerais”, reivindicações que levantavam bandeiras políticas e econômicas para toda a classe trabalhadora. Pautando a ampla organização dos trabalhadores(as) contra o Capital, ou seja, contra patrões e Governo, essas lutas eram: contra o arrocho salarial; contra o desemprego; pelo fim do regime militar; pela liberdade e autonomia sindical; pelo fortalecimento da CUT e; pela reforma agrária (*Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica*, edição de maio de 1984, p. 2). Fazia parte também, do Programa da Chapa 3, um item específico chamado de “Pelos direitos da mulher”:

⁵⁶ Apresentada da seguinte forma: “trabalha na Strebras. Membro da Chapa 2 de Oposição, em 1981. Foi delegada da CUT. Participa da Coordenação Estadual da JOC (Juventude Operária Católica)”. Ver: *Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica*, edição de maio de 1984, p. 4.

⁵⁷ “É casada. Trabalha na Singer como operadora qualificada, participando ativamente do Grupo de Fábrica. Foi delegada no Congresso de Fundação da CUT. Participa da Coordenação Nacional da JOC (Juventude Operária Católica)”. Idem, p. 4.

A Chapa 3 entende que a mulher deve ter garantidos os seus direitos, e conta com a presença das companheiras para a construção de um sindicato forte e dinâmico. Propomos as seguintes lutas pelos direitos das mulheres metalúrgicas;

- contra a discriminação salarial (salário igual para o trabalho igual);
- combate às perseguições e discriminações sofridas pela mulher no local de trabalho;
- criação do Departamento Feminino no Sindicato, objetivando maior participação das companheiras na vida sindical (*Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica*, edição de maio de 1984, p. 2).

Em um contexto em que a taxa de sindicalização feminina teve números superiores a entrada deste grupo no mercado de trabalho, junto ao surgimento do “movimento social de mulheres” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 34), o aparecimento das pautas femininas emergiu, fruto da luta dessas mulheres, em um momento em que essas reivindicações foram compreendidas como essenciais para a mobilização e a organização da categoria, conseqüentemente, do reconhecimento por parte das trabalhadoras da base do SMCR de que a Chapa as representaria. Ainda nessa perspectiva, ao longo da primeira gestão da Oposição Sindical Metalúrgica do SMCR, na tentativa de aumentar sua base e filiados, foram realizadas campanhas de sindicalização. Com essa finalidade, em um dos boletins, a diretoria apresentou a forma de organização da Instituição, através de um organograma. No que concerne a tomada de decisões políticas e administrativas, a instância máxima era o Congresso, secundada pelas assembleias gerais e, por último, as reuniões mensais ampliadas da diretoria (*Boletim do SMCR*, edição de 2 de fevereiro de 1986, p. 1). Havia ainda o setor Administrativo, a Formação Sindical, o setor Jurídico e setor de Assistência Social.

Fazendo parte da campanha “25 mil sócios, sindicalizar para lutar”, o *Boletim do SMCR* anunciou que, entre 17 e 21 de dezembro de 1984, ocorreria na Fábrica Singer um mutirão para sindicalização (edição de dezembro de 1984, p. 1). Essa empresa, segundo depoimento dos entrevistados, tinha grande concentração de mão de obra feminina, sendo uma das referências em Campinas e Região na luta por meio do Grupo de Fábrica (SANTOS, 2009, p. 52).

Depois da primeira eleição, em 1984, na qual a Oposição saiu vitoriosa, em 1987 ocorrem novas eleições para escolha de uma gestão para o Sindicato. A então Diretoria, ligada a antiga “Oposição Sindical Metalúrgica” e a CUT, se organizaram na Chapa 1 – “A luta tem que continuar”. Nela, estavam presentes 13 membros da gestão do Sindicato, mais 11 novos componentes que se faziam presentes nas mobilizações da Instituição (*Boletim da Convenção dos Metalúrgicos da CUT de Campinas e Região*, edição de 18 de maio de 1987, p. 2).

Após nova vitória, a Diretoria do SMRC comemorou, escrevendo que a categoria

escolheu permanecer com um “Sindicato combativo, classista e de massa” (*Boletim do SMCR*, edição de fevereiro de 1988, p. 2), concordando com a perspectiva de que a Diretoria, que assumiu a partir de 1984, se diferenciava da anterior, Eliezer pontuou em seu depoimento:

O nosso processo aqui, até porque era para contrapor o que o pelego antigo fazia, até porque não tinha a participação dos trabalhadores. A gente não tinha, não sabia quando ia ter assembleia, normalmente eles faziam uma pauta escondida lá e ninguém sabia. Nós, já no processo de oposição, entendíamos que tudo que fosse decidido na categoria só tinha sentido e traria algum avanço, no aspecto de conquistas, se os trabalhadores participassem. Então o que nós fizemos, nós constituímos os grupos de fábricas. Então esses grupos de fábricas discutia as demandas da categoria, os problemas das fábricas, e a gente então chamava uma assembleia com esses grupos de fábricas, com a participação da categoria e baseada nas discussões dos trabalhadores a gente formulava a pauta. Fazia a pauta, aprovava na assembleia geral, protocolava no sindicato patronal (CUNHA, 2017, p. 4).

A chegada da Oposição Sindical Metalúrgica à Diretoria do SMCR representou a entrada do “Novo Sindicalismo” na institucionalidade do Sindicato, conforme atestam as fontes, subsidiadas pelas perguntas a serem respondidas e pelas leituras e sínteses construídas. Assim, elencaram-se as principais reivindicações que se fizeram presentes no SMCR, entre 1984 a 1988, demandas essas que serão discutidas a partir do recorte de gênero, buscando evidenciar a participação das mulheres da categoria nas mobilizações do SMCR, assim como, buscando responder como as trabalhadoras da categoria das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Campinas e Região se relacionaram com/nas mobilizações do seu Sindicato, no período compreendido entre os anos de 1984 e 1988? Sob esse ponto de vista, as reivindicações elencadas são: campanha salarial, direito a creche, fim das horas extras e valorização do trabalho feminino.

3.1 CAMPANHA SALARIAL

Os anos 1980 do século XX, foram marcados por uma série de inconstâncias políticas e econômicas que reverberaram diretamente na vida da classe trabalhadora brasileira. Foi nesse período de saída da Ditadura Civil-Militar, com um primeiro governo civil eleito, mesmo que indiretamente, que se inseriu o primeiro mandato da Oposição Sindical Metalúrgica na Diretoria do SMCR. Nesse cenário de flutuação na economia, os trabalhadores(as) se viam diante de uma realidade de arrocho salarial, sendo os rendimentos da classe trabalhadora apelidado pelos sindicalistas de “salário fome” (*Boletim da Convenção dos Metalúrgicos da CUT de Campinas e Região*, edição de maio de 1987, p. 2).

Paralelamente a esse quadro, as campanhas salariais serviram como instrumento de luta, em que várias demandas eram reivindicadas conjuntamente, ajudando a construir o SMCR, as campanhas salariais, em nível local, como também em nível nacional, a partir da articulação com as mobilizações da CUT. Diante disso, parte-se agora para o estudo dessas campanhas salariais, articulando-as a partir da perspectiva das mulheres da categoria do SMCR.

Ao falar sobre a construção de pautas específicas das trabalhadoras da categoria do SMCR, Maria Amélia traz elementos que ajudam a entender o contexto da chegada da Oposição Sindical Metalúrgica a gestão do Sindicato. Segundo ela:

Na verdade, nós tínhamos muitas demandas. Foi um período de você tomar o sindicato. Nós tínhamos muitas demandas. Por exemplo, na Singer as condições de trabalho, as condições que a gente vivia isso era o mais forte porque a gente viveu assim escravizado vamos dizer, no sentido da Ditadura mesmo. Os direitos, não tinha direitos. Campanha Salarial; condições de trabalho; como era o seu local de trabalho? tudo isso estava fervendo. Então, essa demanda específica ela foi sendo construída porque não tinha essa coisa assim de tão imediato porque era muita coisa (PAULA, 2017, p. 3).

De acordo com Maria Amélia, após anos de diretorias que não mobilizavam a base da Instituição, tendo como foco o assistencialismo e a conciliação com os sindicatos patronais, em um contexto de alta inflação, no qual a perda salarial dos trabalhadores(as) se fazia presente, as pautas da categoria eram de foco geral e de reorganização do próprio Sindicato, sendo que a campanha salarial era uma forma de mobilização relevante naquele cenário. Sob o título “Desta vez, a História será diferente”, o Sindicato convocou trabalhadores(as) para uma assembleia, na qual seriam debatidas formas de enfrentamento contra o arrocho salarial. Conforme o *Boletim*, na contramão de outras categorias que tinham sindicatos combativos, barrando assim o arrocho através de luta, em dois anos a perda salarial da categoria em Campinas e Região foi de 30%, visto que era “dominado pela pelegada, que nada fez” (*Boletim do SMCR*, edição de 19 de setembro de 1984, p. 1).

Com o propósito de barrar o arrocho salarial e organizar a categoria, em outubro de 1984 a gestão do SMCR convocou diversas assembleias, iniciando assim o que viria a se transformar na campanha salarial, que se faria presente ano após ano, dentro do recorte deste estudo. Primeiramente, realizaram-se assembleias por local de trabalho, isto é, fábrica por fábrica, recolhendo as demandas, dividindo-as em específicas e gerais. Posteriormente, ocorriam as assembleias gerais da categoria, onde traçaram-se planos gerais de luta (*Boletim*

do SMCR, edição de outubro de 1984, p. 1). Fruto dessas assembleias, fora as reivindicações de cada local de trabalho, as pautas gerais da categoria, na Campanha Salarial de 1984, foram: reajuste de 110% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para todas as faixas salariais e reajustes trimestrais de salário. Após a primeira tentativa de negociação com a FIESP e as empresas, na qual as demandas dos trabalhadores(as) foram negadas, as greves começaram a ocorrer. Em novembro, estavam em greve 10 mil metalúrgicos das empresas Singer, COBRASMA, Graber, Mercedes Benz, Sigla e BBC (*Boletim do SMCR*, edição de novembro de 1984, p. 1).

Greve na Singer

Companheiros e Companheiras da Singer, há um mês encerramos, com festa, a vitoriosa Greve dos 4 mil trabalhadores da Singer de Campinas e Indaiatuba. Foram 12 dias que ficarão marcados na vida do trabalhador da Singer e do movimento operário da Região [...] VALEU A PENA porque foi a primeira vez, depois de mais de 30 anos no Brasil, que a Singer parou, de cabo a rabo, como manda o figurino [...] VALEU A PENA porque rompemos com a política salarial que há anos vem sendo imposta sobre nós pelo governo e pelos patrões (*Boletim do SMCR*, edição de dezembro de 1984, p. 1).

Na Campanha Salarial de 1985, “Este ano é pra valer!” as reivindicações foram: aumento real de salários; reajuste mensal automático; equiparação salarial; estabilidade no emprego por um ano; salário profissional; jornada de trabalho de 40 horas semanais (*Boletim do SMCR*, edição de março de 1985, p. 1).

Junto ao uso dos boletins, visando a divulgação e a convocação dos trabalhadores(as) para as assembleias, outro instrumento utilizado durante a Campanha Salarial de 1985 foi o rádio. Através da Rádio Educadora, o SMCR, duas vezes por dia, em horários específicos, informava as reivindicações da Campanha e os encaminhamentos das assembleias. Assembleias essas que ocorriam todas as sextas feiras às 19:30, na sede do Sindicato (*Boletim do SMCR*, edição de março de 1985, p. 1).

Dando continuidade às mobilizações, foi convocado uma assembleia geral da categoria, para o dia 10 de abril, a qual tinha como chamada “Ou vai ou racha! Reivindicações Atendidas ou Greve dia 11” (*Boletim do SMCR*, edição de abril de 1985). Devido a proporção e a especificidade dessa assembleia, ela ocorreu no Teatro Arena, com ônibus saindo de pontos estratégicos que foram disponibilizados para garantir a presença dos trabalhadores(as). Como resultado dessa assembleia, foi decretada a Greve, em 11 de abril de 1985, que permaneceu até 23 de abril do mesmo ano. Em função da Greve de 1985, na Singer, trabalhadores(as) iniciaram 1986 com reajustes trimestrais de salário e redução da

jornada de trabalho para 45 horas sem diminuição salarial ((*Boletim do Grupo de Fábrica Singer*, edição de dezembro de 1986, p. 2).

Assim, além de convocar e mobilizar a base do Sindicato, os boletins revelam a situação precária que vivia a categoria dos metalúrgicos. De acordo com um *Boletim*, o custo de vida era tão alto que o salário mal dava para comer (*Boletim do SMCR*, edição de maio de 1985). O interessante é que, ao lado do texto que retrata tal situação, aparece a ilustração de uma mulher com um carrinho de feira, procurando demonstrar a nítida relação entre preços altos e a primeira que vai sentir esses preços: a mulher, haja vista que, essencialmente, era ela a responsável por organizar o orçamento familiar junto às necessidades de alimentação de toda a família, a “que coloca mais água no feijão”. Outra referência a essa relação entre preços elevados dos gêneros alimentícios e a função social que a mulher assumia no núcleo familiar, seja ela trabalhadora, ou esposa de um trabalhador, aparece na frase “A greve mais bem-sucedida foi feita em Apucarana porque a mulher do capitão é quem faz o supermercado. A inflação é o fenômeno mais politizador que existe”, presente no *Boletim Nacional CUT* (edição de 14 julho agosto de 1987, p. 13). Dessa forma, como pontuado por PERROT (2005), historicamente, devido ao papel social forjado para as mulheres, esse grupo, em períodos de crise, é o primeiro a sentir e organizar movimentos contra o aumento nos preços dos alimentos.

A partir de 1986, a Campanha Salarial se articula, em nível estadual, onde 350 mil metalúrgicos(as) do estado de São Paulo se juntam, através do slogan “Lutar para sair do sufoco!”. Nesse contexto, a Campanha se juntou a uma campanha da CUT⁵⁸. Ao lado do aumento salarial, pautava-se: estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho; férias em dobro; piso salarial; creche e garantia dos direitos sindicais (*Boletim do SMCR*, edição de 14 de maio de 1986).

Na Campanha Salarial Nacional de 1987, fruto do Encontro Nacional dos Metalúrgicos da CUT, realizado no mesmo ano, decidiu-se que seria organizado uma Campanha Salarial Nacional, colocando o 1º de maio como data-base para o início da mobilização. Com a chamada “quanto maior a união, maior a força”, a Campanha Salarial de 1987 tirou como meta um piso salarial nacional, o qual deveria ser calculado a partir do salário mínimo orçado pelo DIEESE, visto que o piso salarial dado aos metalúrgicos estava abaixo do salário mínimo, em virtude das altas taxas de inflação. Em suma, a articulação era

⁵⁸ O SMCR compunha o grupo dos Metalúrgicos da CUT, na qual participavam os sindicatos de São Bernardo do Campo, Santo André, Sorocaba, São José dos Campos e Itu, além das Oposições Sindicais de São Caetano do Sul e Limeira (*Boletim do SMCR*, edição de 16 de janeiro de 1986, p. 1).

justificada por meio da seguinte chamada: “já aprendemos que os trabalhadores não podem se desgastar em greves isoladas e mal preparadas. A resposta aos patrões e ao governo deve ser dada a nível nacional, e sob a direção da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Vamos à luta!” (*Boletim do SMCR*, edição de 18 de junho de 1987).

Mais uma vez, como instrumento de mobilização e de luta, greves gerais foram convocadas ao longo de 1987, objetivando colocar-se contra o Governo que diminuía os salários e maquiava a inflação, enquanto as empresas que lucravam com essas políticas (*Boletim do Grupo de Fábrica da Singer*, edição de agosto de 1987, p. 2). No entanto, em 1987, a perda salarial da categoria metalúrgica, em Campinas e Região foi, em média, de 25%. Segundo o DIEESE, existia uma “guerra entre o custo de vida e os salários dos trabalhadores metalúrgicos. Mesmo com a conquista de 15% de antecipação no mês de novembro passado”, quando “a diferença do IPC e os salários recebidos pelos trabalhadores” foi de “de 58, 38%” (*Caderno de Economia DIEESE*, edição de fevereiro de 1988, p. 5).

Iniciando a Campanha Salarial de 1988, com a consigna “Acorda Peão” em um boletim, o SMCR convoca trabalhadores(as) para participar da Assembleia Geral, à qual iria tirar as reivindicações da categoria para a campanha salarial daquele ano. Na lógica do que ocorreu no ano anterior, as demandas elencadas nesta assembleia seriam levadas para o Departamento Metalúrgico da CUT, visando a unificação das reivindicações, contando com os 600 mil metalúrgicos que compunham o Departamento no estado, com o objetivo posterior de que as demandas deveriam ser levadas a FIESP (*Boletim do SMCR*, edição de 2 de fevereiro de 1988, p. 1). O resultado dessa assembleia, as reivindicações da Campanha Salarial de 1988 passaram a ser: reajuste de 89,31% sobre o salário de março; escala móvel de salários; equiparação salarial; 40 horas semanais; estabilidade no emprego e; comissão de fábrica (*Boletim do SMCR*, edição de 5 de abril de 1988, p. 2). Conforme foi apresentado, as campanhas salariais caracterizavam-se pela junção de diversas demandas, às quais tinham como foco central garantir condições dignas de sobrevivência para a classe trabalhadora no Brasil. Em consonância com o objetivo norteador dessa escrita, decidiu-se detalhar e debater dentro das campanhas salariais a pauta equiparação salarial, visando evidenciar o relevante caráter de gênero dessa reivindicação, destacando-se, conseqüentemente, a luta das mulheres da categoria do SMCR.

3.1.1 Equiparação Salarial

Em um contexto de luta por melhores salários e condições vida, a pauta equiparação salarial emergiu em fins dos anos 1970 e na década de 1980 como uma relevante demanda

da mão de obra feminina. Se, para os trabalhadores masculinos, os salários mal cobriam o mínimo necessário para sua reprodução, enquanto força de trabalho, a circunstância se agravou quando se estudava os salários recebidos pelas mulheres, visto que a elas eram pagos salários menores. À frente disso, a equiparação salarial⁵⁹ também se fez presente nas reivindicações do SMCR e sua categoria. A equiparação salarial é apontada por Maria Amélia, uma das entrevistadas, como uma das principais demandas específicas das mulheres, no contexto em que ela esteve na diretoria do Sindicato, no período de 1984-1987. De acordo com ela, "[...] equiparação salarial era um ponto importante. Aliás, era fundamental porque nós trabalhávamos ali lado a lado e os homens ganhando mais. Hoje essa pauta continua ainda [...] Era o que eu lembro assim de mais forte" (2017, p. 4).

Segundo o IBGE (1990), no final da década de 1980, o rendimento médio mensal das trabalhadoras correspondia a 58,68% do rendimento da mão de obra masculina. Inseridas nessa realidade, as trabalhadoras da Fábrica Singer, dentro da Campanha Salarial de 1984, reivindicaram salários iguais dentro da empresa. Como resultado da greve⁶⁰ de novembro de 1984, na qual paralisaram quatro mil trabalhadores(as), a equiparação salarial, naquele momento, foi conquistada (*Boletim do SMCR*, edição de dezembro de 1984, p. 1). Entretanto, em dezembro de 1987, trabalhadoras(es) da Singer, novamente, se organizaram pautando equiparação salarial. Foram três dias de paralisação em busca de aumento real do salário e da equiparação salarial, sendo apenas a última pauta alcançada (*Boletim do Grupo de Fábrica Singer*, edição de dezembro de 1987, p. 3). Conforme depoimento de Eliezer (2017, p. 3), na DAKO, também houve organização por parte das mulheres, pautando salários iguais sem distinção de gênero. Ao discutir a diferença salarial existente entre homens e mulheres, um *Boletim da DAKO* argumentou:

Toda empresa procura dividir os trabalhadores para continuar explorando. Usa de vários meios: através de turnos, dos horários de refeição [...] e tem ainda um outro: a diferença salarial entre trabalhadores que têm a mesma profissão (*Boletim do SMCR – DAKO*, edição de 4 de janeiro de 1986, p. 1).

⁵⁹ Embora o foco desse estudo seja o recorte de gênero, faz-se necessário pontuar que, para além da reivindicação por equiparação salarial entre homens e mulheres, a equiparação salarial, também, pautava-se na luta por salários iguais entre diferentes unidades de uma mesma empresa. Ou seja, nas situações em que a diferença salarial não se dava pelo gênero, mas sim por centrais diferentes de uma mesma empresa. Isso se dava em nível local, assim como, em nível internacional, na qual, através da comparação, via-se que uma mesma função, em igual empresa, recebia rendimentos diferentes.

⁶⁰ A Greve de novembro de 1984, foi a primeira, “depois de 10 anos de imobilismo” (*Boletim do SMCR*, edição de 1987, p. 1).

Com o objetivo de mobilizar e organizar a luta, trabalhadores(as) foram convidado(a)s a participarem de uma assembleia na qual o Sindicato apresentou a proposta da Empresa em relação a equiparação salarial e outras pautas, como o aumento salarial, a redução de jornada, as férias em dobro, o piso salarial, a creche e os direitos sindicais (*Boletim do SMCR – DAKO*, edição de 16 de maio de 1986, p. 1). No mesmo ano, segundo Eliezer (2017, p. 3 e 4), na DAKO, houve uma greve em que as trabalhadoras exigiam equiparação salarial entre homens e mulheres.

Tais episódios evidenciam a participação da força de trabalho feminina, por meio do Sindicato, a fim de derrubar os preconceitos que legitimavam as desigualdades existentes nas remunerações, baseadas em gênero, bem como, também, referendando a utilização da greve como um instrumento de mobilização em resposta à indiferença das empresas no que era colocado pela categoria. Assim, inserindo-se no contexto do “Novo Sindicalismo”, em que houve o amplo retorno da utilização da greve como uma ferramenta de luta, os trabalhadores e as trabalhadoras da categoria do SMCR utilizaram desse instrumento como uma forma de reivindicar suas demandas. Esses acontecimentos demonstram ainda que, na contramão do que a ideologia capitalista propaga, o desenvolvimento do modo de produção capitalista não traz igualdade às mulheres. Pelo contrário, estas são inseridas no mercado de trabalho em postos e salários, em sua maioria, precarizados quando se compara com a mão de obra masculina. Assim, de acordo com Saffioti,

o aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara: no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (1979, p. 35).

Em um quadrinho intitulado “Porque eu ganho menos que você?”, um *Boletim* apresentou uma História em que uma trabalhadora conversava com um trabalhador sobre a diferença salarial entre eles, mesmo os dois sendo colegas em uma mesma empresa e exercendo igual função. Uma fala assertiva sobre a situação: “qual a diferença se trabalhamos o mesmo tempo de horas, fabricamos a mesma coisa, pagamos o mesmo preço no arroz, feijão, leite e pão...” (*Boletim do SMCR – Luppy*, edição de 13 de janeiro de 1987). Como alternativa de luta, a história em quadrinhos finaliza com a necessidade dos trabalhadores e

das trabalhadoras estarem unidos contra o “patrão”. Ou seja, chama toda a categoria a se unir contra o empresariado, afinal, a luta era classe contra classe e não gênero contra gênero.

Há de se apontar ainda a discriminação entre “trabalho qualificado” e “trabalho não qualificado”, presente no setor industrial, na qual, seguindo tal perspectiva, existiam funções masculinas e funções femininas, sendo os melhores salários pagos ao “trabalho qualificado”, isto é, a mão de obra masculina (*Caderno CUT: Mulher trabalhadora, Não é blá, blá, blá*, edição de setembro de 1988, p. 25). Logo, para além da síntese “trabalho igual, salário diferente entre homens e mulheres”, outro elemento que parte da opressão de gênero, consequentemente da forma de trabalho no modo de produção capitalista, que reverberará nos salários menores pagos para a mão de obra feminina, era o argumento de que as mulheres não são qualificadas e/ou capazes de realizar determinadas funções. Com este critério, a fim de legitimar tal afirmação, as características “naturais” femininas, supostamente estando impossibilitadas da realização de tarefas criativas e de liderança.

Esta realidade, na década de 1980, segundo Souza-Lobo, evidencia que a mão de obra feminina, na indústria paulista, se concentrava em postos de trabalhos não-qualificados e em atividades monótonas, repetitivas, com o foco em habilidades manuais (1991, p. 21), consequentemente, assumindo empregos com menor valoração social e salarial.

Mediante essa análise, nota-se a tentativa, por parte do SMCR, de mostrar para todos os trabalhadores, homens e mulheres, quão danosa para a classe trabalhadora é a existência dessas disparidades nos rendimentos, situação que expressa como as reivindicações do Sindicato, no contexto do “Novo Sindicalismo”, não se resumiam a lutas econômicas e conquistas imediatas, mas andavam juntas, na busca por avanços no plano político, isto é, de conscientização da condição de classe trabalhadora, em antagonismo a outra classe, que a categoria assumia.

Concordando com a ideia de que as relações de opressão, na qual as mulheres convivem, não se explicam no plano superficial, a historiadora francesa Michelle Perrot, ao escrever sobre o assunto, acrescenta que as operárias femininas são colocadas na categoria de exército industrial de reserva, logo, justificam-se os salários e as situações precárias. A autora escreve, ainda, que “[...] a operária sofre uma dupla opressão: como mulher e como operária” (2005, p. 156).

Segundo Pena (1981), o fato de os salários das mulheres serem mais baixos que os dos homens, resulta da suposição da ideologia capitalista, de que o custo da sobrevivência da força de trabalho feminina será coberto por um homem. Entende-se que a mão de obra feminina sempre estará ligada a alguma força de trabalho masculina, seja ele o pai, ou o

marido. Logo, a mulher é enxergada no modo de produção capitalista como um ser dependente de um indivíduo masculino. Na contramão de recusar a afirmação de Pena, mas indo além, o que na aparência pode parecer apenas um capricho ou maldade do burguês que se utiliza de tal ideologia para pagar as mulheres salários menores, em sua essência, significa que, para o modo de produção capitalista, a função primordial e primária que as mulheres da classe trabalhadora devem exercer é a da reprodução, isto é, do trabalho reprodutivo. Este, baseado nas justificativas da ideologia burguesa, é realizado de forma gratuita pelas mulheres, sendo essencial para a manutenção e a reprodução de toda a força de trabalho. A disparidade de salários entre homens e mulheres diz muito mais a respeito da necessidade do Capital garantir que vai ser a mulher que irá se retirar do trabalho produtivo, atestando assim, a realização do trabalho reprodutivo gratuito, do quê, simplesmente, um extra de mais-valia que o burguês está adquirindo. Caso contrário, em um cenário em que a mulher ganha menos por “puro capricho”, não seria mais vantajoso ao capitalista demitir os homens e manter as mulheres? Porém, esta situação não ocorre.

Portanto, em vista de uma síntese materialista, pode-se apontar que a opressão de gênero é uma expressão do modo de produção capitalista, não um elemento externo e a ele combinado. Em síntese, as diferenças salariais, baseadas em gênero, e as relações anteriores a esse quadro, revela uma das características do modo de produção capitalista.

3.2 DIREITO À CRECHE

Na lógica das demandas do modo de produção capitalista, é dada às mulheres a tarefa quanto ao cuidado dos filhos, o trabalho reprodutivo. Nessa perspectiva, o direito à creche emerge como uma pauta fundamental de gênero, já que, por meio da efetivação desta garantia, as mulheres podem se colocar, mais efetivamente, no mercado de trabalho e no Movimento Sindical, haja vista que, muitas vezes, as trabalhadoras são impossibilitadas de participar desses espaços, devido à presença de outras responsabilidades, colocadas como prioritárias às mulheres, impostas pelo Capitalismo. Pena sinalizou que “o cuidado das crianças era assim, tanto nos grupos dominantes quanto na massa de trabalhadores, encargo das mulheres” (1981, p. 102).

Em concordância com Pena (1981), mas fazendo uma ressalva, faz-se importante apontar que, embora no geral, o encargo sobre os cuidados com os filhos seja colocado sobre as mulheres, há uma diferença na capacidade de alguns grupos de mulheres responderem a essa imposição social. Na perspectiva de D’atri (2008), as mulheres formam um grupo policlassista. Assim, enquanto algumas, devido sua posição econômica, podem escolher

cuidar de seus filhos e se retirarem do mercado de trabalho, ou ainda, pagar outra mulher para exercer esse cuidado, garantindo dessa forma, a sua permanência no mercado de trabalho e em outras atividades que são de seu interesse, existe um grupo de mulheres, essencialmente da classe trabalhadora, que não pode fazer essa escolha, afetando, conseqüentemente, a relação destas com seus filhos, o mercado de trabalho e o Movimento Sindical. Ao falar sobre essa realidade, Maria Amélia pontuou:

As mulheres entrando para o mercado de trabalho, ou seja, vou deixar meu filho com quem? A demanda por creche, ela foi a partir desses movimentos que foram surgindo e algumas empresas foram, forneciam o auxílio-creche. Tinha essa demanda sim. Tinha essa pauta na questão das creches onde não tinha. Como é que você vai deixar, o auxílio-creche, tinha a questão da amamentação também que era uma pauta. O tempo para você amamentar (PAULA, 2017, p. 4).

Concordando e demonstrando para a categoria essas circunstâncias, acerca da vida trabalhadora, um *Boletim* apontou:

A maioria dos problemas que prejudicam as mulheres que trabalham são iguais ao de todos os trabalhadores. Mas tem algumas questões que prejudicam mais as trabalhadoras, pela sua condição de mulher e mãe. Por isso, vamos lutar pelo direito a creche e por aumento da licença-maternidade para 180 dias, para que as companheiras possam ter tempo para cuidar de seus bebês (*Boletim do SMCR*, edição de maio de 1987, p. 2).

Em um *Boletim do SMCR*, o Sindicato divulgou as sete pautas que estariam em uma carta, à qual seria entregue às empresas de Campinas e Região, representando uma contraproposta do que foi decidido pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que determinou apenas aumento salarial e negou as outras reivindicações (edição de 14 de maio de 1986 p. 1). Dentre as reivindicações, a luta por creche se fazia presente.

Em outro *Boletim*, ainda sobre a negativa do TRT, o SMCR convocou uma assembleia na qual a demanda de creche seria debatida, somada às pautas de aumento salarial, estabilidade, piso salarial, férias em dobro, redução da jornada de trabalho e direitos sindicais (*Boletim do SMCR - COBRASMA*, edição de 8 de julho de 1986, p. 1). No mesmo ano, após uma operação tartaruga, trabalhadores(as) da Singer conquistaram um acordo que previa aumento salarial, jornada de 44 horas semanais (a partir de janeiro de 1987) e “auxílio creche a todas as mães no valor de meio salário-mínimo ao mês por filho” (*Boletim do SMCR*, edição de 12 de agosto de 1986, p. 1). Em relação ao direito à creche, o livro *História das Mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore, ajuda a entender o processo pelo qual as mulheres brasileiras tiveram reforçada, na primeira metade do século XX, o conceito de que o cuidado dos filhos era de responsabilidade das mães:

[...] a ideologia da maternidade foi revigorada pelo discurso masculino: ser mãe, mais do que nunca, tornou-se a principal missão da mulher num mundo em que se procurava estabelecer rígidas fronteiras entre a esfera pública, definida como essencialmente masculina, e a privada, vista como lugar natural da esposa-mãe-dona de casa e de seus filhos (DEL PRIORE, 2013, p. 591).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que as mulheres começam a conquistar alguns espaços na esfera pública, o modo de produção capitalista, com o horizonte de normatizar esses avanços, reforça a importância da permanência da tríade esposa-mãe-dona-de-casa, visto que, através disso, ele assegura a realização do trabalho reprodutivo, atividade essa realizada de forma gratuita pelas mulheres. Isto é, quando a mulher consegue superar a barreira do mundo privado, ela vê reforçar, sobre si, uma série de responsabilidades. Ao contrário do homem que, “naturalmente” cabe ao mundo público, a mulher, para exercer o direito ao não-doméstico, primeiro, deve cumprir seus deveres “naturais femininos”. Mediante essa alienação, justifica-se, também, a retirada das mulheres do mercado de trabalho, sendo elas as primeiras a serem demitidas, o que se intensifica com as casadas e com filhos, afinal, a função primária desse grupo é o trabalho reprodutivo. Em síntese, para o modo de produção capitalista, em primeira instância, a mulher deve cumprir o trabalho reprodutivo, trabalho que garante a extração da mais-valia, pois possibilita que o trabalhador(a) sobreviva e volte no dia seguinte para o seu trabalho na esfera produtiva.

A mão de obra feminina vive perante uma dupla/tripla jornada de trabalho, pois é responsabilidade dela cuidar dos filhos, do marido e da casa. Isto posto, ao estudar a realidade das trabalhadoras, deve-se atentar para as diversas esferas que perpassam a vida desse grupo, na medida em que essas circunstâncias podem atuar como obstáculos na inserção delas no processo produtivo, nas mobilizações e no espaço público. Em relação às obrigações familiares, e o quanto isso afeta a participação das mulheres no Movimento Sindical, Maria Amélia destacou:

É claro que havia as dificuldades das mulheres com filhos, tem a demanda da casa que infelizmente fica pra quem?! Quem tem que lavar? Passar? Cozinhar? E olhar os filhos? Tinha essas demandas e a gente tentava conversar um pouco sobre isso, respeitando. Marcava as reuniões de tarde. Não podia demorar. Tentava organizar para tentar assim, melhorar esses aspectos dessas dificuldades. Que é uma dificuldade até hoje (PAULA, 2017, p. 2).

Nota-se, que, a fim de garantir a presença das mulheres no mundo sindical, para além de denunciar o caráter do modo de produção capitalista e as reverberações disso na vida das

mulheres, as trabalhadoras ligadas ao SMRC, em um movimento de resistência, arranjavam alternativas que possibilitasse a presença de suas colegas de trabalho nas assembleias e nos espaços de luta. Exemplo disso é o *Relatório A Mulher Trabalhadora*. Fruto de uma pesquisa com a mão de obra feminina de Campinas, na qual foram elencadas algumas medidas para aumentar a participação desse grupo no Movimento Sindical, entre as propostas, existiam: formações e reuniões específicas para as mulheres, com creche no local, com temáticas de mulher e trabalho, sexualidade, valorização da mulher como ser público, iniciação política, sindicalismo e saúde da mulher (edição de outubro de 1993, p. 15 e 16).

No mesmo *Relatório*, outro fato que aparecia como uma demanda para que se aumentasse a participação feminina nos sindicatos era o “horário de assembleias apropriadas às mulheres e departamento de assuntos relacionados à mulher dentro de cada Instituição” (*Relatório A Mulher Trabalhadora*, edição de outubro de 1993, p. 15 e 16). Por meio da luta conjunta entre todos os trabalhadores e trabalhadoras, conquistou-se alguns avanços que garantiram, inclusive, o auxílio creche, direito esse que permitia a permanência dessas trabalhadoras no mercado de trabalho, visto que, em caso de ausência de creches públicas, era a mulher que saía do seu emprego para cuidar dos filhos. Portanto, esse fato, ocorrido na fábrica Singer, evidencia a construção da força de trabalho feminina nas mobilizações do SMCR. Enfatizando tal afirmação, o depoimento de Eliezer traz elementos a respeito da atuação das trabalhadoras no Sindicato. Segundo ele:

Nós temos uns exemplos aqui, dois exemplos importantes, acho que significativos da participação das mulheres. Um era a Singer [...] Essa fábrica tinha um percentual muito grande de mulheres. A Singer e a Dako, uma fazia máquina de costura e outra fogões. Então na Singer o número de mulheres era muito grande. Até que saiu de lá uma liderança que era a Amélia, que fez parte da oposição. Que liderou lá as greves dos anos de 1984 e 1985. Então a participação das mulheres era muito efetiva lá. E era um percentual de mulher localizada naquela fábrica, era também bastante expressivo. Então essa é uma referência boa que a gente tinha, tem da participação das mulheres (CUNHA, 2017, p. 3).

Dessa maneira, a partir dos depoimentos e destaques feitos nos boletins, percebemos a presença de mobilizações, por parte das mulheres da categoria do SMCR, buscando, a partir disso, a conquista de alguns direitos. Entre eles, o direito à creche que, se conquistado, possibilitava a permanência desse grupo no mercado de trabalho, assim como a participação da mão de obra feminina no Movimento Sindical.

3.3 FIM DAS HORAS EXTRAS

Seguindo as mobilizações por melhores salários e condições de trabalho, a luta contra a hora extra também se fez presente na categoria metalúrgica de Campinas e Região. Evidenciando as consequências da realização das horas extras na organização dos trabalhadores(as), um documento da Pastoral Operária Católica, em uma análise sobre a situação dos trabalhadores(as) de Campinas e Região, indicou a correlação entre o excesso de realização de horas extras como um fator dificultador da participação dos trabalhadores(as) nas mobilizações da categoria (*Relatório da Assembleia Anual da Pastoral Operária*, edição de janeiro de 1983, p. 3).

Há também o entendimento sobre o quanto a realização de horas extras afetava outras atividades e relações da classe trabalhadora, para além do espaço de trabalho. Duas referências em boletins, levantam essa questão. Na Grabber, trabalhadores(as) denunciavam:

Há muito tempo ela vem obrigando os seus funcionários a trabalhar 12 horas por dia e mais o sábado inteiro. E quem se nega a fazer hora-extra é perseguido pela chefia. Com isso, os acidentes de trabalho aumentam, pois o cansaço é muito maior. Os trabalhadores não têm tempo de ficar com a família, de estudar, de fazer outra coisa que não seja produzir, produzir e produzir. Nem as mulheres escapam das horas extras na Grabber. Muitas vezes são obrigadas a trabalhar 14 horas por dia! E quem não for, já sabe... Enquanto isso, a Grabber vai tendo mais e mais lucros, além de não precisar contratar novos funcionários[...]É SÓ LUTANDO PARA AUMENTAR O SALÁRIO E NÃO ACEITAR MAIS FAZER HORA EXTRA QUE A EMPRESA VAI ACABAR COM ESTA SACANAGEM!” (*Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica*, edição de junho de 1984, p. 1).

Já na COBRASMA, um poema apontava:

NÃO TENHO TEMPO
Sabe meu filho,
Até hoje não tive tempo para brincar com você.
Arranjei tempo para tudo,
Menos para ver você crescer [...]
Você entende...não tenho tempo!!
De que adianta saber as mínimas coisas de você,
Se tenho muitas horas extras para fazer [...] (*Boletim do SMCR - COBRASMA*, janeiro de 1985, p. 4).

Em março de 1985, como resultado de uma assembleia do SMCR, a categoria decidiu “Amarrar a produção e boicotar a hora extra”. Através dessas medidas, segundo a Diretoria do Sindicato, ao produzir menos, as empresas ficariam sem estoque e os patrões pensariam duas vezes antes de radicalizar contra os trabalhadores, tendo a categoria, conseqüentemente, mais força em suas mobilizações (*Boletim do SMCR*, edição de março de 1985, p. 1).

Em resposta à mobilização dos trabalhadores(as), no mês seguinte, as duas empresas cancelaram o uso de horas extras na produção e anunciaram a contratação de 100 novos trabalhadores(as) (*Boletim do SMCR*, edição de abril de 1985, p. 2). Seguindo mobilizado e visando ampliar a conquista para toda a categoria, em novembro de 1985, o SMCR convocou trabalhadores(as) a fazer um boicote geral contra as horas extras, pressionando, assim, a FIESP a negociar com a categoria para além do fim das horas extras, aumento salarial de 100% de acordo com INPC (*Boletim do SMCR*, edição de 5 de novembro de 1985, p. 1). Novamente, em 1986, o SMCR deixou nítida sua posição contrária à realização de hora extra, ao afirmar que hora extra era “crime social” (*Boletim do SMCR*, edição de 27 de setembro de 1986).

A priori, a luta contra a hora extra aparenta apenas seu caráter econômico, a fim de garantir mais postos de trabalho. Entretanto, ela também está relacionada às questões de gênero e as consequências disso afetam as relações familiares. Em um modo de produção no qual as tarefas reprodutivas são destinadas às mulheres, ao fazerem horas extras, esse grupo sofre, conseqüentemente, sobrecarga, visto a dupla/tripla jornada de trabalho que realiza, o que dificulta mais ainda a participação das mulheres nas mobilizações da categoria. Soma-se a isso também o desemprego, visto que as horas extras substituem outro(a)s trabalhadores(as) de serem contratado(a)s, o qual atinge, primeiramente, as mulheres.

Nessa perspectiva, deve-se entender a luta contra as horas extras como uma reivindicação que, mais do que uma demanda de toda a classe trabalhadora, englobando homens e mulheres, expressa uma pauta diretamente ligada às relações de gênero. Se para os trabalhadores masculinos a realização de horas extras colocava-se como um obstáculo à participação destes no Movimento Sindical, não é difícil compreender que essa condição se agravava quando se pensa nas trabalhadoras.

3.4 VALORIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA FEMININA

Araújo e Ferreira (2000) afirmam que, a partir do final da década de 1970, fruto da ligação entre o Movimento Sindical e os movimentos sociais feministas, houve uma renovação na forma de organização do Movimento Sindical Brasileiro, na qual o discurso da força de trabalho feminina consegue alcançar mais visibilidade. Nessa perspectiva, as mulheres do SMCR organizaram lutas em busca de reconhecimento de suas demandas específicas dentro da categoria, pela manutenção de seus empregos, em um cenário de demissões, e pelo reconhecimento, junto aos seus colegas homens, de que a participação delas nas mobilizações do Sindicato era essencial para a conquista de direitos para toda a categoria.

Em janeiro de 1985, trabalhadores(as) da Singer se mobilizaram para pedir a readmissão de 70 trabalhadoras que foram demitidas por justa causa, como retaliação, em função da greve de novembro de 1984. Durante duas semanas, trabalhadores(as) da empresa fizeram paralisações em toda a fábrica. Segundo *Boletim do SMCR*, “nesta segunda-feira, 28/1, os 3 mil companheiros da Singer pararam a fábrica toda, em solidariedade aos demitidos e reforçando as reivindicações iniciais [...] Entramos nesta luta para ganhar, pois não podemos mais aceitar trabalhar com ameaças de facção” (edição de janeiro de 1985, p. 1). Como resultado da greve, encerrada em 31 de janeiro de 1985, teve-se a retirada da justa causa das demissões, o pagamento de todos os direitos, mais dois salários mínimos de indenização a cada demitido, bem como a remoção do processo de cassação de Maria Amélia, uma das componentes da Diretoria do SMCR que trabalhava na Singer (*Boletim do SMCR*, edição de 4 de fevereiro de 1985, p. 2).

A presença de pautas e enunciados que retratam as demandas das trabalhadoras na atuação do sindicato, demonstra a conquista por parte das mulheres de um espaço de luta dentro da categoria. Ainda mais se tratando de uma categoria, majoritariamente, composta por homens. Ao falar sobre a presença numérica de mulheres na Singer, de acordo com Maria Amélia, de um total de mais de 5 mil trabalhadores de 30% a 40% eram mulheres (2017, p. 1). No Boletim específico da Dako, há uma referência direta ao machismo que faz parte do cotidiano das mulheres trabalhadoras, e a necessidade da união entre todos os trabalhadores:

Homens e Mulheres na mesma luta

A maioria dos homens e mulheres brasileiros ainda não perceberam como é importante o respeito e a valorização um do outro. O machismo que aprendemos desde pequenos, homens e mulheres, acaba deformando nossas relações.

Este incidente na Dako mostrou que, homens e mulheres, todos os trabalhadores, independente de sexo, idade e salário, devemos estar juntos na mesma luta. [...] Esperamos que as companheiras trabalhadoras da Dako continuem participando, como sempre fizeram, das lutas da categoria. E que os companheiros trabalhadores da Dako saibam compreender, apoiar e respeitar a presença das nossas companheiras (*Boletim do SMCR – Dako*, edição de 4 de janeiro de 1986, p. 1 e 2).

A partir dessa perspectiva, nota-se que, para além da resistência das mulheres dentro do sindicato e no local de trabalho, a valorização da força de trabalho feminina era enxergada como uma tarefa de toda a categoria, não somente das mulheres. Logo, o combate ao machismo era pauta, inclusive, dos homens, na qual eles deveriam assumir posturas dentro e fora do SMCR que possibilitassem a participação feminina no Movimento Sindical e de forma orgânica.

Em uma passagem de seu depoimento, Eliezer comenta que, durante a campanha para equiparação salarial, na Fábrica Dako, houve certa resistência por parte de alguns homens

entenderem a necessidade da pauta. Entretanto, através de formação política e de trabalho de base, nos locais de trabalho, isso foi sendo superado e os trabalhadores também se integraram à luta, fato que resultou na conquista da equiparação salarial:

Na Dako, ATRAVÉS DA LUTA DE VOCÊS NO ANO PASSADO conseguimos um acordo que garante uma certa equiparação salarial. É preciso valorizar isso, pois, se todos ganharmos o mesmo salário, estamos mais próximos para lutar por melhorias diversas (Idem, p. 1).

Identifica-se, nesse trecho, a importância dada pelo SMCR para pautas não propriamente econômicas, mas que refletiam na prática sindical da categoria. Mesmo em um momento em que a crise econômica fazia-se presente no contexto brasileiro, provocando a alta da inflação e arrochos nos salários dos trabalhadores(as), as questões políticas que envolviam a classe também eram consideradas e elencadas nos boletins da Instituição.

Há ainda a valorização da formação sindical da categoria, na qual ocorriam espaços de formação política periódico, nos quais a prática e a teoria se encontravam, objetivando-se, por meio dessas atividades, uma prática sindical coerente e não imediatista. Estando em conformidade com as deliberações retiradas dentro da CNMT, que elencavam como tarefas dos sindicatos vinculados à CUT, a formação específica sobre/para as mulheres trabalhadoras, a realização de encontros e seminários relacionados às mulheres trabalhadoras, visando a formulação de sínteses sobre a temática, além da criação de espaços em cada instituição com o objetivo de organizar a luta as mulheres, trazendo as trabalhadoras para a construção orgânica no combate à opressão e à exploração (*Documento de subsídio sobre a questão da mulher trabalhadora*. CUT, São Paulo, junho de 1986, p. 6 mimeo.).

Outro exemplo que destaca a valorização da mão de obra feminina, foi a Campanha para a readmissão de uma trabalhadora que foi demitida em função de perseguição política:

Como já tínhamos comunicado em nosso último boletim, a Dako, demitiu, na semana passada, uma companheira que trabalhava na Kléber. Desde então seus companheiros do Distrito Industrial, dando prova de companheirismo e solidariedade, fizeram movimentações visando sua readmissão. [...]A companheira Helen, que foi injustamente demitida, pediu que agradecêssemos aos companheiros as tentativas e, ela mesmo, não colocou seus interesses pessoais acima dos interesses do conjunto dos trabalhadores (*Boletim do SMCR*, edição de 26 de março de 1986, p. 1).

Para além do reconhecimento, em relação a uma companheira que construía com todos os trabalhadores(as) as mobilizações que visavam a garantia e conquista de direitos para toda a categoria, nota-se, nesse artigo do *Boletim*, uma atitude de não aceitação da

demissão de uma trabalhadora. Assim, e dado o que já foi elencado, no modo de produção capitalista, a mulher tem como função prioritária a esfera reprodutiva, assumindo, desta forma, relevante função de exército de reserva. Logo, são as mulheres as primeiras a serem dispensadas em casos de demissão. Nesse caso, ao contrário do “esperado”, a atitude das mulheres, assim como de toda categoria, foi de uma busca ativa pela garantia de emprego a essa mulher, que como muitas outras, se fazia presente nas mobilizações que marcaram Campinas e Região, no contexto do “Novo Sindicalismo”. A reivindicação das mulheres, pelo reconhecimento como companheiras de luta dos homens, passa pela necessidade da derrocada de mitos que colocam homens contra mulheres e não classe contra classe. A síntese de que a entrada das mulheres e crianças no mercado de trabalho rebaixa os salários dos homens, diz respeito à divisão do mínimo necessário para a manutenção de toda a família, feita pelo burguês, visando aumentar sua taxa de mais-valia, o que antes era coberto apenas pelo salário do homem (Marx, 2013). Esta situação, como máscara a ideologia burguesa, com a justificativa de que as mulheres têm menos capacidades e/ou são menos qualificadas, apresentam sua contraposição quando as trabalhadoras, ao reivindicarem por reconhecimento enquanto companheiras de luta dos homens, impulsionam a classe toda a avançar, pois escancaram contradições que, geralmente, atravancam o progresso da consciência de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado e discutido neste estudo, defende-se que, para compreender o apagamento das mulheres trabalhadoras na História, faz-se necessário o estudo das relações de produção na qual essas mulheres estão inseridas, tendo por base o materialismo histórico e dialético, por compreender a História como resultado dos diferentes modos de produção da vida.

A partir dessa perspectiva, pode-se desmistificar, por exemplo, a ideia de que as mulheres só começaram a trabalhar a partir do desenvolvimento do Capitalismo, ou que a atividade laboral feminina sempre foi subjugada em relação à atividade desempenhada pelo gênero masculino, já que a divisão sexual do trabalho é anterior a sociedade de classes.

Ao apontar a ligação entre a origem da propriedade privada e a opressão de gênero, Engels nos ajuda a compreender que essa categoria de opressão não surgiu com o Capitalismo, mas sim com a sociedade de classes. Entretanto, é através do modo de produção capitalista que a opressão de gênero adquire traços particulares, haja vista que o Capital converteu o patriarcado em um instrumento essencial para a manutenção e a perpetuação da exploração de um indivíduo sobre outro. Desse modo, a opressão de gênero inicia-se no embrião da sociedade de classe e se desenvolve através do modo de produção capitalista. Logo, as mulheres são vítimas do Capital, conseqüentemente da opressão de gênero. Esta conclusão é complementada por Arruzza:

O capitalismo não é um Moloch, um Deus escondido, um marionetista ou uma máquina: é uma totalidade viva de relações sociais. Nela, encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias (2015, p. 48).

Isto é, a opressão de gênero não é um sistema a parte do capitalismo e com ele se relaciona, mas sim o próprio modo de produção capitalista. Conseqüentemente, defende-se que, por mais que na aparência o capitalismo traga alguns avanços para as mulheres, isso não expressa a realidade material de todas as mulheres. Visto que, mesmo existindo exemplos de mulheres conquistando altos postos de trabalho e excelentes taxas de qualidade de vida, essas não se igualam aos homens de sua mesma classe, muito menos expressam a conquista geral de todas as mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Nessa lógica, opondo-se a uma síntese abstrata, as categorias de gênero e trabalho devem ser situadas histórica e socialmente. Na construção do que significa “ser mulher, ser

operária”, faz-se necessário a análise dessas categorias inseridas no modo de produção capitalista, identificando as reverberações dessas relações na realidade das mulheres da classe trabalhadora, na qual estudar o modo de produção capitalista passa por compreender que este é resultado de “uma totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação e alienação” (ARRUZZA, 2015. p. 55). Faz-se a defesa de que, ainda que as mulheres negras escravizadas durante o período da escravidão no Brasil, tenham negadas o estatuto de mulher, elas também se viram diante de relações de opressão de gênero. Logo, ao estudar as trabalhadoras negras no Brasil, mesmo após o fim da escravidão, visto que vivemos em uma sociedade estruturalmente racista, deve-se atentar para as diversas formas de como se expressa a opressão de gênero para esse grupo, contrapondo-se a um modelo único de trabalhadora, geralmente centrado na mulher branca.

Em síntese, a mão de obra feminina, aqui especificamente as mulheres trabalhadoras da categoria do SMCR de Campinas e Região, estão alocadas sobre relações de trabalho capitalistas, sobre as quais, como atividade primária, está colocado o trabalho reprodutivo, bem como a elas estão reservados os cargos e salários mais precarizados. Esta condição é justificada por aparatos ideológicos que operam como instrumento de manutenção do modo de produção capitalista, elementos que nos ajudam a compreender a condição de as mulheres terem mais dificuldades de participarem do Movimento Sindical de forma orgânica.

Sobre o “Novo Sindicalismo”, no que concerne a ideia de total ruptura desse “novo” Movimento, que emerge em fins dos anos 1970, compreende-se que tal concepção mostra-se limitada e é explicada pela necessidade de autovalorização do Movimento por parte dos militantes e intelectuais que viviam/escreviam sobre aquela conjuntura. Soma-se a isto, a disputa de um projeto político para a classe trabalhadora que se tornaria hegemônico.

Em comparação com a construção do conceito de “Novo Sindicalismo”, ao longo da História têm-se outros exemplos da utilização de termos para valorização/depreciação de um período anterior. O emprego de “Idade Moderna” em contraposição a “Idade Média”, na qual, segundo a concepção contemporânea da época, a Europa tinha vivido o “período das trevas”, demonstra tal conceituação. À vista disso, entendendo que os conceitos são sóciohistóricos, e não existem abstratamente, defende-se o uso do conceito “Novo Sindicalismo”, através da utilização de aspas, concluindo que o termo não é a expressão da negação total do chamado “Velho Sindicalismo”. Defende-se aqui que, esse outro momento do Movimento Sindical Brasileiro foi fruto da relação tese-antítese-síntese do contexto precedente, na qual o “Novo Sindicalismo” tem em sua formulação elementos do “Velho Sindicalismo”.

Desse modo, buscou-se compreender as bases materiais desse contexto, integrante da História recente do Sindicalismo Brasileiro, no que tange a participação das trabalhadoras da categoria do SMCR. Pois, como escreveu Marx, “deve-se distinguir o modo de exposição, segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (2011, p. 129) expressando sua concretude, ou seja, a síntese das múltiplas determinações. Contrariando a perspectiva de ausência de mobilizações antes de 1977, cabe a ressalva de que, no período anterior ao “Novo Sindicalismo”, a resistência por parte dos trabalhadores(as) fez-se presente, mesmo com toda a repressão aplicada pela Ditadura Civil-Militar. Alguns exemplos são as grandes greves que ocorreram em 1968, em Contagem-MG e Osasco-SP, com participação de aproximadamente três mil trabalhadores(as) (ANTUNES; RIDENTI, 2007). Nessa perspectiva, pode-se apontar que, o ocorrido com o “Novo Sindicalismo” foi a possibilidade do retorno de ampla utilização da greve como instrumento de mobilização da classe trabalhadora (ARAÚJO; FERREIRA, 2000). Sem a viabilidade do uso da greve, devido ao decreto que proibia tal ação, somado ao contexto de Ditadura, a classe trabalhadora brasileira fez uso de diferentes formas de enfrentamento, como as “operações tartarugas” e a organização nas CEBs, circunstâncias que influenciaram e forjaram o que conceituamos de “Novo Sindicalismo”.

Tendo as mulheres participado ativamente nesses processos, desde 1968 por meio do Movimento Nacional contra a Carestia; após 1970, da Luta por Creches; a partir de 1974, no Movimento Brasileiro pela Anistia e; desde 1975, criando os primeiros Centros de Mulheres. A respeito dessas mobilizações, no contexto da Ditadura Civil-Militar, Antunes e Ridenti escreveram:

Havia uma série de aspectos comuns, intensificados pelo “clima político” existente no cenário mundial no ano de 1968. Podemos destacar, então, algumas condições estruturais que eram compartilhadas pelas diversas sociedades, em particular as “centrais”, mas que se mostravam presentes nos chamados países do “Terceiro Mundo”, como Brasil, México, Argentina etc. Em diferentes medidas, havia similaridade em condições como a industrialização avançada, a crescente urbanização e consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, a massificação dada pela indústria cultural, o aumento do proletariado e das classes médias assalariadas, a importância dos jovens na composição etária da população, o acesso crescente ao ensino superior, além da incapacidade do poder constituído para representar sociedades que se renovavam (2007, p. 79-80).

Sendo gestada aos poucos, o momento do Movimento Sindical chamado de “Novo Sindicalismo” se deu por meio de um processo de tese-antítese-síntese, na qual se deu uma

forte ação de volta às bases, valorizando a organização da classe trabalhadora nos seus respectivos locais de trabalho, integrando os dirigentes sindicais e a categoria, mediante atividades democráticas e orgânicas, resultando em mobilizações de trabalhadores(as), em fins da década de 1970.

Inserido nesse cenário, o Movimento Feminista ganhava força nas formações históricas mundiais, através do Feminismo de Segunda Onda. No Brasil, junto aos processos de industrialização e de urbanização, através do aumento na taxa de escolarização das mulheres e da precarização da renda familiar, os números da força de trabalho feminina cresceram. Como consequência, segundo Araújo e Ferreira (2000, p. 312-313), “a renovação das práticas sindicais, que se deu a partir do final dos anos 70, teve um papel fundamental na emergência do discurso feminino e no aumento do ingresso das mulheres na militância sindical”. Ao apontar os números dessa participação das mulheres trabalhadoras nos sindicatos, as autoras declaram:

Entre 1970 e 1977, o crescimento da sindicalização acompanhou o da força de trabalho e superou significativamente este último entre 1977 e 1978, quando deu um salto de 21,7%, enquanto o crescimento da PEA urbana foi de 8%. Esse movimento foi mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens. Entre 1970 e 1978, o número de mulheres sindicalizadas cresceu 176%, ao passo que sua participação no mercado de trabalho aumentou 123%. (Idem, p. 310)

Indo ao encontro com o que Araújo e Ferreira expõem, pode-se defender que há uma renovação nesse momento da História do Movimento Sindical, inclusive com a entrada significativa das trabalhadoras, porém, isto não emerge do nada, por meio de uma simples ruptura. Muito menos, deve ser entendido como a “perfeição” do que deveria ser o sindicalismo no Brasil. Ainda que, em seus discursos, o “Novo Sindicalismo” propagou-se como uma “nova forma de mobilização sindical autônoma e independente do Estado”, faz-se necessário um estudo crítico para que não se deixe levar pelo “espírito de esperança”, que permeava, de forma idealista, a classe trabalhadora naquele contexto. Para além do discurso, o historiador(a) deve-se deter a materialidade, situando-a historicamente.

Assim, a partir das sínteses apresentadas anteriormente e dos estudos das reivindicações da categoria do SMCR, entre 1984 e 1988, pode-se apontar que as trabalhadoras da categoria se fizeram presentes nas grandes mobilizações em Campinas e Região. Sendo que, tal situação, fruto do processo da junção entre os movimentos sociais feministas, no caso de Campinas e Região, se construiu diretamente ligado à Esquerda Católica e as Oposições Sindicais, bem como ao Movimento Sindical.

Através da militância por local de moradia e trabalho, as mulheres levaram ao sindicalismo, conseqüentemente ao SMCR, demandas que escancaravam as contradições de classe e de gênero, presentes no modo de produção capitalista. Por fim, em um cenário de saída da Ditadura Civil-Militar, de altas taxas inflacionárias e de precarização da vida da classe trabalhadora, as mulheres metalúrgicas de Campinas e Região construíram, junto aos seus colegas homens, o que chamamos de “Novo Sindicalismo”, sendo isso evidenciado por meio da chegada da Oposição Sindical Metalúrgica à diretoria do SMCR, em 1984, bem como pelas lutas da categoria travadas ao longo da década de 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In. SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Herminia Tavares (Orgs). *Sociedade política no Brasil pós-61* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj9788599662632-08.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2019.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ALVES, Giovanni. Sindicalismo e utopia social no Brasil do século XX: breves considerações sobre anarquistas, comunistas e novos sindicalistas. In. MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*. Salvador, BA, v. 28, n. 75, p. 511-528. set./dez., 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792015000300511&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 de jan. 2019

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, Londrina, PR, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez., 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319>. Acesso em: 10 de abr. 2019.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Ângela M. Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In. ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.).

Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora CEDEPLAR/UFMG, 2000.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Trad. Camila Massaro de Goés. *Revista Outubro*, n. 23, p. 33-58, jan. 2015.

BILHÃO, Isabel. Mundos do trabalho: um campo de estudos fértil. In. SPERANZA, Clarice Gontarski; DROPPA, Alisson. (Orgs.). *Mundos do Trabalho: campo de estudos em transformação.* [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.* São Paulo: HUCITEC, 1991.

BRUSCHINI, Cristina. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.

BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CAMPINAS Ontem e Hoje. Coleções Especiais, Campinas: IFCH, Unicamp, s/d.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, Secretaria de Política Sindical. *Relatório da reunião nacional para formação da Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora.* São Paulo: CNMT, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim.* Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

DAL MOLIN, Naiara. Sindicato e Estado no Brasil: o sindicalismo no período populista e o novo sindicalismo. *Pensamento Plural.* Pelotas, RS, v. 7, n. 13, p. 89 -108, jul./dez., 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3298>.
Acesso em: 13 de maio 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe.* São Paulo: Boitempo 2016.

D'ATRI, Andrea. *Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo*. Trad. Miriam Rouco, Marina Fuser, Fernanda Figueira. São Paulo: Edições Iskra, 2008.

D'ATRI, Andrea. Feminismo e marxismo: 40 anos de controvérsias. Trad. Ramon Casas Viralino. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 27, p.144-158, 2º sem. 2011.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em SP (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

DELGADO, Maria Berenice Godinho. *A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1996. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/20244>. Acesso em: 21 de jan. 2019.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, p. 99-119, 2015.

DEL PRIORI, Mari (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DIEESE, Subseção Campinas. *Caderno de economia 3*. Campinas, SP: DIEESE, 1987.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução: Leandro Konder, 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FONSECA, Cláudia. Ser Mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mari (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume/Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo, 1997.

FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário (1964-1984): a crise do “milagre brasileiro”*. Vol. 2. Belo Horizonte, MG: Oficina de Livros, 1990.

FUSER, Bruno; LAHNI, Cláudia Regina; PAZ, Marcela Fernanda da; ANUNCIACÃO NETO, Sílvio Pinto. A imprensa sindical em Juiz de Fora e de Campinas. *Lumina*. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 113-128, jul./dez., 2002. Disponível em: [HTTP://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/R9-HP-Claudia.doc](http://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/R9-HP-Claudia.doc). Acesso em: 20 de fev. 2019.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

GOLDMAN, Wendy Z. *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. Trad. Natália Angyalossy Alfonso. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

GUTERRES, Simone Bastos. *Classe social e gênero: elementos para uma controvérsia*. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Trad. Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, 2004, n. 22, p. 201-246.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Trad. Fátima Murad. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.) p. 595-609.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, Bell. *Eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IANNI, Octavio. A dialética da globalização. In: *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IASI, Mauro. Conjuntura e luta política no médio e longo prazo. 2007. In. *Adriano Nascimento*. Sítio. Disponível em: <http://www.odiarrio.info/?p=320>. Acesso em: 20 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do censo demográfico*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 1991.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes. *Movimento sindical e estratégia corporativista: a trajetória e os impasses da CUT no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LESSA, Sergio. *Abaixo à família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. 1 e 2. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, M. Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Tese de doutorado. Niterói, RJ: UFF, 1996.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

NEGRO, Antonio. Luigi. *Ford Willys anos 60: o sistema auto de dominação e os metalúrgicos do ABC*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: IFCH-UNICAMP, 1994. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281399>. Acesso em: 8 de fev. 2019.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PETERSEN, Silvia Regina. Repensar a História do Trabalho. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, PR., v. 17, n. 34, p. 13-36, 1º Semestre, 2016.

PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: IFCH- UNICAMP, 1993. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253758>. Acesso em: 21 de abr. 2019.

POSSAN, Magali A. *A malha entrecruzada das ações: as experiências de organização dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas (1978-1984)*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: IFCH- UNICAMP, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DE CAMPINAS. *Sumário de dados: população de Campinas e Região*. 2 ed. Campinas: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 1998.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mari (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ROY, Lise. *Mulheres fazendo História: história do grupo de mulheres na periferia: 1980-2010*. Holambra, SP: Editora Setembro, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher: um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SANTANA, Marco Aurélio. Partido e militância sindical: atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, PR, n. 8, 1997, p. 73-93. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39320>. Acesso 5 de fev. 2019.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira Ciências Sociais* [online] v. 14, n. 41, 1999, p. 103-120.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 de jan. 2019.

SANTOS, Fagner Firmino de Souza. Os grupos de fábricas de Campinas e Região (1984-1991). *História Social*, Campinas, SP, n. 16, primeiro semestre/2009, p. 194-214. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/240>. Acesso em: 7 de jan. 2019.

SANTOS, Fagner Firmino de Souza. *(Des)sociabilidade & fragmentação: um estudo sobre o refluxo das lutas operárias na região de Campinas nas décadas de 1990-2000*. Tese de doutorado. Campinas, SP: IFCH- UNICAMP, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281242>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989, p. 1 - 35.

SEMEGUINI, Ulysses Cidade. *Do Café à Indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1991.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa- os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)*. Santos, SP: HUCITEC/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SMCR. 25 anos: resistência e luta. 2012. Disponível em: https://issuu.com/metalcampinas/docs/revista_25_anos_-_correta_final?pageNumber=1. Acesso em: 10 mai. 2019.

SOUZA-LOBO, Elizabeth Souza. Experiências de Mulheres: destinos de Gênero. *Tempo Social*. 1989, p. 169-182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83343>. Acesso em: 23 de fev. 2019.

SOUZA-LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

WEFFORT, Francisco Correa. *Sindicatos e política*. Tese apresentada para Concurso de Livre Docência da USP. São Paulo: FFCL-USP, 1972.

ZANETTI, Lorenzo. *O “novo” sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

FONTES

Depoimentos orais

CUNHA, Eliezer Mariano da. Entrevista concedida a Gabriela Costa da Silva. Campinas, 27 de julho, 2017.

PAULA, Maria Amélia Bernardo de. Entrevista concedida a Gabriela Costa da Silva. Campinas, 27 de julho, 2017.

Documentos

Caderno CUT: Mulher trabalhadora, Não é blá, blá, blá, São Paulo, set. 1988.

Caderno de Economia DIEESE, Campinas, fev. 1988.

Documento de subsídio sobre a questão da mulher trabalhadora. CUT, São Paulo, junho de 1986.

Jornal Metalúrgico de Oposição, Campinas, fev. 1981.

Relatório A Mulher Trabalhadora: a construção de um perfil sindical em Campinas e Região. CISMOP. Campinas, outubro de 1993.

Boletins Gerais

Boletim da Convenção dos Metalúrgicos da CUT de Campinas e Região, Campinas, maio.1987.

Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica, Campinas, set. 1983.

Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica, Campinas, maio. 1984.

Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica, Campinas, jun. 1984.

Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica, Campinas, jun. 1986.

Boletim do SMCR, Campinas, set. 1984.

Boletim do SMCR, Campinas, out. 1984.
Boletim do SMCR, Campinas, nov. 1984.
Boletim do SMCR, Campinas, dez. 1984.
Boletim do SMCR, Campinas, jan. 1985.
Boletim do SMCR, Campinas, mar. 1985.
Boletim do SMCR, Campinas, abr. 1985.
Boletim do SMCR, Campinas, maio. 1985.
Boletim do SMCR, Campinas, fev. 1986.
Boletim do SMCR, Campinas, mar. 1986.
Boletim do SMCR, Campinas, maio. 1986.
Boletim do SMCR, Campinas, ago. 1986.
Boletim do SMCR, Campinas, dez.1986.
Boletim do SMCR, Campinas, 1987.
Boletim do SMCR, Campinas, jun. 1987.
Boletim do SMCR, Campinas, fev. 1988.
Boletim do SMCR, Campinas, abr.1988.

Boletins Específicos

Boletim do SMCR – Dako, Campinas, jan. 1986.
Boletim do SMCR – Dako, Campinas, maio. 1986.
Boletim do SMCR - Cobrasma, Campinas, jul. 1986.
Boletim do SMCR – Luppy, Campinas, jan. 1987.
Boletim do Grupo de Fábrica Singer, Campinas, dez. 1986.
Boletim do Grupo de Fábrica da Singer, ago. 1987.
Boletim Nacional CUT, São Paulo, jul./ago. 1987.

ANEXOS



Universidade Federal do Rio Grande - FURG
 Instituto de Ciências Humanas e da Informação-ICHI
 Curso de História - Licenciatura

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, Eliezer, Manoel da Cunha
 nacionalidade: _____
 civil: Casado profissão Metalúrgico (Industriário)
 portador do documento de Identidade N° 20370405-1
 domiciliado e residente na cidade de Campinas, endereço:
R. Serra Negra, n° 714, bairro:
J. Barro Preto, declaro ceder ao pesquisador
Gabriela Costa da Silva, portador do
 documento de Identidade N° 33.977.659, sem quaisquer
 restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e
 definitiva os direitos autorais do depoimento (áudio) e da transcrição do
 mesmo, de caráter histórico e documental que prestei ao referido pesquisador
 em 27 de Julho de 2017, num total de 20 minutos horas
 gravadas. A referida entrevista ficará sob custódia da pesquisadora, Gabriela
 Costa da Silva, a fim de contribuir no desenvolvimento de seu Trabalho de
 Conclusão de Curso e Projeto de Mestrado.

Compilado 1.50, 27 de Julho de 2017.

Eliezer

Assinatura do Entrevistado

Gabriela Costa da Silva

Assinatura do Pesquisador



Universidade Federal do Rio Grande - FURG
 Instituto de Ciências Humanas e da Informação-ICHI
 Curso de História - Licenciatura

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, Mano Amilho Bernardo de Paula
 nacionalidade: Brasileira
 civil: casado, profissão: professor ^{estado} Federal
 portador do documento de Identidade N°: 15425654-7
 domiciliado e residente na cidade de Campinas, endereço:
Rua Peti, n°: 52, bairro:
Iluminação Verde, declaro ceder ao pesquisador
Gabriela Costa da Silva, portador do
 documento de Identidade N°: 13577559, sem quaisquer
 restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, de maneira total e
 definitiva os direitos autorais do depoimento (áudio) e da transcrição do
 mesmo, de caráter histórico e documental que prestei ao referido pesquisador
 em 27 de julho de 2017, num total de 20 horas
 gravadas. A referida entrevista ficará sob custódia da pesquisadora, Gabriela
 Costa da Silva, a fim de contribuir no desenvolvimento de seu Trabalho de
 Conclusão de Curso e Projeto de Mestrado.

Campinas 15P, 27 de julho de 2017.

Mano Amilho B. de Paula
 Assinatura do Entrevistado

Gabriela Costa da Silva
 Assinatura do Pesquisador